



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Faculdade das Engenharias

Projecto Urbanístico de Turismo Rural Casas da Fajã de Baixo (Calheta)

Andreia Rodrigues

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em
Arquitectura
(Ciclo de Estudos Integrado)

Orientador: Prof. Doutor Ana Lúcia Virtudes

Covilhã, 24 Junho de 2013

Agradecimentos

Eis que chega o momento de manifestar o meu especial agradecimento a todos os que contribuíram e tornaram possível a realização deste trabalho, família e amigos, a todos a minha gratidão e afecto.

À minha orientadora Prof. Dr. Ana Lúcia Virtudes expresso o meu profundo agradecimento pelo inquestionável valor das suas orientações, sabedoria, disponibilidade, incentivo e atenção ao longo de todo este percurso.

Aos professores da UBI por ministrarem e contribuírem para a minha formação profissional.

À UBI e à biblioteca central da UBI pelas condições facultadas à minha formação académica, culminando na realização desta tese de dissertação.

À biblioteca Pública Regional da Madeira pela bibliografia e material didáctico disponível e crucial à concretização deste projecto.

À Câmara Municipal da Calheta, em especial ao arquitecto Carlos Ferreira, por facultarem importantes documentos e informações fulcrais à concretização desta dissertação.

À minha família, por existir. Aos meus pais, ao Ludgero Freitas pelo apoio e incentivo incondicional, o meu eterno agradecimento. Aos meus colegas de curso de Arquitectura agradeço a motivação, as críticas, o apoio e amizade ao longo de todo este processo académico. A todos, o meu mais sincero obrigada.

Resumo

O espaço rural tem vindo a sofrer um processo de transformação identitária e funcional pelo que se procuram alternativas à agricultura de subsistência pela introdução de novas funções associadas à ruralidade, onde o turismo tem vindo a ganhar significado. A actividade turística no meio rural pode contribuir para promoção a conservação ambiental, protecção e restauro do património edificado e em simultâneo a revitalização económica, social e territorial das zonas deprimidas. Assim, a relação entre espaço rural e turismo é relevante como impulsionador ao desenvolvimento e à fixação de população.

Paralelamente, a arquitectura popular é um elemento essencial de identidade e preservação da imagem colectiva do espaço rural.

Esta dissertação tem como objectivo elaborar uma proposta de intervenção urbana para um espaço rural no concelho da Calheta, na Ilha da Madeira, no sítio da Fajã de Baixo. Interliga numa abordagem multidisciplinar espaço rural e arquitectura popular, pela criação de um empreendimento turístico.

A área de intervenção escolhida ilustra a realidade vivida no meio rural, entregue ao abandono e degradação. Um território de edificações dispersas e um número significativo de edifícios devolutos. O Projecto urbanístico de Turismo Rural Casas da Fajã de Baixo cria seis alojamentos com nove camas, proporcionando uma experiência personalizada da vida rural e a aproximação entre o indivíduo, a natureza e a agricultura. Aproxima ainda a área de estudo e a cidade através de percursos pedonais e de bicicleta num passeio ao longo da frente-mar.

Espera-se que esta proposta constitua uma mais-valia para a população residente, para os potenciais turistas e para o concelho da Calheta.

Palavras-chave

Projecto urbanístico, turismo rural, arquitectura popular, casa, Fajã de Baixo (Madeira)

Abstract

The rural space has been undergoing a process of identity and functional transformation, so that alternatives to subsistence agriculture by the introduction of new functions associated with the rural, where tourism has been gaining meaning. Touristic activity in rural areas can aid to promote environmental conservation, protection and restoration of the built heritage and simultaneously economic, social and territorial revitalization of the depressed areas. Thus, the relationship between rural space and tourism is important as a driver for development and the fixing of inhabitants.

There for architecture is an essential element of identity and preservation of the collective image of the countryside.

This thesis aims to develop a proposal for an urban intervention in a rural area of Calheta municipality, in Madeira Island, at the place of Fajã de Baixo. It links in a multidisciplinary approach the rural and Madeira's regional architecture, through the creation of a touristic complex.

The chosen area shows the reality lived in the rural environment, given the abandonment and degradation. A territory of a significant number of scattered and vacant buildings. The Urban Project of Rural Tourism Houses of Fajã de Baixo creates six lodges with nine beds, providing a personal experience of rural life connecting the citizen, the nature and the agriculture. It connects the case study area to the city, through the pedestrian and bike paths along the sea water-front.

It's hoped that this requalification could be an added value for the inhabitants, for potential tourists, and for Calheta.

Keywords

Urban project, rural tourism, regional architecture, house, Fajã de Baixo (Madeira)

Índice

CAPÍTULO 1 - INTRODUÇÃO	1
1.1- Relevância da temática	1
1.2 - Objectivos	2
1.3 - Metodologia	3
1.4 - Estrutura da dissertação	4
PARTE I - IMPORTÂNCIA DO TURISMO RURAL	5
CAPÍTULO 2 - PRINCÍPIOS DA ACTIVIDADE TURÍSTICA	5
2.1 - A evolução do sector do turismo	5
2.1.1 - Os primórdios do turismo	5
2.1.2 - A indústria do turismo	8
2.1.3 - O turismo alternativo	9
2.1.4 - O turismo pós-moderno	10
2.2 - Estímulos à actividade turística	11
2.2.1- Turismo e sustentabilidade	12
2.2.2 - Tempo livre, lazer e ócio	14
2.3 - Traços gerais do turismo na contemporaneidade	16
CAPÍTULO 3 - PRESSUPOSTOS DO TURISMO RURAL	17
3.1 - Passagem para uma sociedade predominantemente urbana	17
3.1.1- Declínio da sociedade rural	17
3.1.2 - Tipos de espaços rurais	18
3.1.3 - Espaço rural vs. Espaço urbano	21
3.2 - Turismo em Espaço Rural	24
3.2.1 - Principais conceitos	24
3.2.2 - Motivações	27
3.2.3 - Modalidades	31
3.2.4 - Potencialidades e problemáticas	33
3.3 - Importância do turismo rural	37
PARTE II - ARQUITECTURA POPULAR NA MADEIRA	39
CAPÍTULO 4 - PARTICULARIDADES DA ILHA	39
4.1 - Breve referência às origens históricas	39
4.1.1 - O povoamento e o urbanismo	39
4.1.2 - Breve alusão à geologia e ao clima	44
4.2 - Elementos característicos do espaço rural	46
4.2.1 - A agricultura e as levadas	46
4.2.2 - A moagem e os moinhos de água	49
4.3 - Materiais e técnicas de construção	51
4.3.1 - Cantarias	51
4.3.2 - Inertes, cal e tintas	52
4.3.3 - Madeiras	54
4.4 - Construção no espaço rural	55
CAPÍTULO 5 - TIPOLOGIAS HABITACIONAIS	56
5.1 - Breve reflexão sobre o Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa	56
5.2 - Levantamento das tipologias habitacionais	58
5.2.1 - Casa elementar	59
A - Cobertura em palha e paredes de alvenaria	60
B - Casa elementar de cobertura em palha e paredes de madeira	64
C - Casa elementar de cobertura cerâmica	66

D - Casa elementar de dois pisos	68
5.2.2 - Outras tipologias	70
A - Casas em esquadria e duplicada	70
B - Casa complexa	71
C - Casa torreada	73
D - Casa antiga ou secular	75
E - As furnas	78
5.2.3 - Casa moderna	79
5.3 - Pormenores arquitectónicos	81
5.3.1 - Vãos e Caixilharias	81
5.3.3 - Ornamentação	83
5.3.4 - Cores dominantes	84
5.4 - Principais traços das tipologias habitacionais	84
PARTE III - PROJECTO URBANÍSTICO DE TURISMO RURAL CASAS DA FAJÃ DE BAIXO (CALHETA)	89
CAPÍTULO 6 - CARACTERIZAÇÃO DA ÁREA DE ESTUDO	89
6.1 - Enquadramento no concelho da Calheta	89
6.2 - Diagnostico urbanístico	91
6.2.1- Situação pré-existente	91
6.2.2- Conformidade com os instrumentos de gestão territorial	98
A - Plano Director Municipal da Calheta	98
B - Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira	100
6.2.3 - Problemas e potencialidades	101
CAPÍTULO 7 - MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA	105
7.1 - Descrição geral da proposta urbanística	105
7. 2 - Proposta de arquitectura da unidade de alojamento	111
CAPÍTULO 8 - CONCLUSÃO	115
BIBLIOGRAFIA	121
BIBLIOGRAFIA DE IMAGENS	125
GLOSSÁRIO	121
ANEXOS	1
Índice de anexos	3

Lista de Figuras

Imagem 1 - Ruínas da cidade de Olímpia, Grécia	6
Imagem 2 - Ruínas do Oráculo Delfos	6
Imagem 3 - Praia do Rio de Janeiro, Brasil.....	8
Imagem 4 - Praia da Rocha, Algarve	9
Imagem 5 - Eco-Frontiers Ranch, Polónia	9
Imagem 6 - Mongólia, Three Camel Lodge	10
Imagem 7 - Experiências turísticas, Odisseias	11
Imagem 8 - Mapa digital, Google Maps.....	11
Imagem 9 - Motor de busca de alojamento online	11
Imagem 10 - Bushmans Kloof Reserva Selvagem, África do Sul.....	12
Imagem 11 - Great Ocean Ecolodge, Austrália	13
Imagem 12 - Parque Verde do Mondego, Coimbra	15
Imagem 13 - Resort Breezes Búzios, Rio de Janeiro	15
Imagem 14 - Solar da Silveira (1785) Boaventura	18
Imagem 15 - Agricultura de Subsistência, Alvaiázere.....	18
Imagem 16 - Terrenos de cultivo, Lombada da Ponta de Sol, Ponta de Sol	19
Imagem 17 - Floresta Laurissilva, Madeira	19
Imagem 18 - Cidade do Funchal	19
Imagem 19 - Pedreira de Borba	19
Imagem 20 - Casas do Coro, Marialva	21
Imagem 21 - Expansão da cidade do Funchal	23
Imagem 22 - Hotel Rural Quinta Nova De Nossa Senhora Do Carmo, Região do Douro Vinhateiro.....	26
Imagem 23 - Trânsito em Lisboa.....	27
Imagem 24 - Linha verde do Metro de Lisboa	27
Imagem 25 - Factores de motivação segundo a OMT	28
Imagem 26 - Necessidades elementares -Licínio Cunha	28
Imagem 27 -Factores que influenciam a prática turística -Licínio Cunha.....	29
Imagem 28 - Motivações segundo Jordi Montaner Montejano	29
Imagem 29 - Factores de motivação segundo Mário Baptista.....	30
Imagem 30 - modalidades de turismo rural	31
Imagem 31 - Turismo de Habitação, Quinta da Capela, Porto da Cruz.....	31
Imagem 32 - Casas de Campo Valleparaíso, Camacha	32
Imagem 33 - Turismo de Aldeia, Sortelha	32
Imagem 34 - Casa do Barreiro, Ponte de Lima.....	32
Imagem 35 - Casa do Barreiro, Ponte de Lima.....	32
Imagem 36 - Hotel rural Quinta do Serrado, Porto Santo	33
Imagem 37 - Planta da cidade do Funchal, 1570	40
Imagem 38 - Planta da cidade do Funchal	41
Imagem 39- Paisagem rural e produção de cereais	42
Imagem 40 - Dispersão urbana nos arredores da cidade do Funchal	43
Imagem 41 - Fajã dos Padres, Câmara de Lobos	44
Imagem 42 - Pico do Areeiro	44
Imagem 43 - Paul da Serra	45
Imagem 44 - Mulher no quotidiano rural	46
Imagem 45 - Trabalhadores rurais ceifando o trigo	46
Imagem 46 -Tosquias no Paul da Serra 1963-64	47
Imagem 47 - Inauguração de um troço de uma levada	48
Imagem 48 - Raparigas lavando a roupa na levada.....	48
Imagem 49 - Homem carregando produtos hortícolas e rapazes brincando na levada	48
Imagem 50 -Moinho da Achadinha de São Jorge, 1800	49
Imagem 51 - Bilhete-postal do moinho de água do Monte	49
Imagem 52 - Lagar de fuso e vara (1950), Funchal.....	50
Imagem 53 - Produção de açúcar, Engenho do Hinton, Funchal	50
Imagem 54 -Janela do Solar da Agrela (1970), Reis Magos.....	51

Imagem 55- Muro em alvenaria de pedra solta, São Jorge	51
Imagem 56 - Ruínas, São Jorge	51
Imagem 57 - Esquema construtivo de vão em cantaria	52
Imagem 58 - Janela da capela de Nossa Senhora da Piedade, (1692) situada na Quinta das cruzes, Funchal	52
Imagem 59 - Esquema de emparelhamento de cunhais e Aparelho de pedra, Porto Santo.....	52
Imagem 60 - Solar do Esmeraldo parede caiada a rosa forte	53
Imagem 61 - Parede caiada a ocre e cinza	53
Imagem 62 - Parede caiada a ocre.....	53
Imagem 63 - Principais tipologias habitacionais da arquitectura popular madeirense	59
Imagem 64 - Concelhos e freguesias da ilha da Madeira.....	59
Imagem 65 - “Abafando” uma casa elementar de cobertura de palha e paredes de madeira, Santana ..	60
Imagem 66 - Casa elementar de cobertura de palha e paredes de alvenaria, Rochão, Camacha	61
Imagem 67-Casa elementar de cobertura de palha e paredes de alvenaria, sítio Carvalhal, Canhas	62
Imagem 68 - Casa elementar de cobertura de palha e paredes de alvenaria, Caniço.....	62
Imagem 69 - Casa elementar de cobertura de palha e paredes de alvenaria, Canhas, Ponta de Sol.....	62
Imagem 70 - Casa elementar de cobertura de palha e paredes de alvenaria, Machico	63
Imagem 71 - Casa elementar de cobertura de palha e paredes de madeira (de meio fio), Santana	64
Imagem 72 - Bilhete-postal de uma habitação rural em Santana em circulação na primeira metade do séc. XX.....	64
Imagem 73 - Esquema estrutural da tipologia casa elementar de cobertura de palha e paredes de madeira.....	65
Imagem 74 - Foto de uma casa típica de Santana (1955).....	65
Imagem 75 - Casa redonda (1890), São Jorge	65
Imagem 76 - Casa redonda (1940), São Jorge	65
Imagem 77 Casa elementar de cobertura cerâmica com dois pisos, Sítio das casas Rochão, Porto da Cruz	66
Imagem 78 - Casa elementar de cobertura cerâmica com dois pisos, Santana	67
Imagem 79 - Casa elementar de cobertura cerâmica, Lombo do Doutor, Calheta	68
Imagem 80 - Casa elementar de cobertura cerâmica de dois pisos, Lombo do Doutor, Calheta.....	68
Imagem 81 - Casa elementar de cobertura cerâmica de dois pisos e balcão, Maloeira, Fajã da Ovelha .	69
Imagem 82 - Casa duplicada, Reis Magos, Caniço	70
Imagem 83 - Casa em esquadria, (Quinta dos Pincaros), Fonte Bugia, Arco da Calheta	70
Imagem 84 - Casa em esquadria de dois pisos, Sítio do Carmo, Campanário	70
Imagem 85 - Casa em esquadria de dois pisos, Campanário	70
Imagem 86 - Casa demerarista (1935), no interior da ilha	71
Imagem 87 - Casa complexa, (1808) Ponta Delgada.....	72
Imagem 88 - Casa complexa, Fajã dos Vinháticos, Serra D’Água	72
Imagem 89 - Casa complexa, Estreito da Calheta	72
Imagem 90 - Casa complexa, Achada da Cruz, Santana	73
Imagem 91 - Interior de uma casa complexa, Achada da Cruz, Santana	73
Imagem 92 - Casa complexa, Achada da Cruz, Santana	73
Imagem 93 - Casa Torreada, Levada dos Barreiros, Santo António.....	74
Imagem 94 - Casa Torreada, Curral das Freitas.....	74
Imagem 95 - Casa senhorial torreada (séc. XVI), Las Palmas	74
Imagem 96 - Casa Torreada, Caminho de Santo António, nº 326, Funchal	75
Imagem 97 - Reconstrução do Solar do Esmeraldo (1600 a 1679), Ponta de Sol.....	75
Imagem 98 - Solar do Esmeraldo (1973), Ponta de Sol.....	75
Imagem 99 - Tecto de alfarge Solar Dona Mécia (1957), Funchal	76
Imagem 100 - Solar Dona Mécia (1950), Funchal	77
Imagem 101 - Entrada do Solar Dona Mécia em cantaria (1940), Funchal	77
Imagem 102 - Furna na estrada da Levada do Norte, Sítio da Ribeira do Escrivão, Quinta Grande	78
Imagem 103 - Furnas no Sítio da Ribeira do Escrivão, Quinta Grande	78
Imagem 104- Casas modernas, Sítio da Porta Nova, Campanário	79
Imagem 105 - Casa moderna elementar de dois pisos, Campanário	80
Imagem 106 - Casa moderna elementar de dois pisos, Sítio da Candelária, Tabua	80
Imagem 107 - Janela Postigo, Santana	81
Imagem 108 - Janela-varanda, Ponta Delgada (Madeira).....	81

Imagem 109 - Janela Postigo, Fajã da Ovelha	81
Imagem 110 - Meia Janela (janela-portada), Ponta Delgada (Madeira)	82
Imagem 111 - Janela-portada com caixilhos sobrepostos às portadas, Ponta Delgada (Madeira)	82
Imagem 112 - Janela guilhotina com tapa-sóis, Funchal	82
Imagem 113 - Chaminé quadrangular, Porto Santo	82
Imagem 114 - Chaminé redonda, Machico.....	82
Imagem 115 - Chaminé datada 1948, Ponta de Sol	82
Imagem 116 - Chaminé redonda, Prazeres	83
Imagem 117 - Chaminé quadrangular, Calheta	83
Imagem 118 - Chaminé Octogonal, Estreito da Calheta	83
Imagem 119 - Cabeça de menino, 1970	83
Imagem 120 -Pombinha de asas abertas, Santana	83
Imagem 121 - Entrada da Quinta das Cruzes.....	84
Imagem 122 - Ruína da Casa das Mudas (1700), Calheta.....	87
Imagem 123 -Reconstrução da Casa das Mudas inaugurada em 2004 integrada no Centro das Artes Casa das Mudas, Calheta	87
Imagem 124 - Ilha da Madeira destacando o concelho da Calheta.....	89
Imagem 125 - Levada do Rabaçal.....	90
Imagem 126 - Baía da Calheta, séc. XIX.....	90
Imagem 127 - Enquadramento na envolvente, Calheta	91
Imagem 128 - Planta do espaço positivo (sem escala).....	91
Imagem 129 - Edifícios nº 1 a 7	92
Imagem 130 - Planta do nº de pisos (sem escala)	92
Imagem 131 - Percentual do estado de conservação dos edifícios existentes	93
Imagem 132 - Planta do estado de conservação dos edifícios (sem escala)	94
Imagem 133 - Anexo edifício nº 6	94
Imagem 134 - Anexo edifício nº4	94
Imagem 135 - Planta demolir/manter	95
Imagem 136 - Aplicação da pedra basáltica cor cinzento-escuro nas paredes de suporte e pavimento da Vereda da Capela	95
Imagem 137 - Pormenores dos edifícios nº 1, 7 e 4	95
Imagem 138 - Estrada da Serra de Água, sentido Calheta	96
Imagem 139 - Vereda da Capela.....	96
Imagem 140 - Planta do espaço negativo (sem escala).....	96
Imagem 141 - Planta de Ordenamento do PDM da Calheta, 2013	98
Imagem 142 - Planta síntese Projecto Turístico das Casas de Campo da Fajã de Baixo (sem escala) ...	106
Imagem 143 - Perfil da Nova Vereda da Capela, troço de estacionamento	108
Imagem 144 Perfil da Nova Vereda da Capela, troço com árvores	108
Imagem 145 -Corte transversal por um acesso pedonal (sem escala)	108
Imagem 146 - Planta Promenade (sem escala)	109
Imagem 147 - Perfil promenade-ciclovia	109
Imagem 148 - Perfil promenade-ilha-ciclovia.....	109
Imagem 149 - Corte A-A'	113
Imagem 150- Corte B-B'	113
Imagem 151 - Planta tipologia T0	113
Imagem 152 - Alçado Oeste (T0).....	114
Imagem 153 - Alçado Este (T0)	114
Imagem 154 - Alçado Norte (T0).....	114
Imagem 155 - Alçado Sul T0.....	114
Imagem 156 - Corte E-E'	115
Imagem 157 - Planta 1º Piso tipologia T2	115
Imagem 158 - Planta R/c tipologia T2	115
Imagem 159- Alçado Norte (T2)	116
Imagem 160 - Corte F-F'	116
Imagem 161 - Alçado Sul (T2).....	116
Imagem 163 - Alçado Este (T2)	117
Imagem 162 - Alçado Oeste (T2).....	117

Lista de Tabelas

Tabela 1- Potencialidades e problemáticas do turismo rural	34
Tabela 2- Situação existente	93
Tabela 3 - Tabela geral dos índices e parâmetros urbanísticos da área de intervenção.....	97
Tabela 4 - Tabela dos Pontos Fortes e Fracos	103
Tabela 5 - Edifícios Propostos	107
Tabela 6 - Lotes por edifício.....	107
Tabela 7 - Índices e parâmetros urbanísticos do projecto	110

Lista de Acrónimos

AG	Agro-turismo
CC	Casas de Campo
CMAD	Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento
DGOTDU	Direcção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano
DL	Decreto-Lei
EUA	Estados Unidos da América
INE	Instituto Nacional de Estatística
LEADER	Liaison Entre Actions de Développement de l'Économie Rurale
OCDE	Organização Europeia para a Cooperação e Desenvolvimento
OMT	Organização Mundial do Turismo
ONU	Organização das Nações Unidas
PDM	Plano Director Municipal
POT	Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira
RAN	Reserva Agrícola Nacional
REN	Reserva Ecológica Nacional
RJUE	Regime Jurídico de Urbanização e Edificação
TA	Turismo de Aldeia
TER	Turismo em Espaço Rural
TERN	Turismo em Espaços Rurais e Naturais
TH	Turismo de Habitação
TR	Turismo Rural
UE	União Europeia

Capítulo 1 - Introdução

1.1- Relevância da temática

O espaço rural é desvalorizado face aos territórios urbanos, está associado a um estilo de vida árduo e penoso baseado na agricultura de subsistência sem alternativas económicas. Igualmente a arquitectura popular é desprezada subvalorizada preferindo tendências modernas sem qualquer vínculo à identidade dos lugares.

Na sociedade contemporânea o turismo tem vindo a ganhar importância, não apenas como um comportamento social, mas, também, como actividade económica. É cada vez mais considerado um sector estratégico da economia pois move dezenas de milhões de pessoas por ano. Neste sentido presencia-se uma forte alteração dos hábitos de consumo que afectam este sector, relacionados com a crescente sensibilidade ecológica e sustentável que distancia cada vez mais os consumidores do turismo massificado remetendo-os para novas formas alternativas nas quais se insere o turismo rural.

Por outro lado, o espaço rural, especialmente longo do último século, têm vindo a conhecer fortes mudanças que alteraram a sua estrutura social e económica e também a sua identidade quer territorial quer arquitectónica. Vive agora um período de transição que passa pela introdução de novas dinâmicas e revitalização da actividade agrícola. O mundo rural é um idílico da sociedade urbana. O turismo em meio rural, nas suas diferentes modalidades, é procurado pela alternativa que apresenta ao quotidiano marcado pelo *stress*, pela valorização da qualidade de vida e pela procura do contacto com a natureza.

Sendo a Madeira uma região com tradição de recepção de turismo predominantemente de massas, não imune a repercussões negativas tais como a perda das qualidades físicas, ambientais e paisagísticas, é pertinente o estudo e desenvolvimento de formas alternativas de turismo que respeitem e promovam a preservação do ambiente, património e revitalização económico-social local.

Ora todos estes problemas se podem encontrar no lugar da Fajã de Baixo, um pequeno lugar de edificação dispersa situada na frente-mar nas proximidades da Cidade da Calheta. Este sítio revela alguns vestígios do legado da arquitectura popular madeirense, práticas agrícolas à muito tradicionais na ilha a par de alguns residentes. Contudo encontra-se degradada com edifícios devolutos e em ruínas carecendo assim de uma intervenção que a requalifique pois reúne as condições para articular a ruralidade com o turismo e com a arquitectura popular madeirense.

1.2 - Objectivos

Com a realização desta dissertação de mestrado pretende-se desenvolver uma solução de urbanística através de medidas projectuais de desenho urbano de modo a criar um complexo de turismo rural na região da Madeira, no lugar da Fajã de Baixo, concelho da Calheta.

Em primeiro lugar esta proposta de desenho urbano visa constituir um modelo alternativo e sustentável ao turismo em massas, que contribua para a revitalização económica, social e territorial do espaço rural pela introdução de novas dinâmicas como seja o turismo ou outros equipamentos e espaços de utilização colectiva complementares a esta actividade e acessíveis à população local. Outro objectivo é a ligação da área de intervenção ao núcleo histórico da cidade pela reformulação e requalificação dos acessos viários e criação de pedonais de uma ciclovia relacionada com a frente mar. A intervenção deve ainda preservar e requalificar, sempre que possível, o edificado existente para uso habitacional ou turístico. Deve manter a baixa densidade construtiva e populacional. Os espaços agrícolas são outro ponto de intervenção. Devem-se preservar os vínculos dos edifícios existentes a esta actividade e promove-la no âmbito do turismo.

Este objectivo carece de um acervo com base bibliográfica dos princípios que regulam a actividade turística e em particular o turismo rural.

O outro objectivo desta dissertação é apresentar uma proposta de arquitectura para as unidades de alojamento que integram o complexo de turismo rural respeitando os princípios da arquitectura popular regional. Não se pretende apresentar um projecto de arquitectura pleno mas sim algumas premissas inerentes à imagem coerente e de continuidade da ruralidade própria deste sítio. Assim pretende-se desenvolver uma linguagem arquitectónica contemporânea com base nos traços da casa elementar madeirense; considerada inspiradora das outras tipologias populares. Plasticamente procura-se a mesma materialidade fazendo uso das técnicas modernas e das exigências contemporâneas.

Este objectivo exige uma investigação sobre as tipologias habitacionais populares da Ilha da Madeira.

1.3 - Metodologia

A metodologia seguida baseia-se num processo organizado através do qual se enuncia o “como” alcançar o “objectivo” definindo os passos à elaboração do projecto urbanístico de turismo rural no sítio da Fajã de Baixo. A realização desta dissertação divide-se em cinco fases metodológicas de trabalho:

- 1º Fase - Recolha bibliográfica
- 2º Fase - Recolha documental
- 3º Fase - Levantamento “in loco”
- 4º Fase - Análise e caracterização da área de estudo
- 5º Fase - Elaboração da proposta

Na primeira fase realiza-se a pesquisa bibliográfica procurando responder à problemática em análise em três vertentes: turismo, espaço rural e arquitectura popular. A bibliografia foi recolhida de forma interactiva, a partir de bibliotecas incluindo a Biblioteca Pública Regional da Madeira no Funchal, consulta de livros, pesquisas avançadas por internet e consulta de teses e trabalhos académicos; a pesquisa teve uma ambição alargada, percorrendo várias disciplinas, temáticas e literatura “mista” numa abordagem flexível e actual à temática. Os conhecimentos adquiridos relacionam-se e complementam-se para formular de forma coesa e válida as soluções aplicadas e modo a minorar a problemática e atingir os objectivos definidos.

Procede-se, na segunda fase, a recolha de documentos relativos ao local de estudo - cartografia (fotografias aéreas e plantas topográficas), instrumentos de gestão territorial em vigor no local (regulamento e peças desenhadas do PDM da Calheta e normas do Plano de Ordenamento do Turismo).

Na terceira fase de trabalho realiza-se o levantamento “in loco” (incluindo fotográfico) da área de estudo para caracterizar a situação existente nomeadamente os edifícios e o seu estado de conservação procurou-se compreender melhor o local de intervenção e cruzar a realidade com a informação documental previamente recolhida.

A quarta fase diz respeito à análise e caracterização do local de estudo procede à síntese (diagnóstico urbanístico) que identifica os principais aspectos positivos a desenvolver no projecto e problemas a mitigar. Finalmente, na quinta fase, procede-se à elaboração da proposta de intervenção urbana e arquitectónica com a incorporação dos conhecimentos adquiridos previamente e para responder à problemática.

1.4 - Estrutura da dissertação

Esta dissertação está organizada em três partes: Parte I - Importância do turismo rural; Parte II - Arquitectura Popular na Madeira; e Parte III - Projecto Urbanístico de Turismo Rural Casas da Fajã de Baixo, Calheta.

A primeira parte organiza-se em dois capítulos: o Capítulo 2 intitulado “Princípios da actividade turística” tem como objectivo a compreensão do fenómeno do turismo pelo estudo da sua evolução e transformação até ao período pós-moderno. Analisam-se brevemente os factores de motivação à prática turística relacionada com o tempo livre disponível; o Capítulo 3 - Pressupostos do turismo rural, inicia-se com uma breve alusão à passagem da sociedade rural para a urbana, os tipos de espaços rurais existentes na perspectiva do planeamento urbanístico, a dicotomia entre rural e urbano, algumas premissas sobre o turismo em espaço rural, as suas modalidades e algumas das suas potencialidades e problemáticas.

A Parte II organiza-se também em dois capítulos. O Capítulo 4 - Particularidades da ilha estrutura-se em três pontos desde uma breve alusão às origens históricas, passando pela identificação dos elementos característicos do espaço rural até materiais e técnicas de construção. O Capítulo 5 - Tipologias habitacionais apresenta uma breve referência ao Inquérito à Arquitectura Popular em Portugal de modo a contextualizar as tipologias habitacionais da Arquitectura Popular Madeirense e alguns dos mais relevantes pormenores arquitectónicos que as caracterizam.

A Parte III - Projecto urbanístico de Turismo Rural Casas da Fajã de Baixo (Calheta), organiza-se em dois itens. Após o diagnóstico da situação existente no Capítulo 6 - Caracterização da área de estudo, apresenta-se no Capítulo 7 a memória descritiva e justificativa da proposta. Sendo o principal objectivo desta dissertação apresentar uma proposta de desenho urbano de turismo rural para o sítio da Fajã de Baixo, tal propósito pretende por em prática algumas das referenciais em análise nos capítulos prévios. Destas referências destaca-se o turismo rural e a arquitectura popular na madeira. A questão do turismo rural materializa-se no principal elemento do projecto, o equipamento de turismo rural. Já a traça arquitectónica popular madeirense está presente na proposta arquitectónica do alojamento.

PARTE I - Importância do turismo rural

Capítulo 2 - Princípios da actividade turística

No presente capítulo será abordada, sucintamente, a evolução do turismo e as suas transformações ao longo do tempo até à configuração actual. Pretende-se compreender o aparecimento do turismo rural bem como a sua importância como estratégia para o desenvolvimento sustentável e socioeconómico das regiões rurais. Reflecte-se também sobre os factores de motivação à prática turística relacionados com o tempo livre do indivíduo na sociedade actual.

2.1 - A evolução do sector do turismo

2.1.1 - Os primórdios do turismo

Inicia-se o presente capítulo com uma breve reflexão sobre o turismo, o conceito, a evolução e algumas das motivações que justificam o exercício desta actividade compreender e enquadrar as suas especificidades no objectivo principal desta dissertação. Antes de se apresentarem alguns traços marcantes da origem e evolução importa contextualizar o conceito.

Poder-se-á referir neste âmbito que se reconhecem desde três vertentes associadas ao turismo:

1) O turismo refere-se a deslocações de permanência geralmente pouco prolongadas, mas que deverão ser superiores a um dia, de um indivíduo para fora da sua área de residência. Estas deslocações são motivadas por factores diversos como o lazer, a necessidade de descanso, ou o recreio;

2) O turismo engloba as actividades criadas com o intuito de satisfazer as necessidades do viajante enquanto permanece no destino escolhido;

3) O turismo envolve a existência de remuneração para os prestadores dos serviços inerentes a esta actividade.

Consequentemente, aceita-se que turista é aquele que viaja de forma temporária para um local que não o seu local habitual de residência ou de trabalho motivado por diversos factores como se desenvolverá no ponto 2.2 do presente capítulo.

Em síntese, o turismo é «o conjunto das actividades desenvolvidas por pessoas durante as viagens e estadas em locais situados fora do seu ambiente habitual por período consecutivo que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, de negócios ou outros.»¹ Paralelamente o turista é considerado o «visitante que permanece pelo menos uma noite,

¹ Definição de turismo pela Organização Mundial do Turismo OMT citada por Acácio Pinto (2004) em “Turismo em Espaço Rural Motivações e Práticas, Holandeses em Ferreira de Aves Sátão”, pg. 45

num alojamento colectivo ou particular no lugar visitado.»² Ora na actualidade esta actividade está presente em todas as regiões e sociedades à escala mundial, «quase a totalidade das regiões e das populações mundiais está exposta ao fenómeno turístico»³.

A origem do turismo como se conhece hoje remonta à antiguidade clássica. Atribui-se o seu início aos Jogos Olímpicos da civilização Grega realizados a partir do ano 776⁴ a.C. na cidade de Olímpia. De acordo com a mesma fonte, durante o apogeu da civilização Grega realizavam-se, igualmente viagens de carácter religioso, destacando-se as peregrinações ao oráculo de Delfos (ver imagem seguinte).



Imagem 1 -Ruínas da cidade de Olímpia, Grécia



Imagem 2 -Ruínas do Oráculo de Delfos

É a partir das civilizações Grega e Romana que as viagens ganham maior relevância. Considera-se que os Romanos foram o primeiro povo a viajar por prazer, apesar de estas viagens serem apenas acessíveis à elite da sociedade, pois os homens livres, usavam as viagens para ocuparem o tempo livre com actividades culturais e de lazer. Durante este período criaram-se infra-estruturas, equipamentos e alojamentos de suporte à prática turística tais como: estradas, recintos desportivos, termas, complexos balneares, ou recintos de espectáculo. Assim, nos períodos de Verão era frequente à classe privilegiada deslocar-se às cidades costeiras como Pompeia, Nápoles e Herculano. Bem como os jovens efectuarem viagens de aprendizagem a várias partes do império, esta viagem ficou conhecida por “*Grand Tour*”. Também a cidade de Roma constituía atractivo turístico oferecendo alojamento aos que durante todo o ano nela podiam assistir a eventos desportivos, festivais e peças de teatro.⁵

Assim poder-se-á concluir que o turismo nos impérios Grego e Romano estava acessível apenas às classes sociais mais abastadas com capacidade económica e tempo livre para viajar.

² Definição de Turismo pelo INE citada por Acácio Pinto (2004) em “Turismo em Espaço Rural Motivações e Práticas, Holandeses em Ferreira de Aves Sâtão”, pg. 46

³ G. Cazes citado por Orlando Simões e Artur Cristóvão (2003) em “TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais”, pg. 31

⁴ Cátia Martins (2012), “Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável - O Papel da Arquitetura Vernacular”, pg. 7

⁵ Idem, pg. 8

Na Idade Média o turismo ganha um cunho religioso. Neste período propagam-se as peregrinações a Jerusalém, as romarias a Roma ou as peregrinações a Santiago de Compostela. Esta sociedade feudal, balanceada entre nobres e camponeses, não incitava ao lazer, à excepção de algumas actividades lúdicas relacionadas, com a igreja Cristã ou de cariz comunitário.⁶

No Renascimento volta-se a valorizar o turismo como actividade lúdica e de recreio. Neste período a valorização da cultura da antiguidade clássica e contribui para intensificar a procura destes destinos, mais uma vez apenas ao alcance das classes mais abastadas de aristocratas, de burgueses, de eclesiásticos e de artistas. O turismo associa-se à necessidade de aprender e descobrir e renasce o termo “*Grand Tour*”. Estas viagens realizavam-se na Europa, predominantemente por ingleses que fundam as primeiras estâncias turísticas do continente. É ainda neste período que se escrevem os primeiros manuais de viagens e roteiros turísticos.⁷

Etimologicamente, turismo tem origem no termo inglês “*tourism*” que por sua vez origina do termo “*Grand Tour*” ou grande volta.⁸ O turismo como se conhece é um produto de uma sociedade industrializada - *fordista*, assente num modelo económico de produção em massa já consolidado no 1º quartel do séc. XX. A implementação do direito a férias contribui para tornar o turismo acessível a uma maior diversidade de classes sociais e eleva-o a fenómeno dos países industrializados. Rapidamente, se torna uma indústria fomentada na prestação de bens e serviços para a satisfação das necessidades e aspirações dos viajantes.

É após a Segunda Guerra Mundial que a indústria turística experiencia um crescimento vertiginoso. A Europa encontrava-se devastada pela guerra e com a colaboração dos Estados Unidos (EUA) através do Plano Marshall inicia um pacote de investimento na reconstrução através do restabelecimento das indústrias assente no modelo *fordista*. Os operários adquirem conseqüentemente o direito a férias remuneradas com diminuição das jornadas diárias. A melhoria da situação económica e aumento do rendimento familiar incentivam e proporcionam a prática do turismo que passa a integrar a vida social.

O fortalecimento da economia europeia incentivou o consumismo e contribui para o crescimento do turismo e para a sua massificação. Nesta sociedade consumista o modelo *fordista* da indústria vigora no sector turístico pois as viagens passam a ser produzidas de forma padronizada e homogénea em pacotes turísticos para destinos emergentes assentes, principalmente, na ideologia de “sol e praia”, com itinerários fixos e planeados.

Em suma, é no emergir da sociedade industrial ocidental que surgem as transformações que vão beneficiar a prática turística nomeadamente: a generalização do direito a férias remuneradas, o aumento do rendimento e do tempo livre das famílias, o desenvolvimento dos meios de transportes e a melhoria das acessibilidades. Estas

⁶ Cátia Martins (2012), “Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável - O Papel da Arquitetura Vernacular”, pg. 8

⁷ Idem, pg. 9

⁸ Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa (1977), 3º Edição, Volume V de José Pedro Machado pg. 353

transformações consolidam a massificação do turismo que se assume como um dos mais notáveis fenómenos socioeconómicos do século XX e da sociedade consumista.

2.1.2 - A indústria do turismo

Considera-se, para a realização desta dissertação que, a indústria do turismo é o conjunto de todas as organizações e empresas orientadas para a satisfação das necessidades e aspirações recreativas e de lazer dos viajantes.

Assinala-se o ano de 1841 como o do surgimento da primeira agência de viagens do mundo criada em Inglaterra por Thomas Cook⁹. Adota um serviço de “*inclusive tour*” fazendo uso da rede ferroviária e dos navios a vapor como meio de transporte de turistas para os destinos emergentes da época marcando o início do mercado de operações turísticas.

A partir deste exemplo marcante, nascem e crescem diversos e cada vez mais competitivos serviços no que respeita à oferta turística, ao mercado das operações de viagens e turismo, aos operadores e agências de viagens, aos parques temáticos, às cadeias multinacionais de hotelaria, às empresas aéreas de voos regulares, entre outros. Consequentemente começa a estabelecer-se uma teia de negócios relacionada com a prestação de serviços turísticos com crescente peso económico à escala mundial. Surge também o marketing das viagens turísticas com o intuito de incitar ao consumo, através de imagens, *posters*, guias, filmes, livros ou reproduções de propaganda de modo a rentabilizar esta indústria.

Por outro lado, as áreas receptoras de turismo desenvolvem a indústria da oferta local de alojamento, transportes, restauração, comércio, visitas guiadas e espaços de lazer e entretenimento. Pretende-se criar todas as condições necessárias, para satisfazer as



Imagem 3 - Praia do Rio de Janeiro, Brasil

⁹ Luís Henriques de Souza (2006) em “A gestão do turismo nas áreas naturais protegidas do Centro de Portugal”, pg. 1

necessidades de consumo dos turistas. Contudo, a criação desta indústria de oferta turística local fez-se, em muitos casos, através do uso desmedido dos recursos naturais, com efeitos nefastos no ambiente natural das áreas de destino, tema este que importa desenvolver no ponto 2.2.1 do presente capítulo, referente ao turismo e sustentabilidade.

Em suma, estão criadas as bases para o turismo de massas com operadores de serviços e viagens que orientam um emergente mercado viajantes para destinos tipificados e homogéneos usando um sistema de pacotes tudo incluído. As áreas destino preparam-se para a recepção dos turistas construindo em elevada densidade nem sempre de modo adequado com o objectivo de moldar o espaço e o território à função turística. Do lado dos benefícios identificam-se a criação de emprego, a melhoria da economia dos locais receptores e consequentemente da vida social em geral. Os turistas viajam, usufruem e consomem o local destino e por fim regressam para as suas áreas de residência. Está criado um ciclo consumista, rentável em redor da actividade turística.



Imagem 4 - Praia da Rocha, Algarve

2.1.3 - O turismo alternativo

No final da década de 70 do século XX, na Europa, um conjunto de políticas e projectos responsáveis pela proliferação de um novo tipo de turismo, considerado alternativo quando comparado com o turismo de massas. O global crescimento da consciência colectiva sobre os impactos ambientais espaciais e territoriais negativos da actividade turística em massa, desencadeia um novo tipo de procura e de oferta turística associada a novas áreas destino e a estabelecimentos considerados de pequena escala face aos estabelecimentos característicos do



Imagem 5 - Eco-Frontiers Ranch, Polónia

turismo massificado como é exemplo os *resorts*¹⁰. Mais uma vez, a sociedade muda e conseqüentemente a procura turística e o próprio turismo também, passando a sustentabilidade e a ecologia a marcar fortemente este novo tipo de turismo.

O turismo alternativo distingue-se do turismo de massas de forma antagónica, pois surge de uma necessidade de contrariar a tendência de massificação do turismo tradicional criando alternativas às áreas receptoras preferenciais do turismo de massas¹¹. Assim, o turismo alternativo procura a pequena escala e a baixa densidade construtiva, bem como as alternativas fora das zonas urbanas visando promover o benefício local ao nível ambiental, social e económico.

O paradigma do turismo alternativo visa contribuir para a integração da actividade turística nas políticas de preservação, salvaguarda e valorização do ambiente, do património, do território e conseqüentemente do desenvolvimento económico local. Contudo, o aparecimento deste novo tipo de turismo não extinguiu o turismo em massas, que persiste, apenas abriu o mercado a uma nova abordagem reclamada por uma sociedade em mudança que reclama a sustentabilidade, o equilíbrio ecológico e a qualidade ambiental.



Imagem 6 - Mongólia, Three Camel Lodge

2.1.4 - O turismo pós-moderno

Com a estagnação do fordismo, os lucros do sistema de produção em massa diminuem e contribuem para a recessão económica impulsionada pela crise do petróleo da década de 70. Criam-se as bases para o modelo de desenvolvimento neo-liberal que visa dinamizar a economia. Impulsionado pelas inovações permitidas pelas novas tecnologias, o mercado consumidor segmenta-se destacando-se o sector dos serviços de forma significativa, surgindo o turismo pós-moderno.

¹⁰ Luís Henriques de Souza (2006) citando Mathieson and Wall em “A gestão do turismo nas áreas naturais protegidas do Centro de Portugal”, pg. 6, diz que os resorts “são tipos de cidades as quais se distinguem de outros centros urbanos pelas suas funções especializadas no turismo”

¹¹ i.e. áreas receptoras preferenciais do turismo de massas onde o espaço é moldado à função turística pela construção densa junto à atracção turística de alojamento, restaurantes, espaços de lazer, entre outros, com o intuito de responder à necessidade consumista dos turistas.

A inovação tecnológica conduziu à expansão mundial de grandes empresas e à constituição de redes e parcerias internacionais no chamado mercado global. Estas dinâmicas promoveram mudanças na actividade turística que culminaram na flexibilidade de serviços de forma a atender às mais variadas e personalizadas ambições do turista. Assim o pacote turístico é substituído pela oferta personalizada.

Mais recentemente o turista procura para além do destino, do alojamento e de todos os serviços tradicionalmente oferecidos, experiências diversas, como por exemplo *rafting*, desportos radicais, mergulho subaquático, experiências culinárias, entre outras.

O consumidor turístico tem um novo perfil caracterizado pelo conhecimento que possui, sendo informado, sofisticado e consciente, com um papel activo no planeamento da sua viagem. Denota-se ainda uma maior preocupação e respeito pelo ambiente, natureza e aspectos sociais, culturais, históricos e patrimoniais das populações autóctones dos locais destino. A Internet desempenha um papel crucial, pois é a principal ferramenta de planeamento e programação das viagens tornando o turista independente e espontâneo quanto à reserva de hotéis, compra de viagens, aluguer de automóveis, impressão de mapas ou aquisição de guias de viagem. Consequentemente, os prestadores de serviços turísticos adaptaram-se a esta realidade apostando na diferenciação e personalização da oferta a preços competitivos e comunicação *online*.

Assim sendo, o modelo de gestão turístico faz uso das tecnologias de informação e comunicação usando como ferramenta o marketing para aproximar os diferentes produtos e ofertas aos diferentes tipos de pessoas e às suas aspirações de experiências turísticas. O desenvolvimento sustentável e as preocupações ambientais marcam fortemente esta era.



Imagem 7 - Experiências turísticas, Odisseias

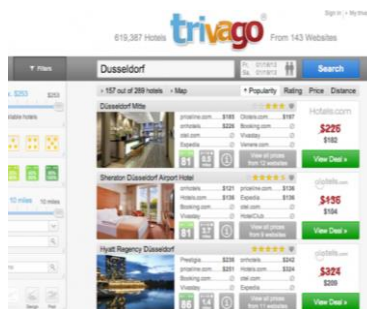


Imagem 9 - Motor de busca de alojamento online



Imagem 8 - Mapa digital, Google Maps

2.2 - Estímulos à actividade turística

2.2.1- Turismo e sustentabilidade

«que o impossível se torne provável»¹²

Este ponto tem início com uma reflexão sobre o percurso da actividade turística baseado no conceito de sustentabilidade. A sustentabilidade é um conceito abrangente e generalista, transversal a todas as áreas da sociedade da ecologia à economia e passando pelo turismo.

O termo “desenvolvimento sustentável” é usado pela primeira vez em 1987 no Relatório de Brundtland¹³ elaborado pela Comissão Mundial para o Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMAD) e transmite as preocupações sobre a ruptura da capacidade de sustentação do ambiente face às pressões exercidas pelo homem. Nesse documento define-se desenvolvimento sustentável como «aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer as possibilidades de as gerações futuras atenderem às suas próprias necessidades».¹⁴

Este termo foi adoptado pelas Nações Unidas (ONU), governos e organizações não-governamentais incluindo o sector do turismo. A definição desenvolvida é vaga e ambígua mas deixou aberta a temática a discussão e desenvolvimento futuro. A sustentabilidade requer a união de esforços de modo a orientar as actividades humanas para a promoção do equilíbrio entre ambiente, homem e economia, motivadas pelo anseio de uma melhor qualidade de vida e equilíbrio na sinergia homem-ambiente i.e. uma sociedade mais verde.

Esta «noção de consumo verde [...] baseada no ambiente, tem sido frequentemente criticada por promover o consumo destes produtos como solução para os problemas



Imagem 10 - Bushmans Kloof Reserva Selvagem, África do Sul

¹² Marie-Françoise Lanfant citada por Graça Joaquim (2003) em TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais de Orlando Simões e Artur Cristóvão, pg. 56

¹³ Documento denominado de “Nosso futuro comum” publicado em 1987 onde se define o conceito de desenvolvimento sustentável

¹⁴ Definição de desenvolvimento sustentável de acordo com o “Nosso futuro comum” da Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, 2ª edição de 1991, pg. 46

ambientais do mundo, falhando no reconhecimento de que o consumo é o problema e não a solução. Mas o significado do consumo verde é actualmente mais profundo».¹⁵

A teoria do desenvolvimento sustentável não define ou determina um caminho a seguir, procura sim, uma relação interdisciplinar, transversal e de cooperação entre os vários domínios que compõem o sistema de actividades e aspirações humanas.

Neste sentido considera-se que o turismo de massas, não atende às necessidades presentes e futuras do homem pelo que formas alternativas de turismo como seja o turismo rural, orientado para o campo e para a sustentabilidade, ganham potencial especialmente no plano local da sua implantação.

Por outro lado a exploração excessiva dos recursos naturais, a densificação urbanística desregrada e a poluição gerada pelo turismo massificado não estão em conformidade a sustentabilidade.

A consciencialização dos efeitos negativos do turismo no meio natural levou a uma reavaliação da relação turismo-ambiente na procura de um desenvolvimento sustentável da actividade. Surgem alternativas¹⁶ que procuram desenvolver um novo turismo orientado para conjugar a sustentabilidade com a satisfação dos turistas cada vez mais conscientes para esta problemática.

Nesta sequência surge em 1995 a carta de Turismo Sustentado que determina que o turismo sustentável deverá fundamentar-se «sobre critérios de sustentabilidade [...] deverá ser suportável ecologicamente a longo prazo, viável economicamente e equitativo desde uma perspectiva ética e social para as comunidades locais.»¹⁷ Assim, os três factores de sustentabilidade do turismo: o ambiente, o social e o económico.

Para atingir o seu objectivo é importante a sensibilização da população local e dos turistas para a conservação do meio ambiente, dos valores culturais e patrimoniais e até da



Imagem 11 - Great Ocean Ecolodge, Austrália

¹⁵ Dickens citado por Graça Joaquim (2003) em TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais de Orlando Simões e Artur Cristóvão, pg. 63

¹⁶ Termo de Wheeler citado por Maria Justina Martins Silvano(2006) em “ O turismo em áreas rurais como factor de desenvolvimento. O caso do Parque Natural de Montesinho” pg. 17

¹⁷ 1º Artigo da Carta de Turismo Sustentado escrita na Conferencia Mundial de Turismo Sustentável, reunidos em Lanzarote, Ilhas Canárias, Espanha, em Abril de 1995

estrutura de valores social.

2.2.2 - Tempo livre, lazer e ócio

O desenvolvimento da sociedade urbana moderna conduz ao desejo de se evadir da cidade, de «fugir-lhe e distanciar-se por um fim-de-semana no campo ou uma viagem retemperadora»¹⁸ E induz à criação de relações com a natureza idilizada e repleta de encantos. «A sociedade urbana moderna valoriza o tempo livre, os lazeres culturais e desportivos, a vilegiatura, o turismo e todas as práticas de vida requintada em que as condições de bem-estar são as de bem-viver»¹⁹.

Os principais factores identificados como motivação para as deslocações turísticas são: ²⁰ O recreio e o lazer, a cultura e a educação e razões de cariz étnico.

Os indivíduos estimulados por estes motivos procuram o descanso, a fuga á rotina diária, experiências aventurosas ou românticas; conhecer outros países, povos e culturas, interessando-se por museus, galerias de arte, concertos ou exposições; ou deslocar-se aos países de origem para visitar familiares ou amigos, respectivamente. Para além destes motivos também a realização de eventos desportivos, culturais, festivais musicais ou aventura, entre outros suscitam a actividade turística.

Por outro lado o tempo livre, o lazer, o ócio e a recreação como impulsionadores desta actividade. «Os tempos livres tomaram um tal lugar nas nossas vidas individuais e na organização da sociedade, que os que são excluídos de tempos livres de qualidade, de férias e viagens são excluídos absolutos das nossas sociedades»²¹. Lazer, ócio e recreação são palavras com significados diferentes, contudo, a realidade a que se aplicam é a mesma: o tempo livre e a sua usufruição. Etimologicamente, a palavra lazer deriva do latim *licet* e significa «ser lícito, ser permitido»²²; ócio que provém do latim *otiu* significa «descanso, repouso (...) paz, calma, tranquilidade»²³; já recreação advém do verbo recrear que em latim é *recreare* e significa «produzir de novo, fazer reviver, restabelecer, reparar, refazer»²⁴. Conforme observado, todos eles se relacionam com a ideia de tempo livre e de não trabalho.

Acácio Pinto adopta a expressão lazer em detrimento de ócio e recreação afirmando que esta tem um significado mais intrínseco e simbólico. Defende que as actividades que ocorrem em tempo livre inserem-se no conceito de lazer e que, conseqüentemente, o turismo também.

¹⁸ Pierre Donadieu referido por Carminda Cavaco (2003) em TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais de Orlando Simões e Artur Cristóvão pg.35

¹⁹ Idem

²⁰ Acácio Pinto (2004) em “Turismo em Espaço Rural Motivações e Práticas, Holandeses em Ferreira de Aves Sâtão”, pg. 43

²¹ Viaud citado por Carminda Cavaco em TERN (2003): Turismo em Espaços Rurais e Naturais de Orlando Simões e Artur Cristóvão pg. 25

²² José Pedro Machado(1977) Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, 3º Edição, Volume III, pg. 396

²³ José Pedro Machado(1977) Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, 3º Edição, Volume IV, pg. 238

²⁴ José Pedro Machado(1977) Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, 3º Edição, Volume V, pg. 54

O tempo livre é uma condição necessária para que a actividade turística ocorra, sendo «todo o tempo que [...] resta fora do trabalho formal»²⁵ i.e. que não é incluído no trabalho, nas tarefas domésticas, deslocações laborais, refeições ou o tempo de dormir. É no tempo livre que o indivíduo exerce o lazer, o ócio, a recreação e a actividade turística.

Neste contexto poder-se-ão identificar diferentes durações associadas aos tempos livres. O tempo livre diário que corresponde à subtracção do tempo de trabalho às vinte e quatro horas de cada dia; ocupados, geralmente, por actividades de lazer em espaço de alcance imediato; o tempo livre do fim-de-semana, que para a generalidade das pessoas (sem actividade profissional neste período) deixa espaço para uma mais ampla gama de actividades de lazer quando comparada com o tempo livre diário, estando ao alcance do local de residência e envolvente próxima; o tempo livre mais ambicionado pelos trabalhadores corresponde às férias pelo período correspondente a cerca de um mês de férias por ano, com a maior capacidade de mobilidade em busca de espaços de lazer, ócio e recreação longe dos locais de residência. Por outro lado poder-se-á considerar o maior período de tempo livre ocorre aquando da sua aposentação, pois entra na fase do tempo livre permanente.

Em suma, o aproveitamento do tempo livre está directamente relacionado com a quantidade de tempo livre disponível pelo que as actividades realizadas em tempo livre poderão ser hierarquizadas de acordo com a sua duração. Assim, no tempo livre de maior duração exercem-se actividades de lazer, ócio ou recreação dos períodos menores. Exemplificando, nas férias podem incluir-se também as actividades de tempo livre semanais e diárias e no tempo livre de aposentação as actividades de tempo livre de férias, semanal e diário.

Os espaços de ocupação dos tempos livres são tão variados consoante actividades que neles se exercem e de acordo com o tempo livre disponível. Em suma, poder-se-ão sistematizar três tipos de espaços: espaço de alcance imediato; espaço de alcance médio e espaço de longo alcance.²⁶

Para actividades de tempo livre diárias o tipo de espaço adequado é o de alcance



Imagem 12 - Parque Verde do Mondego, Coimbra



Imagem 13 - Resort Breezes Búzios, Rio de Janeiro

²⁵ Definição de tempo livre segundo Gama Santo citada por Acácio Pinto (2004) em “Turismo em Espaço Rural Motivações e Práticas, Holandeses em Ferreira de Aves Sátão”, pg. 48

²⁶ Acácio Pinto (2004) sobre os diferentes tipos de espaço em relação com o tempo livre em “Turismo em Espaço Rural Motivações e Práticas, Holandeses em Ferreira de Aves Sátão”, pg. 51

imediatos, pois é relativamente próximo dos locais de trabalho ou residência, podendo incluir a própria residência. Como o período de tempo livre é mais reduzido o indivíduo não afasta dos locais da vida laboral e doméstica. Este espaço de alcance imediato pode também ser utilizado durante os outros tempos livres. Quanto às actividades de tempo livre de fim-de-semana possibilitam a utilização de espaços de alcance médio. E as actividades de tempo livre de férias e do período de aposentação correspondem espaços de alcance longo.

Apesar da maior duração do tempo livre permitir distâncias maiores para a realização das actividades de lazer, não impede que as mesmas possam exercer-se na proximidade dos locais de trabalho ou de residência.

Reflectindo sobre os objectivos do lazer, considera-se que permite ao indivíduo recuperar das fadigas diárias causadas pelo trabalho, vida doméstica e familiar e proporcionar o divertimento, «as fadigas do mundo moderno tornam indispensáveis o divertimento, a distração, o descanso»²⁷

Sintetizando, o lazer é uma forma compensatória de recuperar a força de trabalho, libertar tensões e *stress* da vida quotidiana e laboral através do repouso e do divertimento para que o indivíduo se reequilibre física e psiquicamente. Por sua vez, os tipos de lazer estão directamente relacionados com o tempo livre que o indivíduo tem disponível - dia, semana, ano ou período de vida - o lazer por sua vez, ocorre nos respectivos espaços, de alcance imediato, médio ou longo, de acordo com o tempo livre disponível.

2.3 - Traços gerais do turismo na contemporaneidade

Na actualidade, a variedade da oferta turística exemplifica a complexidade da sociedade. Existe uma ampla variedade de modalidades, ofertas, serviços e experiências disponíveis i.e. vários nichos de mercado.

Continuam a existir zonas turísticas preferenciais onde predomina o turismo em massas à base de pacotes turísticos padronizados e que tem com destinos preferenciais as orlas costeiras, ou seja do turismo de sol e praia. Porém, desde o surgimento do turismo pós-moderno passa a existir um nicho turístico alternativo dominado pela flexibilização do produto e pelas tecnologias de informação e comunicação, em especial pela internet. A principal característica do turista pós-moderno é o seu grau de informação e de independência, ele sozinho é capaz de planear e completar a sua viagem sem recorrer a agências de viagens.

É também a partir do período pós-moderno que surge o conceito de experiência turística. Hoje em dia mais do que uma modalidade de alojamento ou um lugar turístico, o indivíduo procura uma experiência turística personalizada, como por exemplo o agro-turismo, os desportos radicais ou as experiências culinárias. O aparecimento destas experiências fragmenta ainda mais o mercado da oferta turística tornando extremamente personalizável.

²⁷ Lefévre citado por Acácio Pinto (2004) em “Turismo em Espaço Rural Motivações e Práticas, Holandeses em Ferreira de Aves Sátão”, pg. 58

As preocupações ambientais e sustentáveis relacionadas com a consciencialização social abrem horizontes a destinos e práticas turísticas alternativas.

Por fim uma condição essencial à actividade turística é o tempo livre, é este que permite todas as actividades de lazer inclusive o turismo.

Capítulo 3 - Pressupostos do Turismo Rural

Neste capítulo realiza-se uma abordagem sucinta do turismo em espaço rural. Estuda-se o meio rural, a passagem da sociedade rural para a urbana, os tipos de espaços rurais e a dicotomia entre espaço rural e urbano.

Abordar-se-á também o turismo em espaço rural conforme sistematizado pelo actual enquadramento legal nesta matéria, as suas diferentes modalidades, algumas das potencialidades e problemáticas resultantes da sua prática e a sua importância para a revitalização dos lugares rurais.

3.1 - Passagem para uma sociedade predominantemente urbana

3.1.1- Declínio da sociedade rural

À semelhança do que se regista noutros domínios, nos últimos anos o processo de transformação do espaço rural em Portugal tem vindo a seguir as tendências do resto da Europa. De acordo com Sidónio Pardal²⁸, em 1975, cerca de 30% da população dedicava-se à agricultura quando nos países industrializados da Europa de Norte não ultrapassava os 10%. A introdução da produção industrial em Portugal quando comparada com os seus congéneres europeus foi lenta, caracterizada pela instalação das indústrias na proximidade dos grandes centros urbanos e atraindo muitos habitantes rurais. Inicia-se o processo de êxodo rural com influências mútuas na transformação dos espaços rural e urbano.

Ora a ocupação do espaço rural recaía sobre a necessidade dos agricultores estarem próximos dos campos de cultivo de onde provinha o seu sustento numa árdua marcada pela agricultura de subsistência. Com a propagação das indústrias, a população em especial a mais jovem, rumou aos centros urbanos na procura de melhores condições de vida deixando de exercer a sua actividade no sector agrícola e passando a ser operários fabris. Consequentemente o abandono do espaço rural e da agricultura deixam estas áreas deprimidas social e economicamente. Esta situação persistiu ao longo do tempo pois o processo de industrialização tardou a chegar à actividade agrícola.

A migração das populações rurais em direcção às grandes cidades causou grandes problemas de sobredensificação e expansão dos limites urbanos, intensificando a diferença entre rural e urbano. Estas transformações no espaço rural conduziram na opinião de alguns

²⁸ Sidónio Pardal (2002) em “Planeamento do Espaço Rústico”, pg. 62

autores ao seu quase desaparecimento. Elisabete Figueiredo²⁹ refere a propósito: o desaparecimento do espaço rural como espaço físico, económico, cultural e social; a extinção do rural como objecto de estudo de várias ciências sociais pela adopção do termo “rurbano”³⁰ Deixando de fazer sentido o seu estudo; e por fim o facto de o rural sofrer um falso desaparecimento pois a sua valorização e crescente procura pelas suas características antecipam o seu ressurgimento.

Ora, poder-se-á concluir que as fronteiras entre rural e urbano dissipam-se e a diferenciação entre população urbana e rural desvanecesse-se, pois, já não existe propriamente um estilo de vida rural à excepção de alguns resquícios associados a populações mais idosas (minoritárias). É neste sentido que surge o termo “rurbano” do cruzamento entre estas duas realidades i.e. a vivência no espaço rural, de um estilo de vida urbano. Contudo permanece no imaginário colectivo de alguns sectores da população urbana a nostalgia por um estilo de vida rural ou uma certa ideia de ruralidade associada a uma concepção idílica do viver fora da cidade. A ruralidade assume-se como uma imagem nostálgica de herança cultural e natural, i.e. um mito «poderoso que criou uma procura e em muitos casos a compra de parte da paisagem rural»³¹. Ora o turismo rural não escapa a esta procura.

Se «há mais de um século Sertório do Monte Pereira associava a diversidade do espaço rural à geografia dos cereais de pão: trigo, milho centeio»³² Hoje a realidade é outra. O rural marcado pela capacidade de produção de alimentos substitui-se pelo rural multifuncional onde a actividade agrícola continua a desempenhar um papel social e ambiental importante apesar de em muitas regiões não ser já a actividade dominante. A esta realidade acresce-se a procura de formas temporárias de ocupação do tempo livre e lazer pelas populações urbanas, fenómeno que influencia o emergir de uma nova identidade do rural nomeadamente associada ao sector do turismo.

Em síntese, o rural é hoje uma multiplicidade de situações simultaneamente «abandonado, transformado, envelhecido, produtor, produzido, reinventado, inovador, urbano, urbanizado, vivido, visitado, desejado, marginalizado, imaginado, negligenciado, dinâmico, atrasado, colonizado, assistido, intervencionado, globalizado, localizado, planeado, representado, revalorizado, florestado, queimado, desfavorecido, empreendedor, bloqueado, animado, bloqueador, participado, comunicado, excluído, integrador»³³.



Imagem 14 - Solar da Silveira (1785)
Boaventura



Imagem 15 - Agricultura de Subsistência, Alvaiázere

²⁹ Elisabete Figueiredo(2011) em “O Rural Plural”, pg. 14-15

³⁰ Elisabete Figueiredo(2011) em “O Rural Plural”, pg. 217

³¹ Elisabete Figueiredo(2011) citando Butler and Hall em “O Rural Plural”, pg. 20

³² Elisabete Figueiredo(2011) em “O Rural Plural”, pg. 50

³³ Idem, pg. 27

3.1.2 - Tipos de espaços rurais

Para efeitos de usos do solo utilizados no planeamento urbanístico foram estabelecidas duas classes de espaço: rural e urbano. O solo rural é aquele que se destina ao «aproveitamento agrícola, pecuário e florestal, ou de geológicos, a espaços naturais de protecção ou de lazer»³⁴ ou ainda a outros tipos de ocupação desde que não lhe confirmem o estatuto de solo urbano. O solo urbano é aquele que se «destina à urbanização e à edificação urbana»³⁵ i.e. à construção de edifícios infra-estruturas e espaços colectivos à escala da cidade³⁶. Ora, no contexto desta dissertação importa reflectir sobre o conceito de solo rural de modo a esclarecer alguns dos seus conteúdos uma vez que a perspectiva de análise identificada nos objectivos é intervir num espaço deste tipo no lugar da Fajã de Baixo nas proximidades da cidade da Calheta.

Os usos do solo dizem respeito às formas de aproveitamento do território permitidas e desejáveis no âmbito dos instrumentos de gestão territorial. São estabelecidos no conteúdo do Plano Director Municipal; o plano urbanístico que tem como âmbito territorial de intervenção o espaço geográfico correspondente ao concelho; através da classificação (em urbano ou em rural) e da qualificação do solo (identificação dos vários tipos de solos urbanos e vários tipos de utilização do solo rural).

A OCDE (1994)³⁷ determina como requisito para um lugar ser considerado rural, ter uma densidade populacional inferior a 150 hab/km². O Instituto Nacional de Estatista (INE)³⁸ considera o valor de 100 hab/km², não devendo integrar-se em freguesias com uma população residente superior 2000 habitantes. Por sua vez as exigências referentes aos empreendimentos de turismo rural

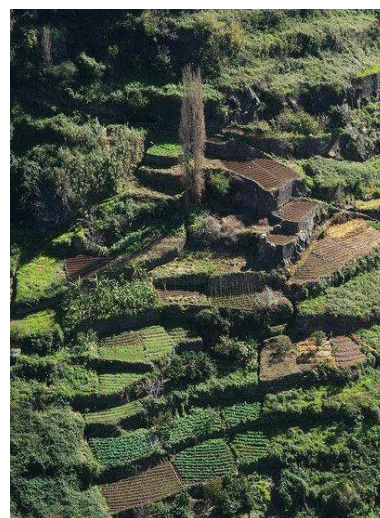


Imagem 16 - Terrenos de cultivo, Lombada da Ponta de Sol, Ponta de Sol



Imagem 17 - Floresta Laurissilva, Madeira

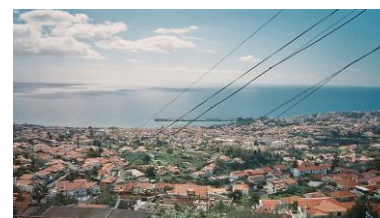


Imagem 18 - Cidade do Funchal

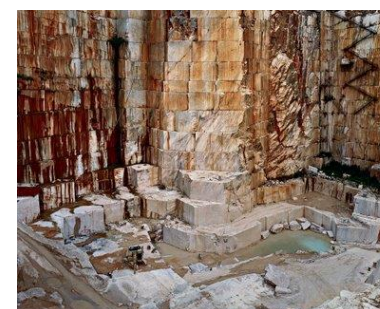


Imagem 19 - Pedreira de Borba

³⁴ DR n.º 11/2009 de 29 de Maio, Cap. II, Artigo 4.º, alínea 1

³⁵ Idem, alínea 3

³⁶ Importa esclarecer que no âmbito desta dissertação o termo cidade utiliza-se frequentemente em termos latos i.e. para designar os aglomerados urbanos, independentemente de possuírem oficialmente o estatuto de cidade, vila, ou aldeia.

³⁷ Acácio Pinto (2004) em "Turismo em Espaço Rural Motivações e Práticas, Holandeses em Ferreira de Aves Sátão", pg. 81

³⁸ Idem

determinam que «espaço rural são as áreas com ligação tradicional e significativa à agricultura ou ambiente e paisagem de carácter vincadamente rural»³⁹. Em termos urbanísticos demarca que o solo rural é todo aquele que se destina ao aproveitamento agrícola, pecuário, florestal ou de recursos geológicos, integra ainda os espaços naturais de protecção, de lazer ou de outra ocupação humana que não lhe confira o estatuto de solo urbano⁴⁰. A classificação do solo rural tem como objectivo promover e garantir a salvaguarda e a protecção dos seus recursos pela adequação das ocupações e dos usos permitidos. Neste sentido foi estabelecido um conjunto de regras que regulamentam e regulam a ocupação, uso e transformação deste tipo de solo.

Sidónio Pardal⁴¹ avalia a importância de dar a cada uso de solo e a sua prioridade hierárquica de acordo com os seguintes critérios: da raridade dos locais onde se podem exercer; da influência directa sobre a qualidade de vida; e dos custos e benefícios que lhe estão associados.

No solo rural existem as seguintes subcategorias de usos do solo: espaços agrícolas ou florestais (de produção ou de conservação); espaços de exploração mineira; espaços para actividades industriais; espaços naturais; espaços de infra-estruturas e ainda outros tipos de ocupação humana que não impliquem a classificação como solo urbano.

Especificam-se também os critérios⁴² destas subcategorias. Assim entende-se que espaços agrícolas e florestais são aqueles onde a utilização dominante é a actividade agrícola, pecuária ou florestal. Dentro desta categoria os planos municipais são autónomos para subdividi-los em espaços agrícolas ou florestais de produção; espaços agrícolas ou florestais de preservação; espaços de uso múltiplo agrícola e florestal (ocupados por sistemas agro-silvo-pastoris). Ainda de acordo com Sidónio Pardal⁴³, o solo agrícola deve obedecer à lógica dos interesses públicos porém está dependente dos interesses e iniciativas privadas pelo que poder estatal não poderá impor a prática desta actividade em terrenos privados. Neste sentido os instrumentos de gestão territorial são meramente indicativos. Aos espaços rurais pertence também o solo silvestre que respeita a todas as zonas fora do perímetro urbano que não são agrícolas, podendo compreender as zonas únicas. É o único uso de solo que se pode auto-regenerar e desenvolver-se sem a intervenção humana. Quando comparado com os outros usos de solo oferece rendimentos comparativamente baixos. Contudo as zonas silvestres correspondem essencialmente aquelas em que se quer preservar os ecossistemas selvagens. Sobre este ponto de vista, Sidónio Pardal⁴⁴ salienta que o sector agrícola tende a reclamar os terrenos agro-florestais por estes serem mais rentáveis deixando as florestas para os terrenos mais marginais e menos propícios à agricultura.

³⁹ Portaria 973/2008 de 20 de Agosto, Secção I, Artigo 4º, alínea 1

⁴⁰ DR nº 11 de 2009 de 29 de Maio artigo alínea

⁴¹ Sidónio Pardal (2002) em “Planeamento do Espaço Rústico”, pg. 73

⁴² Decreto Regulamentar nº 11/2009 de 29 de Maio Artigo

⁴³ Sidónio Pardal (2002) em “Planeamento do Espaço Rústico”, pg.81

⁴⁴ Idem, pg. 84

Os espaços afectos à exploração de recursos geológicos delimitam e regulamentam as áreas onde a actividade é a exploração mineira, procurando-se minimizar os impactos ambientais e paisagísticos que o fim desta actividade implica.

Os espaços naturais referem-se às áreas de maior valor natural e paisagístico e cuja utilização não seja agrícola, florestal ou geológica, incluindo as zonas húmidas e as áreas naturais descobertas ou com vegetação dispersada (praias, arribas, dunas ou afloramentos rochosos). Os espaços naturais dizem respeito a zonas únicas que são consideradas hierarquicamente superiores a todos os outros espaços por definirem as partes do território com características ecossistémicas notáveis. Para cumprir os seus objectivos, necessitam de medidas que assegurem a salvaguarda com acompanhamento e observação técnica, científica e administrativa *in situ*. Dentro deste uso do solo existem as áreas reservadas à conservação de habitats e ecossistemas raros e zonas de património cultural que incluem os edifícios arquitectónicos e as paisagens humanizadas. Os dois diplomas que mais se relacionam com as zonas únicas e com a preservação dos recursos ecossistémicos apesar de não as criarem são os diplomas da Reserva Agrícola Nacional (RAN) e da Reserva Ecológica Nacional (REN) o primeiro destina-se a preservar e valorizar os solos com maior aptidão agrícola, o segundo para a valorização e proteger os locais mais significativos em termos de ecossistemas⁴⁵. Por outro lado as zonas únicas e os espaços rurais devem garantir e defender os interesses públicos.

Os espaços para actividades industriais correspondem a áreas de instalação de instalação de indústrias relacionadas com o aproveitamento de produtos agrícolas, pecuários, florestais ou geológicos.

Nas outras categorias de uso do solo rural incluem-se os aglomerados rurais; as áreas de edificação dispersa; o espaço cultural; o espaço de ocupação turística; e o espaço destinado a equipamentos e outras estruturas ou ocupações compatíveis com o solo rural. Assim sendo, os aglomerados rurais correspondem a áreas de habitação e de apoio a actividades realizadas em solo rural; as áreas de edificação dispersa correspondem locais de edificação existentes e espaços de uso misto; o espaço cultural corresponde a áreas de valor patrimonial, arquitectónico; arqueológico e paisagístico e ainda os espaços destinados a equipamentos ou outras estruturas compatíveis com uso rural.



Imagem 20 - Casas do Coro, Marialva

⁴⁵ Sidónio Pardal (2002) em “Planeamento do Espaço Rústico”, pg. 76

3.1.3 - Espaço rural vs. Espaço urbano

Para efeitos de planeamento urbanísticos a diferença entre espaço urbano e rural é clara. O espaço urbano delimita os aglomerados urbanos (cidades, vilas ou aldeias) e identificados pela linha correspondente ao perímetro urbano. Contudo, ainda que abranja a maioria do território nacional e como se referiu anteriormente, corresponda aos territórios localizados fora dos perímetros urbanos, definir o espaço rural é uma tarefa difícil. Actualmente o rural já «não é uma coisa ou unidade territorial, mas deriva da produção de um conjunto de sentidos»⁴⁶. Hoje os territórios rurais estão cada vez mais «desterritorializados e deslocados [...] independentes das características rurais»⁴⁷. Se antes se poderia associar ao rural tudo o que não era urbano, hoje não é bem assim.

Por outro lado, a expansão urbana pelo crescimento exagerado dos subúrbios não foi imune às transformações do espaço rural, que foi subtraído e incluído na cidade, com limites desmesurados, superiores às necessidades habitacionais reais. Compete aos instrumentos de gestão territorial de nova geração, encontrar medidas e incentivos para salvaguardar, proteger e incitar o desenvolvimento rural, mantendo viva a identidade dos lugares. Ora, é neste sentido que esta dissertação definiu como objectivo no projecto urbanístico para o lugar da Fajã de Baixo, manter viva quer a identidade da ilha (que se analisará no Capítulo 4) e da arquitectura local (a analisar no Capítulo 5), ou seja, os traços que assinalam a arquitectura popular na Madeira. A problemática da dispersão urbana, veio requerer a criação de infra-estruturas viárias, eléctricas, de saneamento, entre outras que aumentaram as despesas públicas dos municípios, marginalizaram as actividades agro-florestais. Como refere Sidónio Pardal⁴⁸, os solos rurais em espaços periurbanos valorizam-se e sobem os preços da especulação fundiária, dificultando a preservação ou implantação das actividades do sector primário. O autor sugere como medida para favorecer o sector primário, uma maior facilidade nos processos de emparcelamento da propriedade como acontece na Alemanha, Holanda, Suíça ou Suécia.

Como se pretendeu demonstrar, a protecção e salvaguarda dos espaços rurais carece de soluções cada vez mais diversas e multifuncionais, não querendo dizer que estes tenham que ser *non aedificandi*. Novas realidades estão presentes no espaço rural, como Sidónio Pardal⁴⁹ salienta, uma grande parte das paisagens rurais portuguesas resulta da ocupação residencial, que não se enquadra totalmente nos padrões do espaço rural nem nos do espaço urbano. Estes territórios colocam novos desafios que poderão encontrar um caminho nos espaços de ocupação dispersa, uma das mais recentes categorias de usos do solo criadas para os espaços rurais, como se pôde analisar, ocupados «maioritariamente por moradias unifamiliares com jardim, podendo ter também hotéis, centros de administração e comércio

⁴⁶ Elisabete Figueiredo citando Marc Mormont em “O Rural Plural”, pg. 20

⁴⁷ Elisabete Figueiredo em “O Rural Plural”, pg. 20

⁴⁸ Sidónio Pardal (2002) em “Planeamento do Espaço Rústico”, pg. 59

⁴⁹ Idem, pg. 88

tradicional»⁵⁰, Que são objecto de «tratamentos paisagísticos e urbanísticos que enfatizam uma expressão bucólica e romântica»⁵¹. Conforme se referiu anteriormente, esta ideia de ruralidade inclui uma concepção imaginária por parte das populações urbanas. Contudo, o estilo de vida rural deu lugar à sociedade urbana como modo de vida, independentemente das características do território onde se reside.

Ora, como se pretendeu demonstrar nos pontos anteriores, o rural deixou de estar associado exclusivamente à prática agrícola e dele emergiu uma ideia de ruralidade, assente numa imagem idílica e estética, baseada na estrutura física, natural, paisagista e patrimonial dos lugares rurais. O declínio da agricultura, o êxodo da população e o envelhecimento são algumas das marcas deixadas. Consequentemente, novos desafios se colocam ao espaço rural de modo a promover um espaço de consumo, multifuncional, vivo e dinâmico, capaz de se redefinir, reinventar, reestruturar e redesenhar. Ora, o turismo em espaço rural representa uma oportunidade para estes territórios em declínio, pelo que foi definido no objectivo desta dissertação.



Imagem 21 - Expansão da cidade do Funchal

⁵⁰ Sidónio Pardal (2002) em “Planeamento do Espaço Rústico”, pg.88

⁵¹ Idem

3.2 - Turismo em Espaço Rural

3.2.1 - Principais conceitos

A reflexão sobre o turismo em espaço rural, os contextos onde se desenvolve, as motivações e as pessoas que o procuram bem como os respectivos efeitos que todos estes fenómenos causam no espaço rural são aspectos considerados cruciais à concretização desta dissertação.

O turismo rural de acordo com a actual legislação⁵² é apresentado com base em três critérios: uma modalidade de alojamento marcada por diversas características arquitectónicas; inúmeros tipos de infra-estruturas e serviços associados; que por sua vez requerem vários perfis paisagísticos. A legislação divide estes empreendimentos em três categorias: casas de campo, agro-turismo e hotéis rurais⁵³. Determina ainda que devem integrar-se nos lugares, promovendo a preservação, recuperação e valorização do património arquitectónico, histórico, natural e paisagístico. De acordo com o EUROSTAT⁵⁴ o turismo rural refere-se à «totalidade de actividades de indivíduos que viajam para áreas rurais (de uma forma não massificada)»⁵⁵. Contudo, o conceito de turismo rural poderá ser considerado abrangente e lato dada a multiplicidade de definições apresentadas pelos autores e organismos nacionais e internacionais, ainda que unânimes quanto à distinção desta actividade das modalidades convencionais do turismo.

O produto turístico rural é uma realidade complexa onde existem inúmeras variantes demográficas e funcionais que contribuem para a sua definição e que resultam em vários tipos de alojamentos e experiência. Quando se denomina uma actividade turística de rural, os factores que levam a esta designação, não são apenas quantificáveis, ou seja, obtidos através de características estatísticas como por exemplo o número de quartos ou a densidade populacional do local. Para tal é necessário cruzar estes dados com critérios de cariz qualificativo inerentes ao espaço rural de modo a contextualizar cada situação.

Para a concretização desta dissertação entende-se que turismo em espaço rural é o conjunto de modalidades de hospedagem orientadas para a exploração dos recursos naturais e culturais locais. Este tipo de alojamento tem origens na União Europeia (UE) e no Estado Português como medida para inverter a tendência do êxodo rural fortemente evidenciada a partir de 1960 conforme analisado em pontos anteriores.

Nos últimos decénios surgiram e consolidaram-se alguns princípios e valores com repercussões no turismo nomeadamente: conciliação entre economia e ecologia; compatibilização entre desenvolvimento e preservação do ambiente e dos recursos naturais; e

⁵² Especificamente o DL n.º 39/2008 de 7 de Março que estabelece o novo regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos e revoga os anteriores diplomas como por exemplo o DL n.º 54/2002 de 11 de Março.

⁵³ DL n.º 39/2008 de 7 de Março, Secção VIII, Artigo 18.º alínea 3

⁵⁴ 1998

⁵⁵ Celeste Eusébio e Elisabeth Kastenholtz (2011) em “O Rural Plural” de Elisabete Figueiredo, pg. 216

compatibilização do fenómeno da globalização com a protecção das identidades sociais e culturais.⁵⁶ Ainda assim, o consumo turístico moderno, inclusive no meio rural, tende a fragmentar-se e tornar-se heterogéneo e imprevisível quanto aos mercados, motivações e procuras. Nestes mercados emergentes da contemporaneidade, o turismo rural evidencia um crescimento na oferta a par da crescente procura por uma população cada vez mais urbana que procura a pequena escala e a natureza para fugir ao bulício e ao *stress*.

À semelhança de outros casos, também Portugal, o turismo rural tem sido entendido e utilizado como estratégia de desenvolvimento socioeconómico para recuperação e conservação do património e do ambiente. Neste sentido, surge como política de cariz territorial que pretende desenvolver as áreas onde se implanta, impulsionar a criação de empregos relacionados não só com esta actividade mas também com outras como o comércio, contribuir para o funcionamento de infra-estruturas e equipamentos, promover a fixação da população e preservar e valorizar os recursos naturais e culturais.

Existe um vasto conjunto de actividades relacionadas com este tipo de turismo e simultaneamente com o desfrutar da natureza, como sejam a realização de caminhadas, escaladas, canoagem, esqui, caça, pesca, ciclismo, equitação, contemplação de paisagens, observação de animais selvagens, jogos de orientação, festas rurais ou desportos compatíveis com a natureza.

Em suma, o turismo em espaço rural propõe-se oferecer aos hóspedes um serviço de alojamento distinto das modalidades convencionais de turismo; hotéis, hotéis-apartamento, entre outros de elevada densidade; e uma versão idealizada do mundo rural associada ao “idílico” ou de um certo “paraíso perdido”.⁵⁷

Tal como se pretendeu demonstrar no ponto 3.1.3 reconhece-se que «Portugal é rico em espaços naturais que funcionam como importantes atracções turísticas»⁵⁸. Progressivamente ao longo dos últimos anos, as áreas rurais têm vindo a ser cada vez mais ocupadas por actividades e práticas ligadas ao lazer e ao turismo. Consequentemente, «os governos dos diferentes países da União Europeia têm criado diversos programas de apoio, observando-se neste momento inúmeros destinos rurais a surgir todos os anos.»⁵⁹ Foi essencialmente a partir da década de 1990 que o turismo tomou um papel de destaque nas políticas e incentivos da União Europeia. Também em Portugal a consolidação do turismo foi motivada por programas europeus como o LEADER que reconheceu o valor do turismo rural como instrumento de desenvolvimento das regiões. Desde então, este sector tem vindo a ganhar relevância como revitalizador e impulsionador de desenvolvimento a várias escalas contribuindo para dinamizar e minorar o declínio que desde há muito assola o meio rural.

⁵⁶ Cavaco citado por Conceição Cunha, Elisabeth Kastenholz e Maria João Carneiro em “O Rural Plural” de Elisabete Figueiredo, pg. 205

⁵⁷ Elisabete Figueiredo em “TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais” de Orlando Simões e Artur Cristóvão pg. 77

⁵⁸ Crhis Anderson Martins Souza e Celeste Eusébio em “O Rural Plural” de Elisabete Figueiredo, pág. 245

⁵⁹ Áurea Rodrigues, Elisabeth Kastenholz e Duarte Morais em “O Rural Plural” de Elisabete Figueiredo, pg. 232

Presentemente, o turismo em espaço rural quer em Portugal quer na Europa é já um fenómeno consolidado quer em termos de oferta quer de procura. A proliferação a nível nacional está fortemente relacionada com a tentativa das autarquias locais impulsionarem o desenvolvimento das regiões mais deprimidas em termos socioeconómicos e com acentuado decréscimo populacional como seja o Interior. Frequentemente, «quando não sabemos mais o que fazer por uma região rural frágil, quando o êxodo populacional parece ser inexorável, quando tudo o que podemos imaginar, como apoio à agricultura e aos agricultores parece ineficaz, um recurso é aparentemente sempre fácil: o turismo verde»⁶⁰. O turismo rural tem sido usado e entendido como estratégia de «recuperação e conservação do património [...] e como mecanismo de requalificação do património cultural e natural das aldeias». Requalificação esta que assenta na «ideia de que o rural é recodificado pelas suas funções de reserva de memórias e das tradições e de reserva ambiental, sendo protagonizada predominantemente pelos não rurais»⁶¹.

Se por um lado, quando comparado com a oferta turística total do país, o turismo rural continua a ter um peso muito reduzido, por outro lado, identifica-se com determinadas regiões, ‘pacotes’ ou territórios como sejam os solares de Ponte de Lima, as quintas do Vale do Douro Vinhateiro ou as pinturas rupestres do Côa.

Poder-se-á concluir que o rural está em voga pois as tendências emergentes de revalorização deste território e do natural transformam-no em objecto de consumo.⁶² Consequentemente, denotam-se a nível local (nos municípios e freguesias) inúmeros esforços e acções de incentivo ao desenvolvimento deste sector, como dinamizador socioeconómico das regiões.



Imagem 22 - Hotel Rural Quinta Nova De Nossa Senhora Do Carmo, Região do Douro Vinhateiro

⁶⁰ Balabanian citado por Elisabete Figueiredo em “TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais” de Orlando Simões e Artur Cristóvão pg. 73

⁶¹ Elisabete Figueiredo em “TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais” de Orlando Simões e Artur Cristóvão pg. 75

⁶² Manuela Ribeiro (2003), in “TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais” de Orlando Simões e Artur Cristóvão pg. 41

3.2.2 - Motivações

Na plenitude da sociedade industrial e do turismo massificado, a procura turística caracterizava-se por origens, destinos e motivações bastante delimitados e homogêneos (com base em pacotes turísticos ‘tudo incluído’) tal como se analisou no Capítulo 2. Actualmente, a situação é bem diferente pelo que importa estudar as motivações que suscitam a actividade turística rural. Importa referir que, no campo das motivações turísticas, está-se na presença de comportamentos humanos, pelo que, nem sempre é unânime a compreensão deste fenómeno. Não obstante, através da consulta bibliográfica, far-se-á uma síntese que pretende apoiar a compreensão de algumas vertentes deste fenómeno complexo.

O turismo rural é influenciado pelas motivações que conduzem à sua procura e à necessidade de satisfazer determinados desejos. Actualmente esta preferência vai para além de critérios como a faixa etária, o rendimento económico disponível, o estatuto social ou o nível de ensino.

As motivações para os turistas viajarem para o meio rural relacionam-se com a necessidade de este estar em contacto com a natureza e de escapar às pressões da sua vida pessoal e profissional cidadina fortemente marcada pelo *stress*. No que concerne às motivações que levam um indivíduo a querer viajar, as opiniões dos autores divergem. Segundo Cunha citado por Acácio Pinto, para «fazer uma viagem precisa de ter vontade»⁶³ mas não só, também se requerem outros meios, tais como, o período de tempo disponível (analisado no ponto 2.2.2), a disponibilidade financeira ou as infra-estruturas técnicas (como sejam os transportes e o alojamento). Este autor aborda as motivações turísticas como um conjunto de necessidade que podem ser hierarquizadas em forma de pirâmide, estando na base as necessidades fisiológicas e no topo a auto-realização. Segundo este modelo as viagens turísticas incluem-se na satisfação das necessidades no topo da pirâmide. Por outro lado, se as necessidades da base não estiverem satisfeitas não se poderá avançar para a satisfação das necessidades que se encontram nos níveis hierárquicos superiores.



Imagem 23 - Trânsito em Lisboa



Imagem 24 - Linha verde do Metro de Lisboa

⁶³ Cunha citado por Acácio Pinto em “Turismo em Espaço Rural Motivações e Práticas, Holandeses em Ferreira de Aves Sátão, pg. 95

De acordo com o mesmo autor, a Organização Mundial de Turismo (OMT) determina que existem três grupos principais de motivações à prática turística: pessoais, familiares e sociais. As motivações pessoais estão relacionadas com a necessidade de contacto com a natureza, de conhecimento e de fuga às pressões e ao *stress* quotidianos. As motivações familiares relacionam-se com a utilização do período de férias para alterar as rotinas no seio familiar: dedicar mais tempo às relações familiares ou pelo contrário, aproveitar este período para o afastamento do agregado familiar e ainda dedicar mais tempo a algum elemento da família como sejam os filhos. As motivações sociais relacionam-se com o desejo de conhecimento cultural e de mudança do ambiente habitual, quotidiano ou laboral, podendo incluir a necessidade de assimilar o que a informação turística transmite e/ou conhecer novas pessoas.

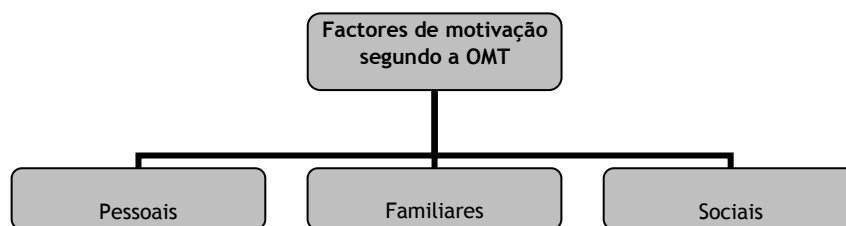


Imagem 25 - Factores de motivação segundo a OMT

Segundo Licínio Cunha⁶⁴ referido por Acácio Pinto, existem quatro necessidades elementares que determinam a procura turística, de acordo com as quais o turista pode procurar satisfazer várias necessidades em simultâneo: o contacto com a natureza fora dos grandes centros urbanos, a procura de divertimento, de comunicação ou o simples ‘mudar de ares’. O autor acrescenta factores que designa por socioeconómicos, técnicos, aleatórios e psicossociológicos⁶⁵. Os factores socioeconómicos referem-se ao rendimento do turista face ao preço do produto turístico ou à duração do tempo de lazer disponível; os técnicos relacionam-se com a diversidade dos meios de transporte e com as novas tecnologias (telecomunicação e informação); os aleatórios englobam as características naturais, políticas ou sociais do destino; os psicossociológicos aludem à necessidade de fuga da rotina.

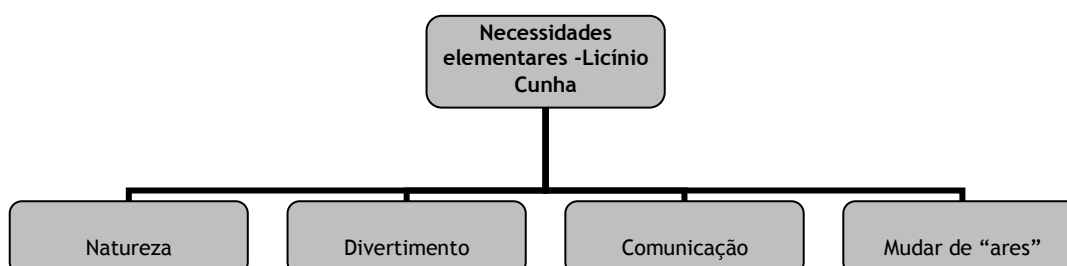


Imagem 26 - Necessidades elementares -Licínio Cunha

⁶⁴ Necessidades que determinam a procura turística segundo Laurent citado por Acácio Pinto em “Turismo em Espaço Rural Motivações e Práticas, Holandeses em Ferreira de Aves Sátão, pg. 98

⁶⁵ Acácio Pinto referindo Cunha em “Turismo em Espaço Rural Motivações e Práticas, Holandeses em Ferreira de Aves Sátão, pg. 101

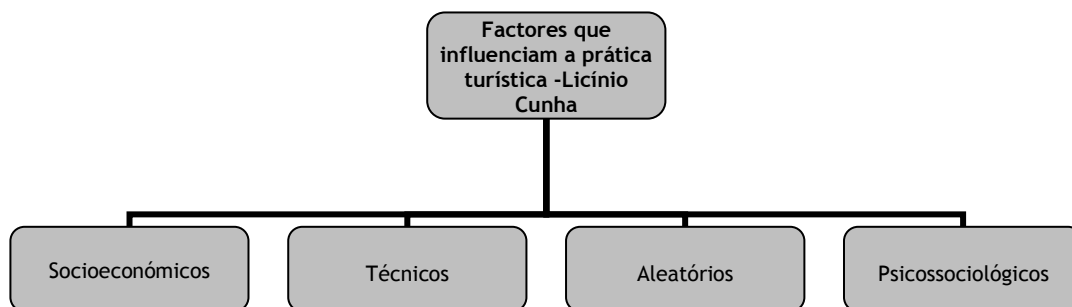


Imagem 27 -Factores que influenciam a prática turística -Licínio Cunha

Segundo Jordi Montaner Montejano, existem sete tipos de motivações turísticas: físicas e psíquicas; culturais; sociais e de comunicação; mudança de actividade e de lugar geográfico; diversão; *status* de prestígio; e segurança. As motivações físicas e psíquicas aludem ao «descanso físico, prática desportiva, recreação e entretenimento [...] a saúde»⁶⁶. As motivações culturais referem-se ao desejo de conhecer outros povos, culturas, tradições ou países. As motivações de cariz social e de comunicação relacionam-se com a ocupação do tempo de férias ou de viagem para reforçar as relações familiares e de amizade e aumentar a comunicação. As motivações de mudança de actividade ou de lugar geográfico referem-se à evasão da rotina quotidiana que, por sua vez, se relacionam com as motivações físicas e psíquica, as quais, influenciam as motivações por diversão, desde um simples passeio até experiências mais ‘radicais’ relacionadas com o desporto, a música ou a dança. Já as motivações de *status* e de prestígio têm a ver com o desenvolvimento pessoal e a auto-estima do indivíduo. Por fim há que salientar a importância da segurança no local de destino evitando potenciais riscos e perigos.

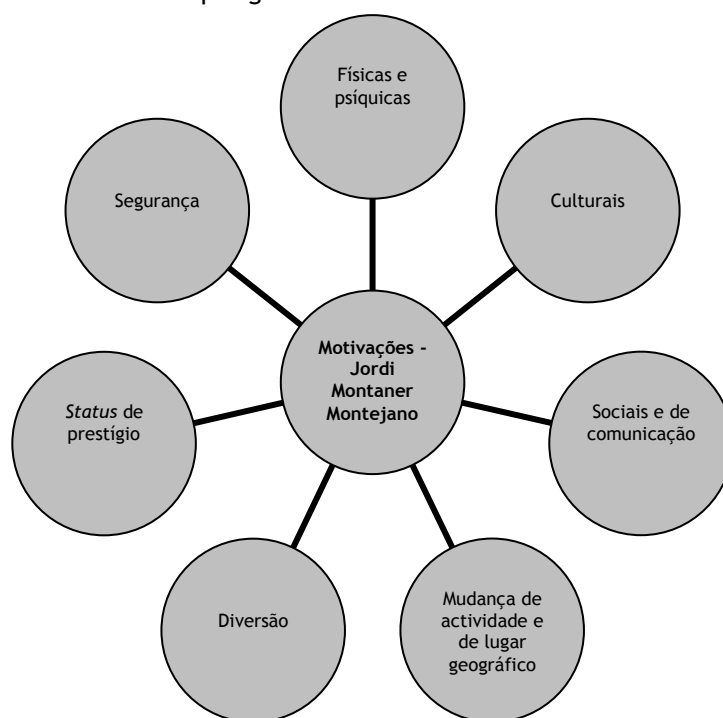


Imagem 28 - Motivações segundo Jordi Montaner Montejano

⁶⁶ Montejano referindo Maslow no seu livro *Psicosociologia del turismo* citado por Acácio Pinto em “Turismo em Espaço Rural Motivações e Práticas, Holandeses em Ferreira de Aves Sátão, pg. 96

Mário Baptista⁶⁷ enumera três factores que motivam o turista: funcionais, simbólicos e vivenciais. Os benefícios sociais estão relacionados com a satisfação das necessidades fisiológicas; os benefícios simbólicos relacionam-se com a satisfação das necessidades de auto-estima e valorização pessoal; os benefícios vivenciais associam-se à necessidades de auto-realização, autoconfiança, de conhecimento ou apreciação estética.

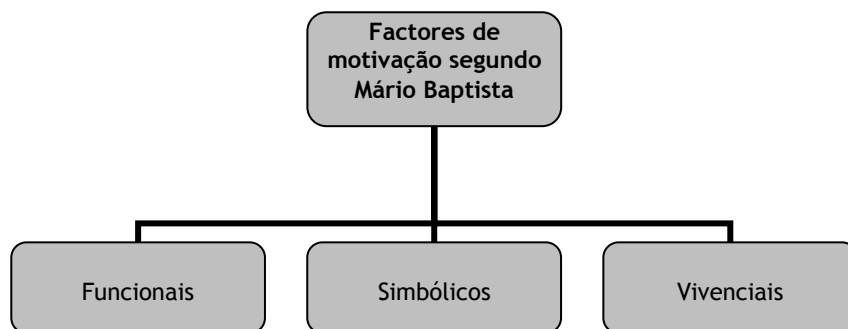


Imagem 29 - Factores de motivação segundo Mário Baptista

Em suma, segundo os vários autores, são diversas as motivações para o turismo rural ainda que alguns princípios se sobreponham e interliguem. Em comum, refiram-se os estímulos da procura que levam o indivíduo a querer viajar, i.e. deslocar-se.

Assim, que características uma unidade de turismo rural deverá possuir para dar resposta às motivações da procura? Ora, o consumidor deste tipo de turismo procura o contacto com a natureza, paisagens agradáveis, sossego, isolamento, descongestionamento, hospitalidade, autenticidade cultural e étnica, tradição dos sítios e património, gastronomia típica, exclusividade e com um estilo de vida alternativo. Logo, a criação de qualquer estabelecimento de turismo rural deverá considerar estes requisitos.

⁶⁷ Acácio Pinto referindo Baptista em “Turismo em Espaço Rural Motivações e Práticas, Holandeses em Ferreira de Aves Sátão, pg. 100

3.2.3 - Modalidades

Para responder à procura turística em espaço rural surgem várias modalidades de alojamento, nomeadamente, turismo de habitação, turismo rural, agro-turismo, turismo de aldeia, casas de campo, hotéis rurais e parques de campismo rurais.⁶⁸ A cada uma destas modalidades correspondem características distintas de carácter funcional do edificado, prestação de serviço, arquitectura e materiais construtivos. Assim, far-se-á uma breve descrição de cada uma destas modalidades de turismo em espaço rural para compreender a essência de cada um dos tipos de oferta.

São sete as modalidades de turismo em espaço rural: Turismo rural; Turismo de habitação; Agro-turismo; Turismo de aldeia; Casas de Campo; Hotéis rurais; Parques de campismo rurais.

Define-se que Turismo Rural (TR) como «o serviço de hospedagem de natureza familiar prestado a turistas em casas rústicas particulares que, pela sua traça, materiais construtivos e demais características, se integrem na arquitectura típica regional.»⁶⁹

O Turismo de Habitação (TH) é um «serviço de hospedagem de natureza familiar prestado a turistas em casas antigas particulares que, pelo seu valor arquitectónico, histórico ou artístico, sejam representativas de uma determinada época, nomeadamente os solares e as casas apalaçadas.» Prevê-se ainda que os estabelecimentos de Turismo de Habitação só possam ser explorados pelos seus proprietários tendo estes

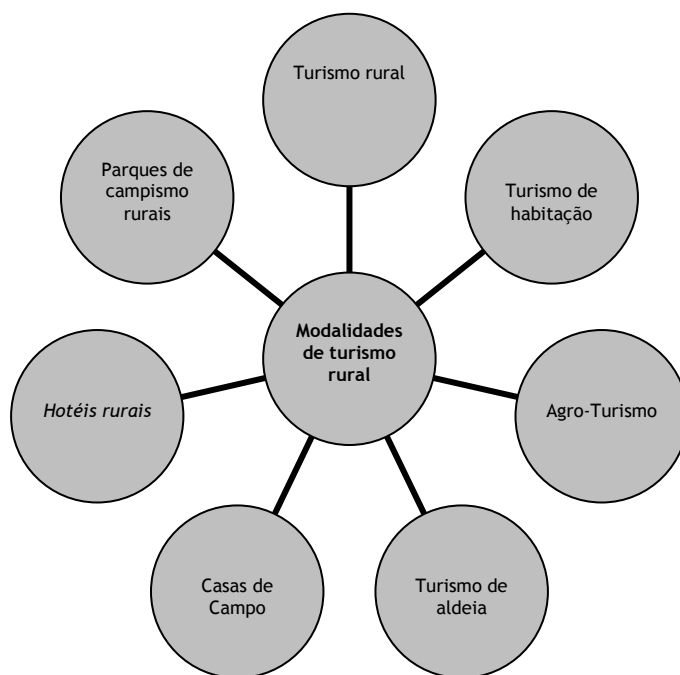


Imagem 30 - modalidades de turismo rural



Imagem 31 - Turismo de Habitação, Quinta da Capela, Porto da Cruz

⁶⁸ DL n.º 54/2002 de 11 de Março, Artigo 2.º, alínea 3

⁶⁹ DL n.º 54/2002 de 11 de Março, Artigo 5.º, alínea 1

que residir na casa durante o período de exploração.⁷⁰ Esta modalidade foi implementada em Portugal em 1978, dirigida às áreas piloto de Ponte de Lima, Vouzela, Castelo de Vide e Vila Viçosa.⁷¹

Agro-Turismo (AG) é «o serviço de hospedagem de natureza familiar prestado em casas particulares integradas em explorações agrícolas que permitam aos hóspedes o acompanhamento e conhecimento da actividade agrícola, ou a participação nos trabalhos aí desenvolvidos, de acordo com as regras estabelecidas pelo seu responsável.»⁷²

Considera-se Turismo de Aldeia (TA) «o serviço de hospedagem prestado num conjunto de, no mínimo, cinco casas particulares situadas numa aldeia e exploradas de forma integrada, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria dos seus proprietários, possuidores ou legítimos detentores.» Prevê-se ainda que o Turismo de Aldeia possa «ser explorado em aldeias históricas, em centros rurais ou em aldeias que mantenham, no seu conjunto, o ambiente urbano, estético e paisagístico tradicional da região onde se inserem» desde que a exploração seja feita por apenas uma entidade, contudo, as casas da aldeia podem pertencer a mais que uma pessoa.⁷³

Designa-se por Casas de Campo (CC) «as casas particulares situadas em zonas rurais que prestem um serviço de hospedagem, quer sejam ou não utilizadas como habitação própria dos seus proprietários, possuidores ou legítimos detentores», as casas de campo devem, pelas suas características, «integrar-se na arquitectura e ambiente rústico próprio da zona e local onde se situem».⁷⁴



Imagem 32 - Casas de Campo Valleparaíso, Camacha



Imagem 33 - Turismo de Aldeia, Sortelha



Imagem 34 - Casa do Barreiro, Ponte de Lima



Imagem 35 - Casa do Barreiro, Ponte de Lima

⁷⁰ DL nº 54/2002 de 11 de Março, Artigo 4º, alínea 1 e 2

⁷¹ Luís Silva (2010) em “Perspectiva Antropológica do Turismo de Habitação em Portugal” pg.33

⁷² DL nº 54/2002 de 11 de Março, Artigo 6º, alínea 1

⁷³ DL nº 54/2002 de 11 de Março, Artigo 7º, alínea 1 a 3

⁷⁴ DL nº 54/2002 de 11 de Março, Artigo 8º, alínea 1 e 2

Consideram-se Hotéis Rurais «os estabelecimentos hoteleiros situados em zonas rurais e fora das sedes de concelho cuja população, de acordo com o último censo realizado, seja superior a 20 000 habitantes, destinados a proporcionar, mediante remuneração, serviços de alojamento e outros serviços acessórios ou de apoio, com fornecimento de refeições.»⁷⁵

Define-se os Parques de Campismo Rurais como «os terrenos destinados permanentemente ou temporariamente à instalação de acampamentos, integrados ou não em explorações agrícolas, cuja área não seja superior a 5000 m².»⁷⁶



Imagem 36 - Hotel rural Quinta do Serrado, Porto Santo

3.2.4 - Potencialidades e problemáticas

Na última década a procura do turismo rural é crescente. Conforme salienta Elisabete Figueiredo assiste-se «a um aumento da procura, consumo e frequência das áreas rurais [...] por populações urbanas [...] resulta da concepção e apropriação das áreas rurais como bens de consumo e património comum».⁷⁷ Sob influência internacional, a partir da década de 1980 a sociedade portuguesa começa a estar sensibilizada para as questões relacionadas com a ecologia e a sustentabilidade que consequentemente afectaram a visão sobre o meio rural. Estas áreas passaram de locais em declínio como se analisou no ponto 3.1.1 a lugares de forte potencial natural e ambiental, detentores de características cénicas atractivas e comercializáveis pelo turismo.

O principal objectivo da implementação das políticas nacionais e comunitárias nesta matéria, tem sido o desenvolvimento do rural através do turismo criando para o efeito mais e diversas actividades económicas directamente relacionadas com os recursos endógenos locais, para além da agricultura. Ora, na sociedade contemporânea global e competitiva como serão as estratégias relacionadas com o turismo capazes de contribuir para a promoção do desenvolvimento destes espaços? Neste contexto, a existência de unidades de alojamento em meio rural poderá contribuir para a criação de postos de trabalho no sector da hotelaria e noutros sectores relacionados com o turismo como sejam a restauração; a criação de comércio e serviços podendo contribuir para aumentar o rendimento das populações e consequentemente a qualidade de vida.

⁷⁵ DL n.º 54/2002 de 11 de Março, Artigo 9.º, alínea 1

⁷⁶ DL n.º 54/2002 de 11 de Março, Artigo 10.º

⁷⁷ Peixoto referido por Elisabete Figueiredo em “TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais” de Orlando Simões e Artur Cristóvão, pg. 65

As potencialidades e as problemáticas associadas à prática do turismo em meio rural podem-se sintetizar nos seguintes aspectos:

Potencialidades	Problemáticas
<ul style="list-style-type: none"> • Criação de emprego 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa empregabilidade
<ul style="list-style-type: none"> • Serviços, equipamentos e infra-estruturas 	<ul style="list-style-type: none"> • Destruição do património
<ul style="list-style-type: none"> • Recuperação e preservação do património 	<ul style="list-style-type: none"> • Desrespeito pela capacidade de carga (ecológica, turística e social)
<ul style="list-style-type: none"> • Manutenção da identidade 	<ul style="list-style-type: none"> • Destruição das relações sociais
<ul style="list-style-type: none"> • Preservação do ambiente, da vida selvagem, dos costumes, tradições e gastronomia local 	
<ul style="list-style-type: none"> • Alternativa à agricultura 	

Tabela 1- Potencialidades e problemáticas do turismo rural

Alguns autores são bastante críticos sobre a criação de riqueza através do turismo rural. Luís Silva em “Os impactos do Turismo em Espaço Rural”⁷⁸ refere que o turismo rural nem sempre atinge plenamente os objectivos delineados. Relativamente à criação de postos de trabalho, o autor verifica que as unidades de turismo rural têm poucos trabalhadores permanentes⁷⁹, existindo algumas unidades sem trabalhadores permanentes, exploradas exclusivamente por proprietários e/ou os seus agregados familiares. Quanto aos trabalhadores em tempo parcial, cerca de 71,2% dos estabelecimentos empregam apenas um funcionário. Ora, entende-se que esta posição é discutível, pois um dos requisitos do turismo de habitação é que o proprietário resida no alojamento, sendo um contributo sempre positivo para a economia local.

Conclui-se assim que a empregabilidade gerada pelo sector do turismo rural é baixa quando comparada com outros sectores, mas adequada à também pequena escala deste tipo de turismo. Os postos de trabalho indirectos criados são igualmente escassos e nem sempre determinantes na dinamização do comércio ou serviços. Actualmente, o turismo rural não é ainda um instrumento eficaz no combate do êxodo rural e de promoção do desenvolvimento socioeconómico. Contudo, contribui para a manutenção de alguma população residente, valorização cultural, gastronómica e paisagística e reforço da identidade destes locais. Estes aspectos, não sendo a panaceia para as problemáticas da ruralidade, devem ser valorizados e justificam o exercício desta actividade.

Por outro lado, os serviços, equipamentos e infra-estruturas oferecidos pelo turismo rural não servem apenas os turistas mas também a população em geral, que muitas vezes nos territórios menos densos em termos de urbanização, encontra nestes estabelecimentos a única possibilidade de aceder a estes serviços.

⁷⁸ Luís Silva (2005/06) em “ Os impactos do Turismo em Espaço Rural” pg.303

⁷⁹ Idem

Outra potencialidade do turismo em espaço rural nomeadamente do turismo de habitação é o seu contributo na recuperação e preservação do património edificado, como sejam os antigos solares, casas apalaçadas e casas rústicas com elevado valor patrimonial e histórico (é o caso na Madeira da Quinta do Estreito, em Câmara de Lobos).

O turismo em espaço rural revela-se uma estratégia de alcance limitado no que toca ao combate ao êxodo rural e à revitalização do tecido socioeconómico, tendo contudo grande valor para a manutenção da identidade social, cultural, patrimonial e gastronómica do país. No que concerne à preservação das suas características e identidades destaca-se em primeiro lugar, que o meio rural é um espaço de consumo, um destino predilecto de milhares de pessoas em busca do espaço natural, adquirindo «novas dimensões como espaços de recreio e lazer [...] de memória e herança cultural»⁸⁰. De facto, nos dias que correm, «o turismo constitui a actividade mais evocada para a resolução dos problemas das áreas rurais»⁸¹, porém, os seus efeitos nem sempre são positivos. O simples facto de o meio rural se tornar um produto de consumo, quando passa do cariz ideológico ao cariz prático levanta algumas questões, como seja o confronto entre «a natureza selvagem e a natureza humanizada, ordenada e domesticada»⁸². Neste caso, os visitantes procuram a conjugação entre o desfrutar das referências empíricas associadas ao ‘campo’ e à natureza com o conforto e comodidades da contemporaneidade (água potável, saneamento, climatização) o que nem sempre é compatível.

Há que não esquecer, o efeito que o turismo pode ter na transformação das relações sociais locais. No caso português como já foi referido o turismo rural tem ainda pouco significado a nível económico, limitando-se a gerar rendimentos à escala familiar. Contudo, o factor de o rural estar em voga, transformam-no em produto de consumo, o que afecta as populações autóctones - socialmente, num processo de mudança tanto institucional como social. Assim, as estratégias de promoção e “venda” do meio rural, das suas características ambientais e naturais, da sua autenticidade e do que possui de genuíno, incluem os próprios habitantes, i.e. a população autóctone inclui-se no pacote do “produto típico”, que se adapta ao mercado (num processo de “turistificação”) tornando-se apazível aos olhos do visitante⁸³.

Outro factor a considerar é a “capacidade de carga”⁸⁴ dos locais, pois o turismo pode causar efeitos nefastos se este princípio não for ponderado. A Organização Mundial de Turismo (OMT) enuncia o conceito de “capacidade de carga”, em três vertentes: ecológica, turística e social. A carga ecológica é o limite a partir do qual ocorrem impactos ecológicos não aceitáveis; a carga turística é aquela a partir da qual a experiência turística do visitante se torna não satisfatória; e a carga social é aquela a partir da qual ocorrem mudanças sociais

⁸⁰ Sandra Valente e Elisabete Figueiredo em “TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais” de Orlando Simões e Artur Cristóvão pg. 97

⁸¹ Idem, pg. 105

⁸² Paulo Baptista e Elisabete Figueiredo em “O Rural Plural”, pg. 288

⁸³ Elisabete Figueiredo em “TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais” de Orlando Simões e Artur Cristóvão pg. 77

⁸⁴ Termos utilizado por Pearce citado por Acácio Pinto em “Turismo em Espaço Rural Motivações e Práticas, Holandeses em Ferreira de Aves Sátão”, pg. 114

não aceitáveis. O conceito de “capacidade de carga” é pois complexo, pelo que, para a sua compreensão se entendem os locais como “organismos”, com limites de capacidade face à solicitação. Quando tais limites se ultrapassam, a sua sustentabilidade é posta em perigo.

O turismo em meio rural e as «estratégias de reinvenção ou recriação da imagem do rural estão profundamente associadas ao consumo turístico desse mesmo rural que, [...] passa pela comercialização da genuinidade e autenticidade e pelo respectivo consumo»⁸⁵. Esta genuinidade e autenticidade idealizadas pelo visitante devem estar aptas para ser consumidas aliando a aventura de experimentar e viver a vida rural, com as amenidades da vida citadina. Este facto contribui para reestruturar as identidades dos lugares rurais, com base na multifuncionalidade do espaço como produto consumível ou bem comercializável.

No turismo rural é importante reconhecer os pontos negativos com o objectivo de os minimizar, como por exemplo a destruição do património natural e paisagístico ou a criação de tensões entre a população rural.⁸⁶ Em simultâneo deve-se investir nas mais-valias e nos benefícios, como por exemplo a criação de emprego, a preservação do ambiente e da vida selvagem, a manutenção de costumes, tradições e gastronomia, entre outros.

É de salientar que as propostas, medidas ou estratégias do planeamento urbanístico e do ordenamento do território nos espaços turísticos deverão conduzir ao controlo dos efeitos negativos desta actividade, procurando tornar a sua prática sustentável, valorizando o ambiente e a qualidade dos espaços. Em suma, o turismo rural, nesta perspectiva, deve ser visto como um meio para atingir o desenvolvimento sustentável através da gestão integrada das zonas rurais, i.e. reunindo aspectos de cariz físico ou territorial com aspectos de natureza patrimonial ou cultural, com aspectos de natureza económica ou social. Consequentemente, o processo de planeamento urbanístico, deve utilizar os instrumentos de gestão territorial para contribuir para dar resposta às «necessidades actuais dos turistas e das regiões de acolhimento sem deixar [...] de proteger e melhorar as perspectivas futuras. Deve integrar a gestão de todos os recursos, de forma a que as necessidades económicas, sociais e estéticas possam ser satisfeitas mantendo a integridade cultural, os processos ecológicos essenciais, a diversidade biológica e os sistemas vivos».⁸⁷ Neste sentido, há ainda um caminho a percorrer, no qual as propostas urbanísticas à escala do detalhe i.e. tendo como ferramenta de intervenção o desenho urbano, poderão constituir uma alavanca para a qualificação dos territórios, em especial em áreas periféricas, afastadas dos grandes locais de decisão. É este também o propósito do projecto urbanístico de turismo rural, a desenvolver na Fajã de Baixo.

⁸⁵ Elisabete Figueiredo em “TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais” de Orlando Simões e Artur Cristóvão pg. 76

⁸⁶ Luís Silva (2005/06) em “Os Impactos do Turismo em Espaço Rural” Pg.301

⁸⁷ Comissão das Comunidades Europeias citando a Organização Mundial de Turismo em “Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social das Regiões, Uma abordagem cooperativa para o futuro do turismo europeu” pág. 26

3.3 - Importância do turismo rural

Conforme analisado no ponto 3.2.4 o turismo rural evidencia inúmeras potencialidades. Entre elas o combate à desertificação e a promoção do desenvolvimento socioeconómico, ainda que de forma limitada. Elisabete Figueiredo afirma que «o turismo controlado e estruturado pode constituir uma mais-valia, nomeadamente na melhoria das condições de vida das populações e também na conservação da herança natural e cultural existente.»⁸⁸ Paralelamente, incita à melhoria da qualidade de vida das populações, ao desenvolvimento sustentável e à valorização integrada do espaço rural. Porém estes contributos não dispensam o conhecimento das suas problemáticas, encontrando medidas para as mitigar e minorando algumas das sua fragilidades.

Ainda nesta perspectiva, a actividade turística rural poderá funcionar como um multiplicador económico, pelo movimento de serviços, mercadorias e pessoas. Por sua vez, os gastos dos turistas suscitados pelo turismo em espaço rural têm um impacto social na qualidade de vida das populações.

A nível ecológico, os impactos físicos ou ambientais são dos mais visíveis. Entre eles observa-se a destruição da fauna e da flora, pela construção de empreendimentos turísticos e respectivas infra-estruturas ou o aumento da poluição. Paralelamente observam-se iniciativas de protecção e valorização do ambiente e da natureza promovidas pelo próprio turismo rural, também ele dependente dos recursos naturais.

Como se pretendeu demonstrar no ponto 3.2.3 em algumas modalidades turísticas, nomeadamente no agro-turismo pode-se reinventar a prática agrícola, fazendo-a ganhar novo folgo. Esta actividade «desempenha um papel muito importante ao nível económico, social e na preservação do ambiente e da paisagem natural [...] como espaço de recreio e lazer [...] um trunfo para os espaços rurais.»⁸⁹ Em síntese também o papel da agricultura, como referido no ponto 3.1.3 poderá contribuir decisivamente para reforçar a identidade do rural.

⁸⁸ Elisabete Figueiredo em “TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais” de Orlando Simões e Artur Cristóvão pg. 98

⁸⁹ Idem, pg. 97

PARTE II - Arquitectura popular na Madeira

Capítulo 4 - Particularidades da ilha

Neste capítulo apresenta-se uma breve abordagem às origens históricas, ao povoamento, ao clima, à geologia e ao urbanismo madeirense, de modo a enquadrar algumas especificidades da ilha nestas matérias. São também identificados alguns elementos característicos do espaço rural madeirense bem como materiais e técnicas construtivas, que resultam das tradições e costumes das regiões rurais da Ilha da Madeira.

Constituindo a proposta de projecto urbanístico para a Fajã de Baixo o principal objectivo desta dissertação, desde logo se definiu como linha orientadora para a sua concretização, contribuir para valorizar e salvaguardar a identidade do território madeirense, nomeadamente de cariz rural. É neste sentido, que se justifica a abordagem do presente capítulo.

4.1 - Breve referência às origens históricas

4.1.1 - O povoamento e o urbanismo

A ilha da Madeira foi um dos primeiros territórios ultramarinos a ser colonizado, sendo a sua experiência urbanística, um exemplo marcante da formação dos lugares e das culturas, numa «reinvenção da civilização»⁹⁰. O processo de colonização teve início com a descoberta do arquipélago em 1419 por João Gonçalves Zarco, Bartolomeu Perestrelo e Tristão Vaz Teixeira. O povoamento teve início em 1425, desenvolvendo-se velozmente nos anos seguintes, reforçado com o estabelecimento do regime de capitánias a partir de 1440. Este regime permitia distribuir casais de colonos pelo território para a prática agrícola ainda que dependentes do seu senhor. Os primeiros colonos passaram um árduo período de adaptação, precisavam construir abrigo, trabalhar as terras, sustentar as famílias e produzir o suficiente para pagar a renda.

Os primeiros conjuntos urbanos tinham como referência, o modelo medieval, à semelhança do que ocorria no continente, resultando em grandes semelhanças entre cidades, como sejam os casos do Funchal, Ponta Delgada (São Miguel) e Vila Praia (Terceira), construídas no final do século XV. Os sítios escolhidos para a localização destas cidades apresentam características idênticas, «amplas baías abrigadas viradas a sul, com óptimas condições de porto natural [...] protegidas nos extremos por morros e promontórios ou ilhas que asseguravam a fácil defesa da entrada do porto e da cidade.»⁹¹ Outra característica medieval é a hierarquia entre ruas bem definida, «alternando ruas de frente e ruas de

⁹⁰ Victor Mestre em “Arquitectura Popular da Madeira”, pg. 65

⁹¹ Manuel C. Teixeira e Margarida Valla em “O urbanismo Português - séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil”, pg. 48

traseiras, cortadas por transversais; os quarteirões de forma alongada e constituídos por um número idêntico de lotes; os lotes urbanos paralelos uns aos outros, indo de um lado ao outro dos quarteirões, com uma frente para a rua principal e outra frente para uma rua secundária; a localização de um espaço com funções de praça, mais ou menos estruturado, adjacente à rua principal ou na periferia do primitivo núcleo constituído e que, com o tempo, virá a ser incorporado na malha urbana»⁹²



Imagem 37 - Planta da cidade do Funchal, 1570

A partir do século XVI, por ordenação de D. Manuel I, adoptaram-se princípios teóricos e conceitos renascentistas na construção dos aglomerados urbanos, com origens em cidades medievais planeadas portuguesas de padrão geométrico, cujo principal elemento estruturante da malha urbana era a rua central que a atravessava. A restante malha urbana era composta por ruas paralelas à principal e por ruas secundárias que se cruzavam perpendicularmente, numa estrutura urbana regular. De uma origem do povoamento, onde o desenvolvimento dos núcleos populacionais era da inteira responsabilidade dos colonos, é-lhes posteriormente dado apoio técnico na organização do território e na construção de arruamentos de acordo com o padrão geométrico. Conforme conclui Manuel C. Teixeira e Margarida Valla, numa primeira fase a estrutura de ocupação do território insular «era essencialmente condicionada pelas condições físicas do território: o núcleo de ocupação primitivo implantava-se num local com boas condições de defesa e boas condições como porto natural, e a primeira rua, que viria a tornar-se a principal, acompanhava a curvatura da baía. A estrutura de ocupação que daí resultava era essencialmente linear»⁹³. Posteriormente, «desenvolviam-se uma ou duas outras ruas, paralelas à primeira e a curta distância desta para o interior. Apoiando-se nestes eixos (...) construíam-se, perpendicularmente (...) ruas transversais de pequena dimensão que os

⁹² Victor Mestre em “Arquitectura Popular da Madeira”, pg. 49-50

⁹³Idem, pg. 49

ligavam. Estruturavam-se assim um pequeno número de quarteirões, de forma sensivelmente rectangular (...) idênticas às das cidades medievais planeadas de Portugal continental do século XIII.»⁹⁴

A cidade do Funchal é um exemplo destas duas fases do urbanismo na Madeira. Desde um urbanismo de traça marcadamente medieval a um modelo moderno, de inspiração renascentista. A sua rápida evolução foi possibilitada pela disponibilidade de recursos económicos, como a produção e comércio de açúcar e vinho, que trouxeram riqueza e visibilidade à região. No final do século XVI⁹⁵, era já uma cidade incluída nas rotas atlânticas, tendo uma população de 10 000 habitantes (e Lisboa de 120 000 habitantes).

Em síntese, os primórdios do povoamento e do urbanismo na Madeira ficam marcados pela criação de cidades, construídas com o intuito de «povoar, colonizar e defender o novo território»⁹⁶, que adoptavam como referência e modelo urbanístico as cidades medievais planeadas de Portugal, transparecendo assim, «a existência de princípios urbanísticos e de uma experiência urbanizadora que vinham de trás e que eram as referências imediatas para as fases iniciais de construção destas cidades atlânticas»⁹⁷. No caso do Funchal, apresenta uma forma relativamente simplificada do modelo que lhes dá origem, no último estado do urbanismo medieval europeu. Nas fases seguintes, esta cidade caracteriza-se pela construção de ruas paralelas à rua principal e à linha da costa, sendo a distância entre ruas cada vez



Imagem 38 - Planta da cidade do Funchal

⁹⁴ Manuel C. Teixeira e Margarida Valla em “O urbanismo Português - séculos XIII-XVIII Portugal-Brasil”, pg. 49

⁹⁵ Victor Mestre em “Arquitectura Popular da Madeira”, pg. 50

⁹⁶ Idem

⁹⁷ Idem, pg. 50

maior (as ruas perpendiculares ao mar eram cada vez mais longas).

Em termos arquitectónicos, os contributos do processo de colonização da ilha têm como imagem base o cunho da ‘Arquitectura Portuguesa’, entendida como «a maneira de a fazer portuguesa»⁹⁸, num processo lento de reinvenção e de adaptação às condições específicas do território e às necessidades reais das populações. Por um lado e de acordo com este autor, não existe na origem do seu povoamento, uma separação vincada entre a arquitectura urbana (das vilas) e a arquitectura rural madeirense. Idênticas tipologias habitacionais foram erigidas quer nos aglomerados urbanos quer nas zonas rurais, pela mão dos mesmos mestres construtores. Por outro lado, considerando a região nas suas condições geográficas, físicas e humanas únicas, emergiu uma “arquitectura inerente”⁹⁹ de características e materiais construtivos específicos, emergiram várias tipologias habitacionais (como se analisará no Capítulo 5) com diferentes razões e complexidades ainda que baseadas no cunho da arquitectura popular e da casa portuguesa (do continente). Procurava-se estabelecer relações vantajosas entre a habitação e os elementos característicos do espaço rural, como os canais de rega e as veredas. As construções são de pequena dimensão e fazem uso de materiais locais como a pedra basáltica e as madeiras autóctones.

Em geral, as formas dos edifícios, os espaços e os processos construtivos, foram herdados de geração em geração, evoluindo lentamente ao longo do tempo por influência de diversos factores, nomeadamente locais, culminando numa certa homogeneização e individualidade da identidade da arquitectura popular madeirense (como se analisará no capítulo seguinte). Como salienta Victor Mestre¹⁰⁰, a identidade arquitectónica não se refere a um estilo ou modelo da casa portuguesa, mas sim a uma imagem colectiva de aspectos formais das tipologias habitacionais ligadas ao cultivo da terra (em termos de escala, proporções, processos construtivos e harmonia) que estão presentes na arquitectura, apesar da variedade dos materiais disponíveis (granito, xisto, calcário, taipa, tijolo ou basalto), em análise mais detalhada no Capítulo 5. Este autor, realiza uma vasta investigação por todo o território do arquipélago acerca do património edificado, em especial de cariz rural, na sequência do Inquérito lançado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos na década de 1950 “Inquérito da Arquitectura Popular em Portugal” (em



Imagem 39- Paisagem rural e produção de cereais

⁹⁸ Victor Mestre em “Arquitectura Popular da Madeira”, pg. 50

⁹⁹ Idem pg. 66

¹⁰⁰ Idem

breve análise no ponto 5.1).

Poder-se-á referir que quer em termos de povoamento, de urbanismo ou de tipologias arquitectónicas, adaptaram-se as tradições e os costumes enraizados nas diversas regiões do território continental de onde provinham os colonos, à Madeira.

Após a Segunda Guerra Mundial, a separação entre a casa e a prática da agricultura, alteram o território e acentuam a dispersão. Exemplo, é a encosta da cidade do Funchal, onde prolifera a construção de habitações dispersas, pequenos aglomerados urbanos que surgem sem qualquer tipo de planeamento ou controlo urbanístico. O gabinete de urbanismo da Câmara Municipal do Funchal foi criado pela mão do arquitecto José Rafael Botelho, autor do “Plano Director da Cidade do Funchal” de 1969 (ver figura seguinte).

Na década de 1970 o problema da construção dispersa tomou dimensões incontroláveis. Os edifícios foram sendo erigidos nos locais onde os proprietários assim o entendiam, a volumetria das edificações alterou-se e quase duplicou, os materiais de construção deixaram de ser locais, contribuindo para a descaracterização arquitectónica através de elementos dissonantes. Esta realidade assola até hoje todo o território insular, quer os aglomerados urbanos, quer os territórios rurais, históricos ou mais recentes, e até as zonas naturais endémicas (actualmente já protegidas, numa resposta tardia).

Actualmente o arquipélago caracteriza-se por um povoamento acentuadamente disperso, no qual os edifícios se encontram espalhados pelo território e pela paisagem sem procurar estabelecer aparentes ligações entre si ou uma organização confinada ao aglomerado urbano. Poder-se-á referir que a densidade construtiva e de infra-estruturas que caracteriza as cidades, também se encontra fora delas, ainda que desligadas da agricultura ou de outras actividades que caracterizam os espaços rurais como as descritas no ponto 3.1.2.



Imagem 40 - Dispersão urbana nos arredores da cidade do Funchal

4.1.2 - Breve alusão à geologia e ao clima

Ainda que não se pretenda detalhar a geologia e o clima da ilha da Madeira, apresenta-se uma breve alusão a tais aspectos, de modo a identificar alguns dos seus contributos na organização do povoamento, do território ou da arquitectura popular.

Assim, todas as ilhas do arquipélago possuem idêntico sistema geológico, formadas predominantemente por rochas vulcânicas basálticas, alternadas entre as camadas de cinzas e as escórias. O maciço central da ilha da Madeira, resulta da acumulação de várias camadas de lava provenientes de várias erupções, sendo difícil datar esta formação geológica. Os autores descrevem a existência de várias erupções vulcânicas distribuídas por intervalos de 3 a 4 anos de descanso, num processo de formação geológica que terá sido longo.¹⁰¹ Este processo marca a actual paisagem da ilha, em elementos como a cratera do Curral das Freiras ou os Picos do Areeiro, da Cruz e dos Barcelos (ver figuras seguintes). A rocha basáltica escura marca a paisagem nas arribas, escarpas e fajãs (zona planta junto ao mar) com influências na arquitectura, onde é utilizada como um dos principais materiais construtivos.



Imagem 41 - Fajã dos Padres, Câmara de Lobos



Imagem 42 - Pico do Areeiro

¹⁰¹ Eduardo C.N. Pereira em “As ilhas de Zarco” pg. 178 a 180

De acordo com a mesma fonte, o clima temperado da Madeira, é considerado o melhor do mundo, nem quente, nem frio, nem divisível em estações climatéricas devido às amenas temperaturas durante todo o ano, entre os 8°C no Inverno e os 26°C no Verão.¹⁰² As semelhanças ao clima mediterrâneo assinalam-se pela precipitação intensa e ao clima tropical pela variação da humidade do ar.¹⁰³ Considera-se um clima seco, com uma humidade relativa que varia entre os 55% e os 75%, sendo responsável pelas temperaturas amenas e funcionando como regulador térmico que, por um lado, protege o território de arrefecimentos bruscos e dos raios solares, e por outro, impede o arrefecimento e torna o calor mais suportável.¹⁰⁴

Ainda assim, é possível distinguir o clima da encosta Norte, com ventos dominantes, do clima da encosta Sul com temperaturas amenas resultantes da protecção dos ventos fornecida pelo maciço rochoso central. Os ventos dominantes são de Norte e Nordeste. Ocasionalmente durante o Verão podem surgir ventos quentes e secos de Leste, provenientes da costa africana. A precipitação na ilha é também afectada pelos ventos dominantes e de Leste e pela orografia. As nuvens tendem a formar-se na costa Norte, onde se verificam os mais elevados índices de precipitação, sendo levadas pelos ventos para a costa sul.¹⁰⁵

A temperatura varia consoante a cota altimétrica, sendo que nas plataformas baixas e encostas de baixa altitude, sendo amena ao longo de todo o ano. No inverno as zonas mais altas (acima da cota dos 500 metros) apresentam temperaturas baixas e neblinas serradas.¹⁰⁶ Ora, enquanto se identificam inúmeras influências das características geológicas na paisagem e na arquitectura madeirense, quer pela utilização dos materiais, quer pela topografia caracterizada pelos edifícios que acompanham os socalcos, quer ainda pela orografia que cria as levadas (em análise no capítulo seguinte), o mesmo não se pode concluir acerca do clima. Na breve pesquisa efectuada, nada se pode concluir, acerca das características do território ou da arquitectura em função das variações climatéricas. Tal, exigiria uma análise mais profunda sobre esta temática, que excede largamente o âmbito traçado nesta dissertação.



Imagem 43 - Paul da Serra

¹⁰² Victor Mestre em “Arquitectura Popular da Madeira”, pg. 738

¹⁰³ Idem, pg. 54

¹⁰⁴ Idem, pg. 744

¹⁰⁵ Idem, pg. 54

¹⁰⁶ Idem

4.2 - Elementos característicos do espaço rural

4.2.1 - A agricultura e as levadas

A transformação das belas e indomáveis terras madeirenses em terrenos produtivos foi uma tarefa árdua e penosa, fruto do engenho e dedicação do homem, no cultivo dos terrenos selvagens. Esta prática era apoiada na força humana, nas alfaias tradicionais e na força animal, erguendo poios, levadas e veredas.

No século XV, a introdução da produção de açúcar repercute-se na economia local e no século seguinte, à escala europeia, atraindo mercadores flamengos e outros comerciantes. A agricultura passou a organizar-se em ciclos de crescimento e criação de riqueza em função das épocas das várias produções (vinho, vime ou banana), e de empobrecimento, fome e miséria nas épocas opostas, num incentivo à emigração.

As ferramentas e alfaias agrícolas foram trazidas do continente no processo de colonização e adaptadas à realidade da ilha e por comerciantes e imigrantes que se instalaram na região. Os materiais disponíveis como as novas madeiras da floresta laurissilva foram utilizadas na construção habitacional, na produção de ferramentas, alfaias e pequenos objectos domésticos. Os arados, os carros de chião, as enxadas, as foices, adoptaram as madeiras locais.

Desde cedo se reconheceu o valor dos terrenos férteis e das zonas agrícolas madeirenses, à data do descobrimento dividiu-se a ilha em duas zonas administrativas e rapidamente se desbravou o intenso arvoredo pegando-lhe fogo. Os terrenos, agora aptos à agricultura albergam 75%¹⁰⁷ da população, a agricultura é desde então a principal actividade económica da ilha. O solo é fértil, o clima é ameno e a água é abundante, a agricultura prospera.

Uma das maiores dificuldades para domar as terras foi o intenso declive do território



Imagem 44 - Mulher no quotidiano rural



Imagem 45 - Trabalhadores rurais ceifando o trigo

¹⁰⁷ Eduardo C.N. Pereira em “As ilhas de Zarco” pg. 515

madeirense. Para conquistar esta dificuldade o homem cria os engenhosos socalcos, os “poios”. O autor, Eduardo C. N. Pereira enfatiza o esforço do povo madeirense em conquistar as montanhas com a seguinte citação: «Desde que as montanhas tiveram que ser utilizadas na agricultura, foi indispensável por meio de paredes sucessivas que sobem desde o sopé ate ao cume, construírem-se os socalcos que ainda hoje existem a afirmar o esforço de uma raça e a maldição de Deus aos habitantes do Paraíso, impondo-lhes um pão bem regado de suor.»¹⁰⁸

A actividade agrícola desde sempre marcou a paisagem madeirense, favorecida pelo clima ameno (como se referiu no ponto 4.1.2) e aproveitando as características topográficas do terreno, distribuídas em quatro zonas consoante a altitude¹⁰⁹: a primeira desde a beira-mar até aos cerca de 330 metros denominada de subtropical, dedicada ao cultivo da bananeira, cana-de-açúcar e cactos, e também da vinha, cereais (trigo, milho e cevada), batata, batata-doce ou feijão, com árvores de fruto entre os 200 e os 300 metros de altitude (anoneira, papaieira ou pereira); a segunda dos 330 até aos 750 metros, com vinha, castanheiros, pomares (laranjeira, pessegueiro, figueira, nespereira, nogueira ou amoreira), trigo e cana-de-açúcar que é cultivada, geralmente, entre os 300 e os 400 metros de altitude; a terceira dos 750 até aos 1650 metros dedicada ao cultivo de trigo, centeio, vinha e bananeira, pois entre os 750 e os 1650 metros de altitude denota-se a separação entre os solos férteis e os menos aptos à agricultura; por fim, a quarta zona dos 1650 aos 1861 metros, composta pelos picos mais altos da ilha que é inculta.



Imagem 46 -Tosquias no Paul da Serra 1963-64

¹⁰⁸ Eduardo C.N. Pereira citando Dr. Pedro Pita em “As ilhas de Zarco” pg. 516

¹⁰⁹ Idem

Quanto às levadas são um elemento característico da paisagem rural madeirense e correspondem a canais criados pelo homem para transportar a água das altas montanhas até aos terrenos de cultivo espalhados pela ilha. Trata-se de uma vasta e engenhosa rede de canais de água, que remonta aos primórdios do povoamento. Correm a céu aberto, contornam e furam montanhas, percorrendo longas distâncias de modo a assegurar a viabilidade da produção agrícola e a sobrevivência das famílias. O processo de construção das levadas estendeu-se ao longo de cinco séculos, correspondendo a uma rede avaliada em cerca de 1.400 quilómetros e que ainda hoje cumprem a sua função.

A posse e usufruto das águas sempre geraram disputas, desde o regime das sesmarias¹¹⁰, no qual permanecia na posse de um indivíduo até ser reclamada por outro, por falta de uso, sendo este direito herdado ou negociado (venda ou arrendamento) por determinado período de tempo em troca de remuneração (em espécie ou dinheiro).

As levadas foram utilizadas para irrigar os terrenos agrícolas, para abastecer as habitações e para mover os engenhos. Actualmente as levadas estão activas de Maio a Setembro, período de fraca pluviosidade e são geridas pelo levadeiro¹¹¹ que controla a distribuição e o horário de rega por entre os agricultores. Constituem um importante legado do património rural da ilha que importa preservar e valorizar.



Imagem 47 - Inauguração de um troço de uma levada



Imagem 48 - Raparigas lavando a roupa na levada

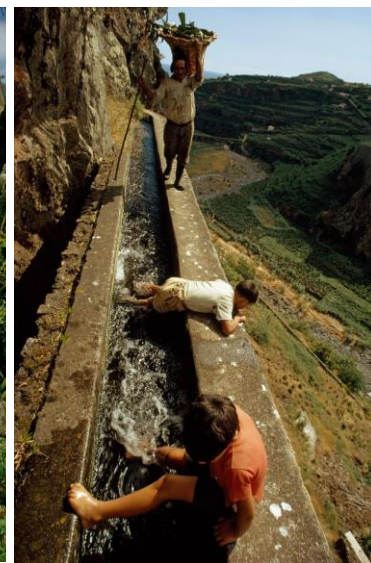


Imagem 49 - Homem carregando produtos hortícolas e rapazes brincando na levada

¹¹⁰ Lei das Sesmarias foi uma legislação implementada no reinado de D. Fernando I decretada a 28 de Maio de 1375 em Santarém, esta lei normalizava a distribuição de terras destinadas à produção agrícola.

¹¹¹ Profissão da pessoa que controla a distribuição da água de rega.

4.2.2 - A moagem e os moinhos de água

Os sistemas de moagem importados para o arquipélago têm origem nos sistemas continentais. Actualmente estão desactivados, mas permanecem associados à memória colectiva dos habitantes da ilha. O sistema de moagem mais rudimentar é a mó manual rotativa de pegadeira baixa, com ou sem rebordo e a mó de haste vertical. A sua utilização estava ligada com a actividade agrícola em especial a produção de cereais. Também se utilizavam as pias de pedra (pequenas tinas achatadas escavadas em blocos de pedra) para piar os cereais (trigo e milho), com o pião, composto por uma pedra redonda, geralmente de basalto, com cabo de madeira.

Em Porto Santo, é tradicional o côcho, de influência africana, em forma de almofariz gigante, esculpido num tronco de madeira, cuja utilização para o pilamento (trigo, cevada, milho e sopa de trigo) requeria o respectivo pilão, também em madeira.

Os engenhos agrícolas mais primitivos terão sido as atafonas de transmissão directa, associadas ao uso doméstico e integrada no palheiro ou no curral. Trata-se de um sistema relativamente complexo, movido a força animal que faz girar sobre um eixo vertical a roda motriz horizontal cujos dentes imprimem por sua vez um movimento vertical e fazem girar a mó. Estes engenhos terão desaparecido a partir da segunda metade do século XX¹¹².

Os moinhos de água são o sistema de moagem mais comuns na ilha impulsionados pelas levadas. A casa do moinho é construída normalmente num compartimento de pequenas dimensões, associada a ribeiros ou levadas para que a água depois de utilizada integrasse novamente o curso de água. São construções importantes para compreender a organização social e económica do povo madeirense, que dependia dos moinhos para garantir o seu sustento.

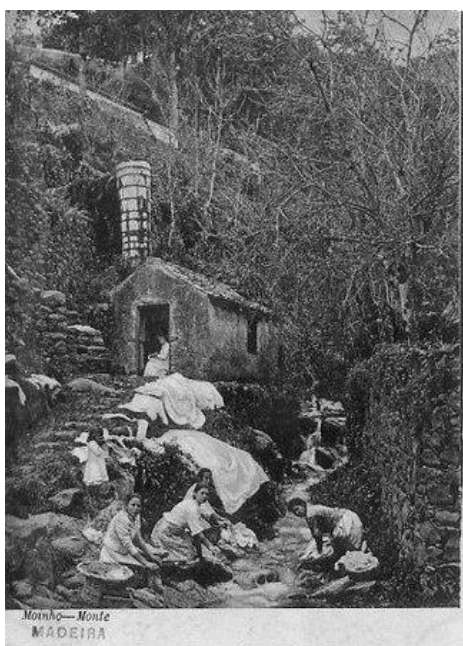


Imagem 51 - Bilhete-postal do moinho de água do Monte

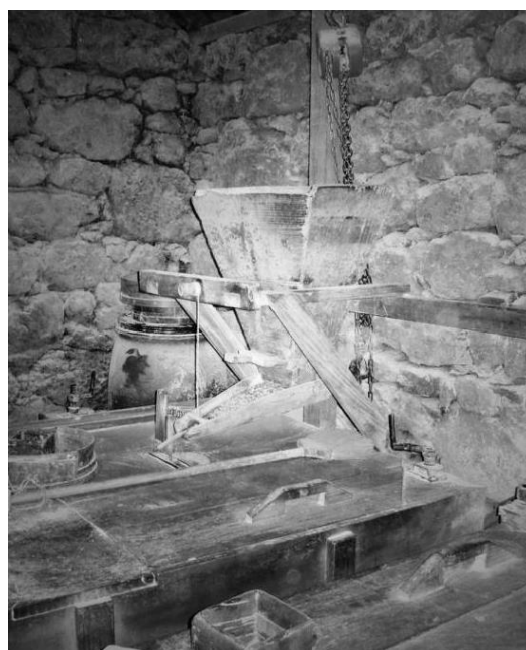


Imagem 50 -Moinho da Achadinha de São Jorge, 1800

¹¹² Victor Mestre em “Arquitectura Popular da Madeira”, pg.231

4.2.5 - Engenhos de açúcar e lagares

A indústria do açúcar desempenhou um papel de destaque na vida social e económica madeirense e pela criação de riqueza. A cana-de-açúcar terá sido importada do Sul de Espanha e da Sicília e chegou à ilha desde o início do povoamento. Segundo Victor Mestre, em 1425¹¹³ foi instalado o primeiro engenho mecânico movido à água das levadas. Actualmente existem apenas três engenhos activos em toda a ilha, na Calheta, Porto da Cruz e no Funchal (Ribeiro Seco). A crise do açúcar madeirense relaciona-se com a concorrência das colónias espanholas e do Brasil, com maiores terrenos de cultivo, «em 1612, ainda a Madeira exportava algum açúcar, mas, em 1649, estavam já em ruínas muitos dos seus engenhos, poucos existindo em 1730»¹¹⁴. A produção cana-de-açúcar sofre um declínio acentuado, consequentemente a produção de açúcar, mel, ou aguardente de cana volta aos métodos rudimentares usando força humana ou animal.

A produção vinícola é outra cultura que teve elevada importância na vida económica e social da ilha. Os ingleses tiveram particular interesse no vinho madeirense e a partir do século XV dedicaram-se ao seu comércio e exportação. As vinhas madeirenses desenvolvem-se em corredores, percorrendo extensas áreas em declive, amarradas por varas de robustos troncos. Grande parte das castas só se dá em lugares mais quentes, as cotas mais baixas. Quando as vinhas se desenvolvem nas escarpas é frequente encontrar rudimentares protecções de vento erguidas pelo homem através de paus e plantas secas.

O lagar de fazer vinho é um engenho do património madeirense. Primeiro construíram-se em madeira, depois em pedra. Antigamente os homens que transportavam o vinho às costas dentro de odes com cerca de 40 a 50 litros directamente dos lagares para as grandes adegas. Actualmente ainda se usam os lagares para fazer o vinho, porém, em vez do vara e do fuso usam-se espremedores mecânicos accionados por energia eléctrica.

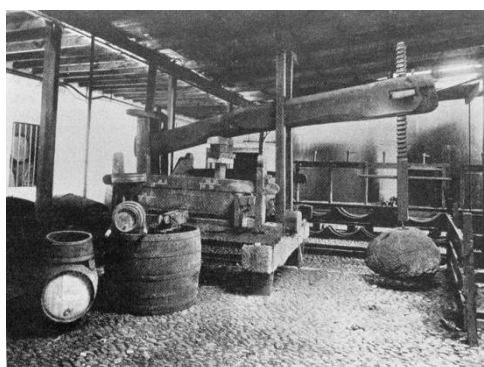


Imagem 52 - Lagar de fuso e vara (1950), Funchal

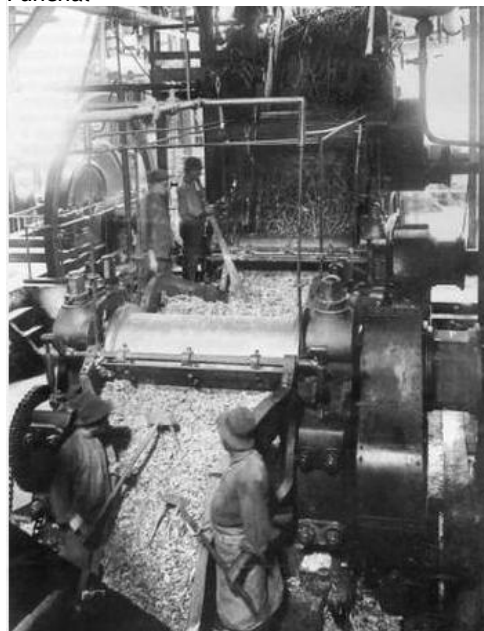


Imagem 53 - Produção de açúcar, Engenho do Hinton, Funchal

¹¹³ Victor Mestre em “Arquitectura Popular da Madeira”, pg. 250

¹¹⁴ Idem, pg. 252

4.3 - Materiais e técnicas de construção

4.3.1 - Cantarias

Os materiais construtivos são um elemento caracterizador da arquitectura popular madeirense. Materiais, território e povo têm forte influência na arte de construir. Existe uma diferenciação dos processos e dos materiais construtivos na Madeira e em Porto Santo. Os materiais predominantes na Ilha da Madeira são as rochas vulcânicas, basaltos e tufo avermelhado; a madeira é utilizada predominantemente na construção - em Santana e em São Jorge onde existem tipologias construídas integralmente em madeira, de casas elementares com paredes de madeira e cobertura em palha.

Assim, o principal material construtivo utilizado no território madeirense é a cantaria regional, a pedra de origem vulcânica, basaltos e tufos (também conhecidos como “pedra mole” ou “cantaria de forno” que apresenta tons oxidados).

A cantaria era o material mais utilizado na elevação das paredes das casas e edifícios públicos no início do povoamento. Usavam-se alvenarias mistas devidamente aparelhadas quando a pedra ficava à vista ou alvenarias de corte e ajeito irregular quando as paredes eram rebocadas. Contrastando com a irregularidade das paredes, os cunhais recebem especial atenção na construção. A construção dos cunhais exige pedras seleccionadas e talhadas, com um grau de resistência superior às restantes pedras que compõem o pano da parede. São aparelhadas numa “bitola” cortante com 30 a 40 centímetros de altura e com um comprimento que pode ir até aos 70 centímetros.¹¹⁵

O processo construtivo mais comum na arquitectura popular é a casa com parede de alvenaria em pedra com argamassa, rebocada e pintada a cal. Existem porém excepções, como a casa com parte das paredes rebocadas e parte em pedra solta - normalmente as cozinhas ou arrumos. Esporadicamente, na Camacha, encontram-se as casas com pedra à vista caídas. Nas construções mais humildes, utilizava-se a pedra seca, sem argamassas, ligantes nem caiação. O tufo era utilizado ser de fácil de trabalhar, i.e. por ser uma “pedra mole”,



Imagem 54 - Janela do Solar da Agrela (1970), Reis Magos



Imagem 55- Muro em alvenaria de pedra solta, São Jorge

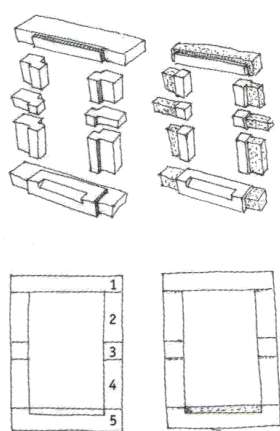


Imagem 56 - Ruínas, São Jorge

¹¹⁵ Victor Mestre em “Arquitectura Popular da Madeira”, pg. 194

leve, fácil de transportar e despertou interesse pela sua tonalidade oxidada, com colocações que variam consoante as pedreiras de onde se extraía. Na casa popular madeirense era usado, em especial nas soleiras, molduras de janelas e portas e na fabricação dos fornos domésticos - denominado por “cantaria de forno”.

O basalto, ao contrário do tufo, é uma rocha rija, pesada e homogénea. Cromaticamente varia do cinzento-escuro baço ao cinzento claro esbranquiçado consoante a sua constituição, composição interna e antigo estado de fluidez da lava. A sua extracção é feita, em regra geral, nas zonas de cota baixa, em pedreiras de basalto colunar, onde a pedra é extraída em blocos prismáticos. Existem ainda pedreiras de superfície criadas pela lava de fraca inclinação, de onde se extrai o basalto lamelar, em forma de lâminas paralelas que são depois utilizadas como lajes de pavimento nas casas.



- 1 - Lumieira
- 2 - Mineo de cima
- 3 - Juntouro ou cunha
- 4 - Mineo de baixo
- 5 - Soleira

Imagem 57 - Esquema construtivo de vão em cantaria



Imagem 58 - Janela da capela de Nossa Senhora da Piedade, (1692) situada na Quinta das cruces, Funchal



Imagem 59 - Esquema de emparelhamento de cunhais e Aparelho de pedra, Porto Santo

4.3.2 - Inertes, cal e tintas

As argamassas ou ligantes - os inertes - são uma mistura de argilas e areias com cal, que nas situações mais humildes incluem apenas terra argilosa. As argilas quando associadas às areias (de ribeiras, montes, furnas ou do mar) formam o barro, utilizado sem mistura (cru), para a fixação das pedras nas paredes de alvenaria e no seu revestimento, recebendo depois a caiação. Dos diferentes tipos de areias as das furnas e dos montes eram as mais utilizadas, em especial, para rebocos finos no interior das habitações. Sobre o reboco era aplicada uma fina camada de gesso ou estuque. Só mais recentemente se começou a extrair a areia do mar.

A cal era um material relativamente caro pelo que o seu uso era restrito e, como já se referiu anteriormente, as rochas de cal não eram comuns na Madeira, sendo provenientes do Porto Santo. A cal foi utilizada, desde o início do povoamento, como material construtivo.

A pedra cal ou “cal viva” resulta da calcinação de pedras ricas em calcário, sendo a sua extracção circunscrita a São Vicente ou ao Porto Santo, onde existem grandes jazidas de cal no Ilhéu da Cal, Campo de Cima e Sítio do Espírito Santo.

Os fornos de cal têm uma forma de cone invertido, são integralmente em alvenaria com paredes de grande espessura e apresentam um aspecto robusto. São utilizados para cozinhar a cal durante dois dias, que depois de cozida, ainda em pedra, é retirada do forno para o tratamento final, que ocorre num terreiro coberto a pedra de cal, onde entra em contacto com a água fria e transforma-se em cal em pó. Em seguida separa-se o pó dos detritos e é posto a secar. A cal está pronta para ser ensacada e comercializada. Noutros tempos, usava-se a “pedra viva” para a caiação, ou seja, a pedra cozida ainda por tratar. Em 2002¹¹⁶, o único forno activo no arquipélago situava-se no Porto Santo.

Da arquitectura popular à erudita os edifícios são, na sua maioria, rebocadas e depois caiadas. A falta de caiação de uma casa significa, geralmente, limitações económicas. Por vezes a diferenciação de uma casa urbana de uma casa rústica faz-se, simplesmente, pela qualidade dos materiais e dos acabamentos, onde se inclui a caiação. Deduz-se que a caiação pela utilização de pigmentos terá sido uma prática importada para a ilha, inicialmente aplicada exclusivamente na arquitectura erudita (edifícios nobres, igrejas, conventos ou fortes). Progressivamente o seu uso estendeu-se aos edifícios habitacionais.

A cor das tintas tradicionais é dada pela adição dos pigmentos à cal branca. Os pigmentos são pós de diversas cores - corantes naturais ou artificiais - que misturados na cal originam tintas coloridas. Os pigmentos têm diversas origens (moagem de minerais e terras, vegetal ou animal). Os pigmentos mais utilizados são o “óxido de ferro ocre” e o “óxido de ferro vermelho” que originam o ocre e o rosa-forte quando misturados com a cal. Os pigmentos misturados na cal - para “dar cor” - eram adquiridos nas vendas; boticas que vendiam um pouco de tudo, desde ferragens, a produtos de limpeza, ferramentas de lavoura, pequenos utensílios para a casa, gesso, cal, e pigmentos usados na caiação das casas.

A cor é um importante elemento na arquitectura popular madeirense que complementa a ausência de ornamentação - um complemento à austeridade construtiva. Está



Imagem 60 - Solar do Esmeraldo parede caiada a rosa forte

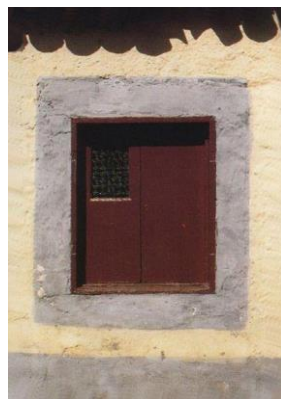


Imagem 61 - Parede caiada a ocre e cinza

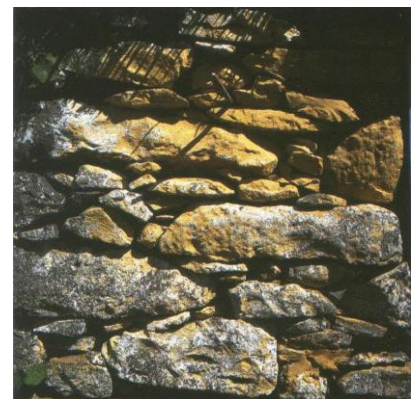


Imagem 62 - Parede caiada a ocre

¹¹⁶ Victor Mestre em “Arquitectura Popular da Madeira”, pg. 196/197

patente em casas e muros pintados a ocre e rosa forte emolduradas por longas faixas brancas. A cor é «uma das características mais significativas desta Região Autónoma, [...] parece reflectir a alegria vibrante deste povo que diariamente supera as contrariedades da vida dura da lavoura com uma boa disposição indisfarçável e ainda encontra energia para dedicar a romarias e a festas domingueiras, estando também nestas profusamente presentes as cores vibrantes.»¹¹⁷

O ocre, o rosa-forte e o branco - são as cores mais características da arquitectura popular madeirense e as mais usadas para caiar as paredes das casas, criando contraste com as cantarias em basalto e tufa das molduras das portas e janelas. Existem outras cores mais raramente aplicadas como o verde e o azul, característicos do Curral das Freiras e do Seixal respectivamente. Contudo, há uma grande variedade cromática aplicada em molduras, socos, cunhais e cornijas um pouco por todo o território, com especial destaque para a Camacha, onde se utilizam por vezes duas ou mais cores na fachada.

O processo de preparação da caiação com pigmento de cal deve usar, sempre, cal viva, depositada num recipiente de grande dimensão para que esta possa ferver (a mais de 300°). Junta-se água e sebo e vai-se mexendo com um pau. O sebo é adicionado para ajudar a diluir a cal e funciona como impermeabilizador e fixador da pasta resultante. O pigmento é adicionado à pasta através de várias experiências para “acertar” a tonalidade. Uma vez obtida a cor desejada experimenta-se a pasta num pedaço de barro ou na parede.

Preparada a tinta, a cal é depois aplicada nas paredes exteriores e interiores, porém, no interior, é mais comum a tinta-cola cuja preparação passa por derreter o sebo em água a ferver, junta-se-lhe “gesso cré” e o pigmento. A tinta cal ou a tinta-cola podem ser também aplicadas nos tectos de madeira.

As portas, janelas, portadas, rodapés e outros elementos de madeira são pintados com tinta de óleo à base de linhaça, um secante (líquido ou em pedra transformado em pó) e o pigmento desejado. O processo inicia-se com o demolhar do secante no óleo de linhaça durante um dia, só depois é adicionado o pigmento. Como diluentes usam-se petróleo, benzina ou aguarrás. À semelhança do processo de preparação da tinta de cal, o processo de fabrico da tinta de óleo é muito empírico.

4.3.3 - Madeiras

Depois da alvenaria em pedra, as madeiras são os materiais construtivos mais utilizados na arquitectura popular. Existem inclusive, tipologias populares construídas integralmente de madeira indígenas da Camacha e São Jorge. Grande parte das espécies arbóreas endémicas era desconhecida dos exploradores, pelo que a sua utilização na construção foi aperfeiçoada à medida que se descobriam as suas características e se trabalhavam as suas qualidades. Persistiram até à actualidade construções com distintos tectos de alfarge, como a Sé Catedral do Funchal, a Igreja Matriz da Calheta, a Igreja de São

¹¹⁷ Victor Mestre em Arquitectura Popular Madeirense, pg. 208

Paulo e a capela-mor da Igreja Matriz da Ponta de Sol. Para além dos tectos de alfarge, de arquitectura erudita, na arquitectura popular a madeira era um material importante na construção dos telhados de palha ou de telha, e, em alguns casos, para erigir as paredes interiores (conhecidas como paredes de tabique). Também as portas, janelas e portadas eram exclusivamente de madeira.

A madeira mais utilizada inicialmente terá sido o cedro, depois terá sido substituído pelo pinho. No exterior (latada e palheiros) a madeira mais comum terá sido o barbusano.

Pela vasta quantidade e variedade de madeiras presentes na ilha, este terá sido um lugar onde se instalaram muitos carpinteiros, entalhadores, douradores, pintores, entre outros - mestres experimentados de diversos ofícios acompanhados de “mestres-arquitectos” que criaram uma escola nas artes da construção, cujas aptidões ficaram registadas nos edifícios públicos, privados, militares e religiosos. As experiências realizadas por estes mestres construtores na cidade do Funchal eram depois replicadas um pouco por toda a ilha, influenciando assim a arquitectura popular. Como Victor Mestre infere «não será de estranhar que o erudito e o popular tenham surgido a paredes meas, separados “apenas” pela escala, pela qualidade dos materiais e por alguma diferença no grau tecnológico, na sua combinação e, naturalmente, por razões económicas. Mas a base na “maneira” de elevar uma parede, ou na execução de uma armação do telhado não diferia.»¹¹⁸

4.4 – Construção no espaço rural

Poder-se-á concluir que as exigências da vida rural baseada na agricultura, os materiais e as técnicas construtivas disponíveis na ilha e também e também as levadas, os terrenos de cultivo dispostos em socalcos, os moinhos de água, os engenhos ou os lagares são elementos que marcam e constroem a imagem colectiva do espaço rural e que contribuem para a criação da identidade popular madeirense.

A construção das levadas para além de irrigar os terrenos de cultivo servia também as habitações e os moinhos. Os socalcos nas montanhas onde se desenvolve a agricultura são outra das mais notáveis e engenhosas formas de adaptação do homem à orografia e topografia do território e marcam fortemente a paisagem rural. No que toca à agricultura é importante reter que existem quatro zonas de cultivo distintas que variam de acordo com a cota altimétrica.

Durante vários anos a produção de açúcar e vinho geraram riqueza pelo seu comércio e exportação. Ainda hoje a produção de aguardente e Vinho Madeira desempenha um papel económico e social importante na ilha.

Como se pretendeu comprovar no ponto 4.3, dos materiais construtivos destacam-se a cantaria e os vários tipos de madeira, ambas abundantes no território madeirense. A pedra basáltica é utilizada para erigir as paredes de suporte dos socalcos desde o sopé das

¹¹⁸ Victor Mestre em *Arquitectura Popular Madeirense*, pg. 201

montanhas até aproximadamente aos 750 metros. Serão estes os principais materiais que concretizam as tipologias habitacionais populares em análise no capítulo seguinte.

Capítulo 5 - Tipologias habitacionais

O presente capítulo pretende investigar e inventariar a arquitectura popular madeirense, designadamente as principais tipologias habitacionais. Não se trata de um levantamento *in situ* mas de uma síntese com base na bibliografia.

Incidirá no estudo da casa ou *habitat* inventariando as tipologias da arquitectura popular madeirense nas suas características funcionais, morfológicas e de ocupação e compartimentação do espaço interior - pela análise das coberturas, fachadas, vãos, entre outros aspectos.

A oportunidade de estudar a arquitectura popular no âmbito desta dissertação relaciona-se com o facto de se pretender no Projecto Urbanístico de Turismo Rural Casas da Fajã de Baixo que se respeite a essência historicista da tradição popular adequada à necessidades e vivências contemporâneas. Esta influência estará presente na proposta de arquitectura dos alojamentos turísticos.

5.1 - Breve reflexão sobre o Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa

A temática da “casa tradicional portuguesa” ganha relevo na discussão da comunidade intelectual no dealbar do século XX. Nesta época procurava-se a raiz da tradição da casa típica, destacando-se o trabalho que veio a ser desenvolvido por Raul Lino intitulado “Casas Portuguesas” de 1929, bem como, o “Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa” de 1961 lançado pelo Sindicato Nacional dos Arquitectos. Ainda que lhes sejam apontados alguns problemas como a ausência de uma metodologia prévia para auxiliar o trabalho de campo estes dois exemplos não deixaram de ser pioneiros no acervo da arquitectura popular em Portugal. Primordialmente, os estudos sobre a “casa portuguesa” procuravam identificar os moldes tradicionais e os costumes da história - o modo de construir português. Por outro lado, alguns arquitectos pretendiam através desta inventariação aplicar o carácter de construir português à modernidade.

Entre os anos 30 a 50, a nova geração de arquitectos (liderada por Keil do Amaral) faz ressurgir, a temática da “casa portuguesa”. A campanha da “arquitECTURA portuguesa” estava no seu auge, procurava-se a melhoria das condições sociais do trabalho agrícola e da habitabilidade e estudava-se a habitação rural.

Segundo Keil do Amaral, a produção arquitectónica deve estar ligada à actualidade da realidade portuguesa, «não é justo nem é razoável que nos fechemos numa ignorância procurada às grandes obras dos mestres de hoje, aos novos processos construtivos, a toda

uma Arquitectura que surge plena de vitalidade e força»¹¹⁹ pois «é paradoxal [...] que se esteja a proteger um conceito de arquitectura que é falso, que não corresponde a qualquer verdade portuguesa»¹²⁰. Assim, a arquitectura tradicional não se caracteriza apenas pelos motivos ornamentais mas é produto de uma razão entre todas as partes, «não é apenas, [...] uma simples forma de expressão plástica que permite aos artistas dar largas à sua fantasia criadora, [...] É o reflexo da própria vida, a tradução harmoniosa das necessidades materiais e espirituais que caracterizam épocas, regiões e povos.»¹²¹ Procura-se assim mostrar que os elementos tradicionais não têm cabimento no panorama da arquitectura como cópias estilizadas, constituindo um travão à modernidade.

Segundo Fernando Távora, «a Casa à Antiga Portuguesa, [...] não introduziu em Portugal qualquer coisa de novo, pelo contrário, veio atrasar todo o desenvolvimento possível da nossa Arquitectura»¹²². Remetia para um estereótipo, com uma quantidade de pormenores decorativos e formais pitorescos i.e. na «completa ausência de dignidade e nenhuma noção das realidades do nosso mundo»¹²³. O autor realça a necessidade das casas acompanharem a vida quotidiana do tempo em que se vive.

Na sequência destas opiniões, não se esperava encontrar no Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa uma arquitectura regional, mas sim várias, como se veio a verificar. Ficou provada, «não só a diversidade da realidade nacional, mas sobretudo a racionalidade estrutural da arquitectura espontânea [...] a necessidade para uma nova funcionalidade para novos contextos urbanos e nova situação daquele desenvolvimento.»¹²⁴ Para a realização do inquérito dividiu-se o país em seis regiões, formaram-se equipas de três arquitectos entre eles Nuno Teotónio Pereira, Fernando Távora e Keil do Amaral, que percorreram cerca de 50 mil quilómetros em todos os recantos de Portugal continental, tiram-se mais de 10 mil fotografias e fizeram-se centenas de esboços.

Em suma, a problemática da “casa portuguesa” evoluiu, realizando-se estudos e inquéritos para a inventariar e interpretar, na procura do sentido entre homem e habitat, homem e ambiente (construído) - casa, forma, função e respectivos materiais. A região da Madeira foi incluída no Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa no ano de 1984/85 cujos resultados foram publicados parcialmente no Jornal de Arquitectos em 1986. Desde a publicação do Inquérito à Arquitectura Popular Portuguesa até à inclusão da Madeira, destaca-se na ilha o trabalho do Arquitecto Raúl Chorão Ramalho, responsável por retomar a temática da “casa portuguesa” nas suas expressões popular, vernácula e erudita. Posteriormente, o trabalho de Victor Mestre¹²⁵, centra-se nas tipologias habitacionais

¹¹⁹ Victor Mestre citando Sérgio Fernandez (que resumiu uma obra da autoria de Fernando Távora) em “Arquitectura Popular da Madeira”, pg. 300

¹²⁰ Idem

¹²¹ Victor Mestre citando Keil do Amaral em “Arquitectura Popular da Madeira”, pg. 299-300

¹²² Victor Mestre citando Fernando Távora em “Arquitectura Popular da Madeira”, pg. 299

¹²³ Idem

¹²⁴ Victor Mestre citando Alexandre Alves Costa em “Arquitectura Popular da Madeira”, pg. 299

¹²⁵ “Levantamento da Arquitectura Popular da Madeira - 1º Fase: 1984/1985 (Publicado Parcialmente no Jornal Arquitectos, 1986; Revista Mediterrâneo, 1994); Segunda Fase: 1996/1997; Tese de Mestrado:

populares madeirenses, numa notável investigação e inventariação, incluindo as técnicas e materiais construtivos. Esta obra constitui a principal fonte bibliográfica do presente capítulo.

5.2 - Levantamento das tipologias habitacionais

Na Madeira a diferenciação entre as tipologias habitacionais populares faz-se essencialmente de acordo com dois critérios: o tipo de casa e os materiais construtivos. No que concerne ao tipo, distingue-se a casa elementar da casa complexa. No que respeita aos materiais de construção diferencia-se casa de alvenaria e pedra da casa de madeira e a casa com cobertura de palha da casa com telha.

A casa elementar corresponde à solução habitacional mais básica, denominada de “casa-cozinha”¹²⁶ pois é formada por um único compartimento onde se realizam todas as actividades - dormir, cozinhar, comer e conviver. A casa elementar pode ser em alvenaria de pedra ou em madeira, com cobertura em palha ou telha. Esta tipologia concretiza o habitar primitivo, possuindo geralmente chão de terra batida e uma lareira improvisada. Em muitos casos inclui um forno localizado num canto sem chaminé, sendo o fumo é ventilado pelas frechas da cobertura. Mais tarde, com a melhoria das condições económicas, registam-se algumas alterações, como a criação de dois compartimentos interiores através da construção de uma parede de tabique¹²⁷ ou de um piso superior acessível através de um alçapão.

A casa complexa, como o nome indica distingue-se da anterior pela maior complexidade sendo também designada por “casa de dormir”¹²⁸. Possui vários compartimentos independentes com acesso interior através de um corredor, tendo um ou dois pisos. A cozinha destaca-se pelo seu espaço onde se realizam as actividades domésticas a par do convívio, podendo associar-se a uma latada como extensão para o exterior. Incluem-se nesta tipologia a casa torreada e a casa antiga ou secular.

Em ambas as tipologias as instalações sanitárias eram muito precárias, localizadas no exterior de forma autónoma, geralmente nas traseiras da casa. A sua integração no interior das habitações acontece já no século XX. O abastecimento de água fazia-se manualmente através de tanques abastecidos pelas levadas. As habitações de dois pisos tinham como elemento de ligação entre eles uma escada exterior em rampa ou em degraus em lomba.

Estas tipologias deram origem à casa moderna da primeira metade século XX por força da vaga de emigrantes que regressou à ilha. A nível tipológico, podem-se considerar réplicas dos modelos anteriores diferindo pelo uso de novos materiais construtivos, pela decoração e inovação, distanciando-se visualmente das tipologias prévias (ver figura seguinte).

1994/1997 (Publicado parcialmente na Revista Islanha, 1998): Publicação do livro *Arquitectura Popular da Madeira*: 2002

¹²⁶ Victor Mestre em *Arquitectura Popular da Madeira* pg. 76

¹²⁷ Paredes de divisória ou compartimentação feitas de tábuas e ripas de madeira preenchidas e revestidas a argamassa ou reboco de cal (no caso da Madeira também se encontrar o uso de canas em vez de madeira).

¹²⁸ Victor Mestre em *Arquitectura Popular da Madeira* pg. 77

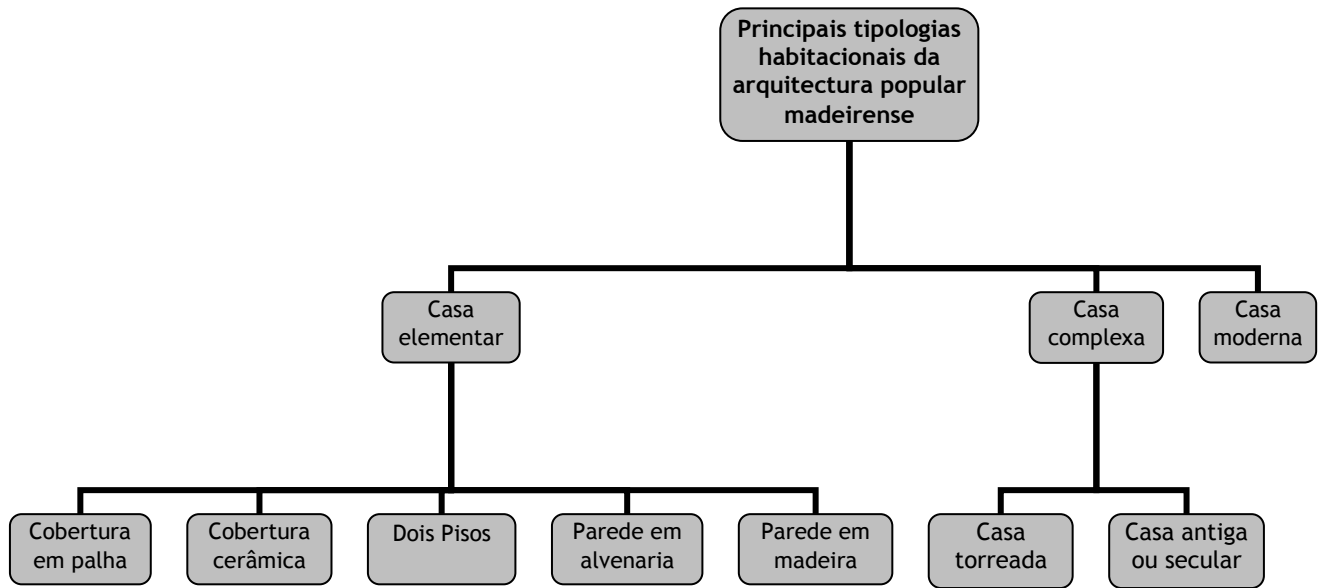


Imagem 63 - Principais tipologias habitacionais da arquitectura popular madeirense



Imagem 64 - Concelhos e freguesias da ilha da Madeira

5.2.1 - Casa elementar

A casa elementar, é a tipologia mais relevante pela vasta quantidade de exemplos no território e pelo grande número de variantes apesar de apresentam plantas e espaços interiores semelhantes e de terem surgido em paralelo, segundo a mesma fonte, distingue-as em dois grupos a partir do tipo de cobertura: em palha ou em cerâmica. A cozinha desenvolve-se de forma isolada, encostada ou integrada em relação ao volume principal.

O autor evidencia pontos comuns, «aspectos decorrentes de todas as tipologias madeirenses, ou seja, o espaço vivencial exterior da latada/jardim, da horta/pomar, ou horta/vinha e/ou horta/bananeiras [...] ainda a cal e as cores-base misturadas na cal, com os pigmentos variando entre os ocres e os rosas/tijolo»¹²⁹.

A – Cobertura em palha e paredes de alvenaria

Nesta subtipologia da casa elementar inicia-se a análise a partir da cozinha. Esta divisão é construída integrada na “casa de dormir” e concretiza a “casa-cozinha” que é uma solução básica de habitar. Inicialmente constrói-se um único compartimento que é depois dividido em dois através de uma parede de tabique separando a cozinha do espaço de dormir. Existem vários exemplos desta tipologia espalhados um pouco por toda a ilha e algumas destas casas são habitadas até à actualidade.

As coberturas de palha requer uma manutenção cíclica, e em cerca de quatro anos deve ser integralmente substituída. A palha utilizada é proveniente do trigo “barbelho” de pravana por ser mais duradouro e rijo. Este processo essencial à preservação estrutural da casa é denominado “abafar a casa”. São necessários cerca de 24 ou 26 molhos de palha de trigo e oito dúzias de varas para “abafar” cada casa. Para cozer a palha à armação usa-se o vime, usando uma agulha denominada de “abafadoura”. A realização deste processo requer a existência de uma dentro da casa que aperta o vime e uma pelo exterior que nivela as diferentes camadas de palha (ver imagens seguintes).



Imagem 65 - “Abafando” uma casa elementar de cobertura de palha e paredes de madeira, Santana

¹²⁹ Victor Mestre em Arquitectura Popular Madeirense, pg. 97-98

Variante 1 - Camacha

A Camacha (ver imagem 64) é uma das freguesias onde se desenvolve uma variante da casa elementar de paredes de alvenaria e cobertura de palha. A cozinha possui um forno interior e o chão é onde se cozinha é de calhau rolado. As paredes são de alvenaria por rebocar. A parede interior de tabique desenvolve-se até ao início da armação da cobertura, ficando um vazio entre o seu término e a parte interior da cobertura (ver figura seguinte).

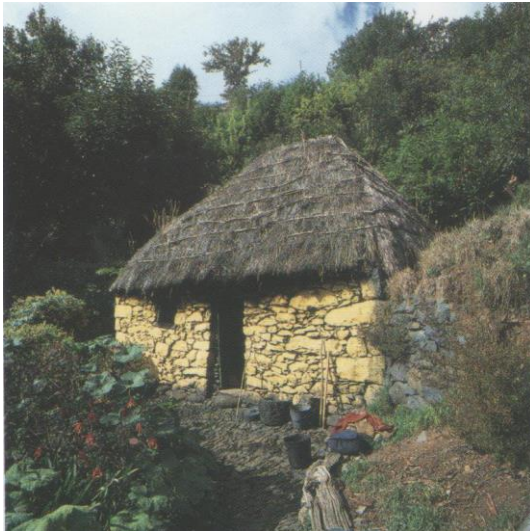
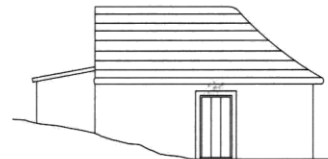
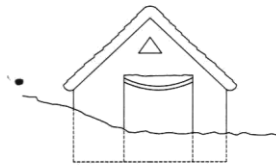
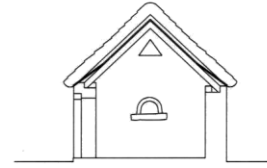
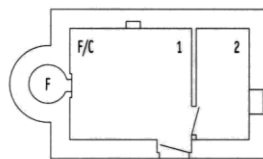
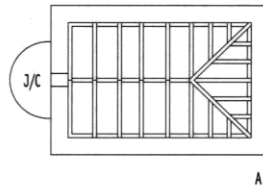
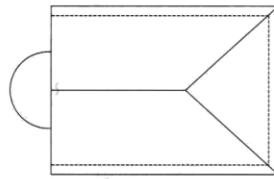
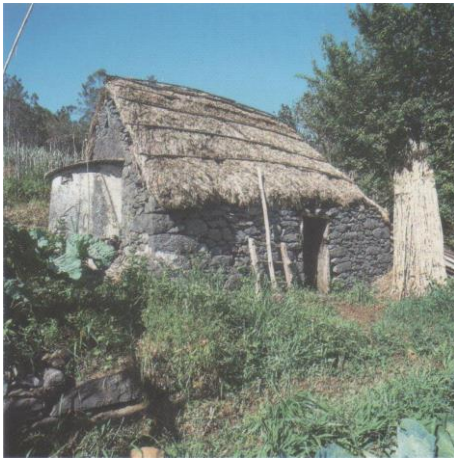


Imagem 66 - Casa elementar de cobertura de palha e paredes de alvenaria, Rochão, Camacha

- **Variante 2 - Canhas e Carvalhal, Ponta de Sol**

Na zona dos Canhas e Carvalhal, concelho da Ponta de Sol (ver imagem 64), desenvolve-se outra das tipologias em estudo. Possui uma cozinha com um forno exterior em empena e com a boca virada para dentro da cozinha, com reboco e caiação mas sem chaminé, pelo que o fumo era geralmente ventilado para o exterior por uma fenda na parede. O chão, onde se cozinha é em terra batida. As paredes não são rebocadas. Existem duas divisões separadas por uma parede de tabique sem vencer o desvão do tecto. Nesta variante a divisão de dormir apresenta uma pequena janela e uma cobertura de três águas, considerada inovadora com o intuito de a terceira empena receber o forno e a respectiva saída de fumo, protegendo a cobertura das fagulhas e evitando possíveis incêndios (ver figura seguinte).



- A Armação
- J/C Janela/Chaminé
- F Forno
- F/C Forno no chão

- 1 Cozinha
- 2 Quarto

Casa elementar
com cobertura de palha
Sítio do Carvalho
CANHAS

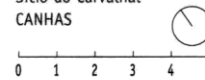


Imagem 67-Casa elementar de cobertura de palha e paredes de alvenaria, sítio Carvalho, Canhas

Variante 3 - Predominante

A variação mais recorrente da tipologia da casa elementar de cobertura de palha e alvenaria de pedra desenvolve-se na encosta Sul entre Santa Cruz e a Calheta (ver imagem 64) é composta por dois volumes, o da cozinha e o dos quartos que embora partilhem a mesma parede mestra de alvenaria não têm comunicação pelo interior. As coberturas são de quatro águas. Esta variação demonstra um afastamento do modelo de casa elementar “casa-cozinha” pela separação da zona de cozinha da zona de dormir. A cozinha possui forno interior e, em alguns casos, uma bancada.



Imagem 68 - Casa elementar de cobertura de palha e paredes de alvenaria, Caniço



Imagem 69 - Casa elementar de cobertura de palha e paredes de alvenaria, Canhas, Ponta de Sol

- **Variante 4 - Casa com cozinha separada**

Nesta variante, característica da zona da Levada do Poiso, Canhas (ver imagem 64), embora a cozinha se desenvolva num volume separado, encontra-se próxima do volume dos quartos. A cozinha é de pequenas dimensões, de planta rectangular, por vezes com forno exterior com boca para o interior, sendo o espaço aberto até à cota de cumeeira i.e. a parte interior mais alta do telhado de palha.

O volume habitacional possui frequentemente dois quartos comunicantes por duas portas exteriores. No interior, a divisão do espaço é feita por uma cortina afixada à altura da parede de alvenaria ou da altura da cumeeira até ao chão. Em algumas situações, como no caso de famílias numerosas, um dos compartimentos de dormir pode encontrar-se subdividido por meio de uma outra cortina corrida.

- **Variante 5 - Lombo da Piedade, Canhas**

Esta variante é exclusiva da zona do Lombo da Piedade, Canhas e distingue-se pela planta quadrangular, pelo vão de entrada estreito e pela acentuada altura da cobertura de palha. Ao contrário das anteriores, tem duas fachadas e duas entradas com a particularidade de um sótão que desenvolve-se sobre o compartimento do fundo directamente por baixo do desvão da cobertura, acessível por uma “escada a pique” ou de encosto.

- **Variante 6 - Casas de dois pisos com empenas**

A casa de dois pisos com empenas observa-se em Santana e em Machico (ver imagem 64). A cozinha é separada da “casa de dormir”, é de pequena dimensão, de planta geralmente quadrangular e com forno interior. Os pisos comunicam entre si pelo exterior.

Em Machico a armação a cobertura é mais reforçada com prumos verticais constituídos por toros. Em Santana a empena é mais larga e a armação da cobertura é reforçada horizontalmente por barrotes.

Em Machico a casa é mais estreitas e aparenta ser mais altas com cobertura de três águas ou com uma quarta água parcial que cobre apenas entrada da cozinha funcionando como um pequeno alpendre. A casa de Santana possui, duas janelas que ladeiam a porta principal.

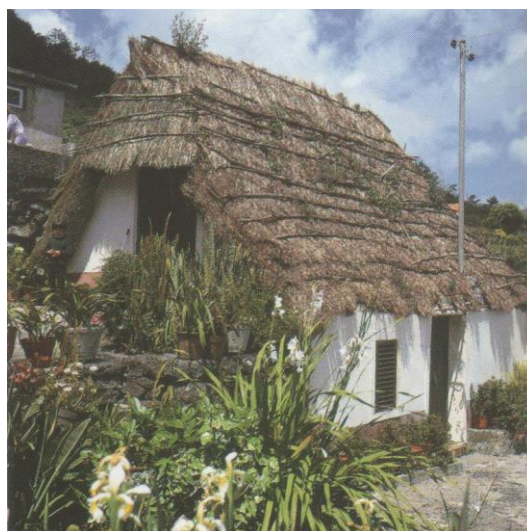


Imagem 70 - Casa elementar de cobertura de palha e paredes de alvenaria, Machico

B – Casa elementar de cobertura em palha e paredes de madeira

Esta tipologia caracteriza-se por ser construída com grande engenho integralmente em madeira. Alicerça-se na armação de madeira formada por várias peças que se encaixam e ajustam formando uma espécie de “quadro”, no qual se implanta a habitação possibilitando a sua deslocação e transporte. Possui maior expressão nas zonas de Machico, Santana e São Jorge (ver imagem 64).

Uma das características que se destaca nesta tipologia habitacional é o gosto pela cor. A casa é pintada a gosto com combinações cromáticas e contrastes que lhe dão um ar único na arquitectura popular madeirense.

Outra particularidade é a cobertura de três águas que termina junto ao chão, dispõe de apenas uma fachada onde surge a porta de entrada e duas pequenas janelas com tapa-sóis coloridos.

Algumas das situações mais evoluídas possuem um sótão acessível através de umas escadas exteriores de encostar à fachada. Mais raramente possuem um piso inferior criado através do aproveitamento do desnível do terreno onde se desenvolve a loja para armazenamento das alfaías agrícolas. Em alguns casos, eleva-se directamente o pavimento da habitação por meio de pedras soltas, com vista separar a base da estrutura de madeira (e quando existe, o próprio pavimento de madeira) do contacto directo com o solo e com a humidade.



Imagem 72 - Bilhete-postal de uma habitação rural em Santana em circulação na primeira metade do séc. XX



Imagem 71 - Casa elementar de cobertura de palha e paredes de madeira (de meio fio), Santana

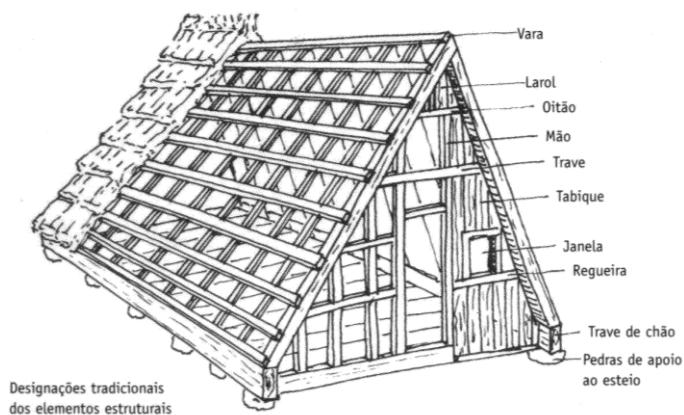


Imagem 73 - Esquema estrutural da tipologia casa elementar de cobertura de palha e paredes de madeira

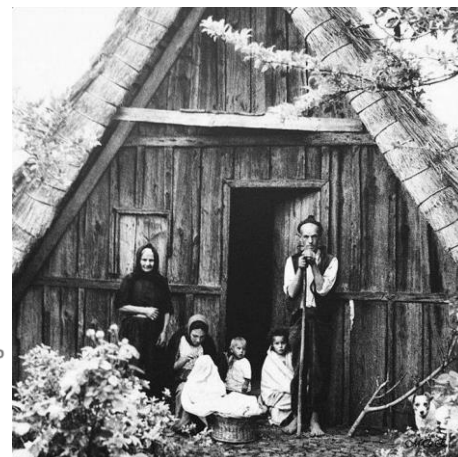


Imagem 74 - Foto de uma casa típica de Santana (1955)

- **Variante 1 - “Casa redonda”**

É em Machico, Santana (freguesia da Ilha) e São Jorge (freguesia da Achada do Marques) que surge uma variante desta tipologia denominada “casa redonda”. Ao contrário do que o nome sugere, é de planta rectangular, com quatro fachadas idênticas e cobertura de palha em quatro águas e os cantos arredondados, transmitido a percepção de ser redonda. Esta variante apesar de ser de carácter tipológico elementar, apresenta já algumas tendências complexas mas pela ausência de um corredor distributivo do espaço interior é ainda considerada elementar.



Imagem 75 - Casa redonda (1890), São Jorge



Imagem 76 - Casa redonda (1940), São Jorge

O interior desta casa é dividido em cruz e a circulação entre os compartimentos faz-se a partir da sala ou da cozinha. O exterior é revestido a pranchas de madeira verticais e a fachada principal compreende a porta de acesso directo para a sala. Por vezes, o sótão era aproveitado e a sua planta desenvolvia-se por cima de todos os compartimentos à excepção da sala por onde se fazia o acesso através de uma escada.

A cozinha exterior apresenta semelhanças formais e construtivas ao núcleo habitacional e constitui o centro vivencial da casa. Possui forno interior e um pial elevado para a preparação dos alimentos onde se faz o fogo para cozinhar. À semelhança das outras cozinhas que se têm vindo a tratar na casa elementar, não possui chaminé, saindo o fumo com dificuldade por entre a palha da cobertura.

Esta variante é uma das mais estimadas localmente. Citando Victor Mestre é uma «solução simples e eficaz, a um passo da solução complexa»¹³⁰ que ganha importância inovadora com a planta em cruz - «com o “dobrar”, por encosto da planta linear»¹³¹.

C – Casa elementar de cobertura cerâmica

Esta tipologia é muito comum na ilha, apresentado variantes à sua base formal e tipológica. Genericamente possui um único piso de planta rectangular que se desenvolve num volume baixo com telhado de quatro águas de inclinação pouco acentuado. É geralmente de caiação branca, com molduras e socos pintados a cinzento, a vermelho óxido de ferro ou então em pedra de basalto ou tufo alaranjado. Esta tipologia possui chaminé erguida sobre o forno, de proporções generosas que faz lembrar as chaminés típicas do Algarve.

Esta casa implanta-se numa plataforma aplanada situada a meia encosta. Na frente tem um pequeno terreiro empedrado com calhau rolado, murete com banco caiado a branco, e uma latada (de vinha ou maracujazeiros entrelaçados numa estrutura metálica ou de madeira apoiada no murete e encastrada na parede da casa) que refresca o terreiro (onde se faz o acesso às hortas, aos pomares e às vinhas) desempenhando um papel importante na vida doméstica.

Nesta tipologia a cozinha está integrada num dos extremos do núcleo habitacional mas não possui acesso pelo interior e tal como quartos tem portas exteriores independentes. Estes compartimentos são separados por uma grossa parede de pedra (com ou sem desvão até à cumeeira). A zona de dormir divide-se por uma parede de tabique em dois compartimentos com comunicação entre si. O centro da vida social é a sala, denominada por “quarto de fora” ou “meio da casa”, pela posição geométrica central que ocupa.



Imagem 77 Casa elementar de cobertura cerâmica com dois pisos, Sítio das casas Rochão, Porto da Cruz

¹³⁰ Victor Mestre em *Arquitectura Popular Madeirense*, pg. 118

¹³¹ Idem

Não há loja, adegas, oficina ou casa de despejo, sendo na cozinha e no exterior que se guardam as alfaias e se prepara a lavoura, dado o clima ameno. Pode existir um palheiro afastado da habitação que é sinónimo de maior riqueza, usado para abrigo de um ou dois animais, com um sótão para armazenar a palha.

Salienta-se a importância desta tipologia na arquitectura popular portuguesa, pelo facto de constituir «um embrião de várias tipologias de casas, entenda-se por tipos as filiações por via das variações próximas e imediatas da “tipologia-mãe” e as tipologias como modelos automatizáveis de uma mesma árvore»¹³². O autor refere também a sobriedade desta tipologia tanto na forma como no espaço, «a sua construção detém grande apuro construtivo e obedece a uma regra ancestral de escala»¹³³.

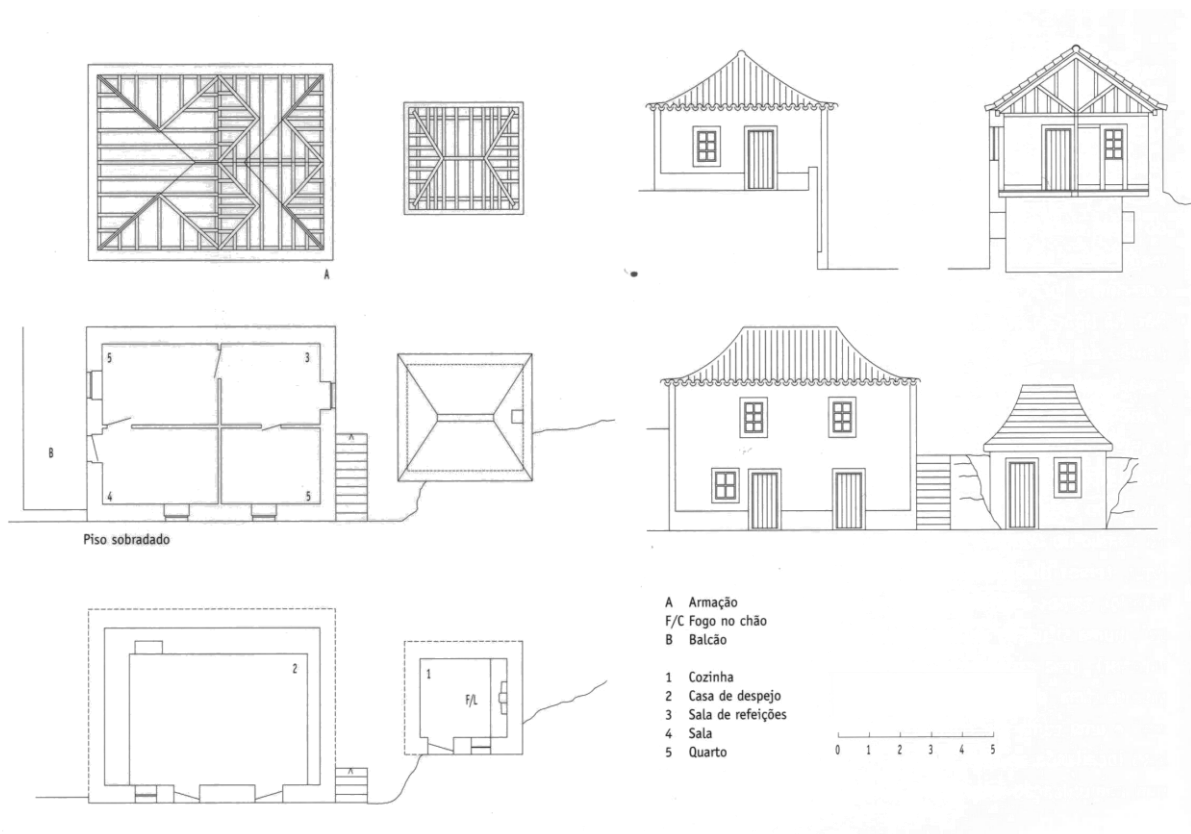


Imagem 78 - Casa elementar de cobertura cerâmica com dois pisos, Santana

¹³² Victor Mestre em Arquitectura Popular Madeirense, pg. 125

¹³³ Idem

Variante 1 - casas de telhado de duas águas com aproveitamento do sótão

Esta é uma exceção à casa de piso térreo e telhado de quatro águas pois possui telhado de duas águas com aproveitamento do sótão. A cozinha separada do núcleo habitacional pode situar-se a outra cota, embora possua zona de refeições. É no piso térreo do volume habitacional que se localiza a zona de refeições, de convívio e de armazenamento de alfaias. Os quartos, comunicantes entre si, desenvolvem-se no piso superior com entrada independente e divisória em parede de tabique ou cortinas. Esta tipologia está associada a situações de pobreza.

- **Variante 2 - Lombo do Doutor, Calheta**

Nesta variação a cozinha está integrada no núcleo habitacional, situada no piso térreo, não possuindo forno nem comunicação interior. No rés-do-chão situa-se também a “casa de despejo” e no piso superior os quartos. Apesar de se desenvolver em dois pisos, é muito elementar e possui pequenas dimensões.



Imagem 79 -Casa elementar de cobertura cerâmica, Lombo do Doutor, Calheta

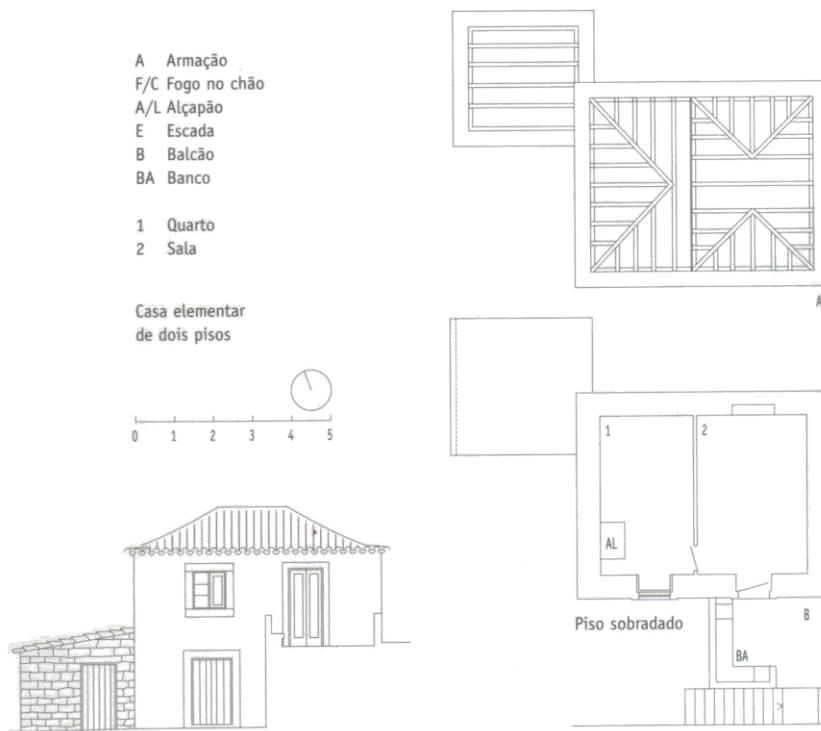


Imagem 80 - Casa elementar de cobertura cerâmica de dois pisos, Lombo do Doutor, Calheta

D – Casa elementar de dois pisos

Esta casa está também bastante presente na ilha. Implanta-se com o aproveitamento do declive natural do terreno, ganhando mais um piso ou meio consoante a situação e favorece-se a orientação nascente-poente, em especial Sul protegendo-a dos ventos dominantes. Quando vista do alçado posterior não se tem a percepção de ter dois pisos. É de planta rectangular com telhados em telha de quatro águas, sem vãos na fachada posterior. Excepcionalmente podem abrir-se janelas à altura do piso superior. No rés-do-chão desenvolvem-se as lojas que podem ser divididas por uma parede mestra ou de madeira, com comunicação pelo interior ou pelo exterior e uma janela que transmite ao alçado a configuração de porta-janela-porta.

A casa elementar de dois pisos é a base de várias tipologias complexas, nomeadamente das casa em esquadria, duplicada, complexa de cobertura de telha, torreada e ainda das casas modernas, tal como pretende comprovar no ponto seguinte.



Imagem 81 - Casa elementar de cobertura cerâmica de dois pisos e balcão, Maloeira, Fajã da Ovelha

5.2.2 - Outras tipologias

A - Casas em esquadria e duplicada

A casa em esquadria é um resultado evolutivo de aparente simplicidade que resulta da reinvenção e reconfiguração espacial e formal de outras. Ganha esta denominação pelo acréscimo de um compartimento perpendicular no topo do volume da casa inicial no local da cozinha, ligando-a ao volume principal e usando o espaço superior para criar um novo quarto. O novo volume é mais estreito, o telhado é de três águas e a sua ligação faz-se por meio de um corredor em ângulo recto que une a cozinha ao resto da casa. Prevalece o princípio da arquitectura popular i.e. o aproveitamento do espaço útil - “todo o espaço é útil”¹³⁴.



Imagem 84 - Casa em esquadria de dois pisos, Sitio do Carmo, Campanário

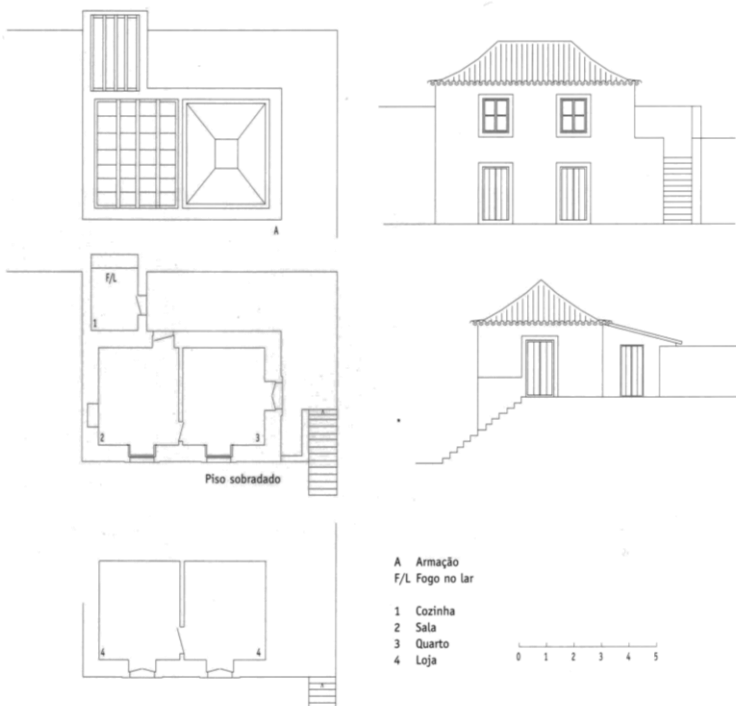


Imagem 85 - Casa em esquadria de dois pisos, Campanário



Imagem 82 - Casa duplicada, Reis Magos, Caniço



Imagem 83 - Casa em esquadria, (Quinta dos Pincaros), Fonte Bugia, Arco da Calheta

¹³⁴ Victor Mestre em “Arquitectura Popular Madeirense”, pg. 134

A casa duplicada resulta do encostar de duas casas elementares, mantendo as duas coberturas. Encostam-se os dois telhados paralelamente e cria-se uma porta central no “meio da casa” ou numa situação mais evoluída, um corredor num dos módulos.

B – Casa complexa

A casa complexa surge no segundo quarto do século XIX onde se assiste ao seu grande crescimento. Está ligada ao retornar de madeirenses das Índias Ocidentais com fortunas significativas, pelo que algumas delas ficaram conhecidas como casas dos demeraristas¹³⁵. Outras eram propriedade de morgados, i.e. eram casas urbanas de famílias fidalgas com elevadas posições sociais e económicas, às quais se associam as janelas em guilhotina com contrapesos e as portas de grandes dimensões com bandeira.

Nesta tipologia evidencia-se o corredor central que funciona como “espaço canal”, ligado à entrada concretizada simetricamente na fachada ou subdividida criando uma antecâmara (sinal de “nobreza”) que liga a uma saleta para receber as visitas. A casa é desenhada em função do corredor que é o eixo estruturante. A planta é modular e desenvolve-se em número (par) de compartimentos ao longo do corredor. Pode possuir um alpendre ou um balcão factores, que denotam a importância social ou o poder económico da família. A fachada é regular e transmite simetria, vãos equidistantes de idênticas proporções. Tem uma volumetria quadrangular, um telhado de quatro águas e dois pisos onde o rés-do-chão se destina à adega e às lojas para armazenamento das alfaias. No piso superior localiza-se a cozinha, os quartos, e os espaços de estar.

Outra característica relevante é a dimensão dos compartimentos pois ao contrário da casa elementar, as divisões da casa complexa são generosas. Todos os compartimentos abrem para o corredor e podem até ter duas portas como é o caso dos salões de receber e das salas de jantar.



Imagem 86 - Casa demerarista (1935), no interior da ilha

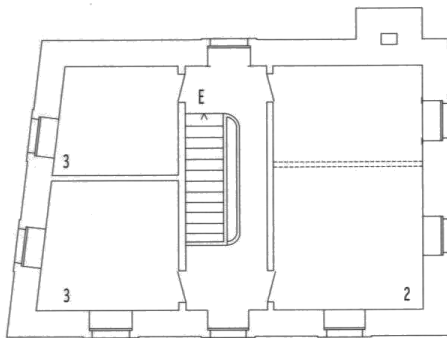
¹³⁵ Demerara (Guiana inglesa) precisava de trabalhadores para desenvolver o seu comércio e produção, promoveram assim a emigração de trabalhadores madeirenses para esse destino, bem como para outras colónias inglesas. Quando estes portugueses voltaram para a ilha para passar em sossego o resto das suas vidas, trouxeram fortunas significativas que usaram para construir casas geralmente da tipologia que se está a tratar.



Imagem 87 - Casa complexa, (1808) Ponta Delgada.



Imagem 88 - Casa complexa, Fajã dos Vinháticos, Serra D'Água



Piso sobradado

E Escada

Cozinha (piso térreo)

1 Salão

2 Quarto

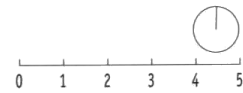


Imagem 89 - Casa complexa, Estreito da Calheta



Imagem 90 - Casa complexa, Achada da Cruz, Santana



Imagem 91 - Interior de uma casa complexa, Achada da Cruz, Santana

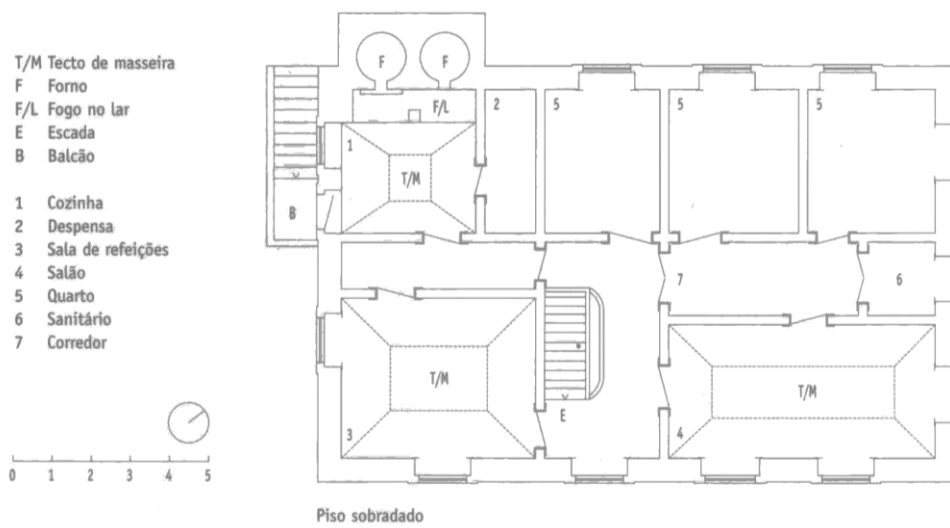


Imagem 92 - Casa complexa, Achada da Cruz, Santana

C – Casa torreada

Esta tipologia está associada ao início da colonização da ilha onde terá sido uma das bases das primeiras construções de alvenaria. É um exemplo dos modelos continentais como a casa salaia dos arredores de Lisboa. Esta tipologia sofreu alterações e adaptações ao longo tempo pelas características e necessidades específicas do território insular¹³⁶, actualmente é uma tipologia habitacional em extinção na Madeira. Victor Mestre considera que este modelo poderá concretizar a transcrição exacta da métrica, dos módulos e das escalas continentais.

As suas características são a geometria, as dimensões modelares e a escala rígida. Possui dois pisos com ligação interior por uma escada de madeira. A cozinha interior situa-se no piso térreo lateral associado ao torreão com cobertura de três águas, uma inovação face a tipologia continental.

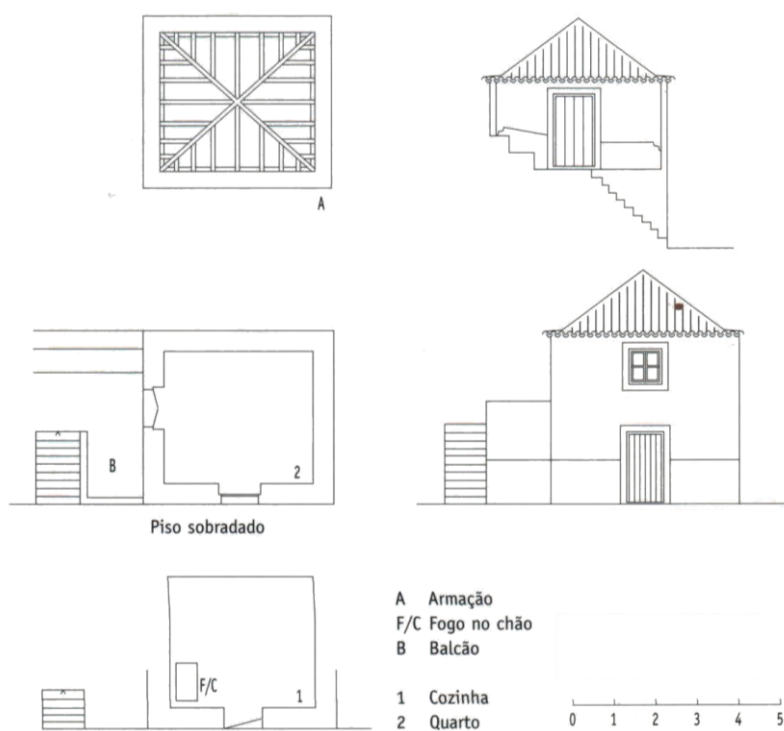


Imagem 94 - Casa Torreada, Curral das Freitas



Imagem 93 - Casa Torreada, Levada dos Barreiros, Santo António



Imagem 95 - Casa senhorial torreada (séc. XVI), Las Palmas

¹³⁶ A casa torreada tem uma maior presença no arquipélago das Canárias e no arquipélago dos Açores.

A casa torreada do Caminho de Santo António, Funchal (ver imagem 64) é um notável exemplo desta tipologia. Aqui o pequeno volume lateral da cozinha possui quatro águas. Destaca-se pela escala e expressão artística - na sua fachada observam-se decorações em esgrafitado¹³⁷ contrastantes a cor-de-rosa (ver imagem seguinte).



Imagem 96 - Casa Torreada, Caminho de Santo António, nº 326, Funchal

D – Casa antiga ou secular

A casa antiga ou secular ganha esta designação por remeter para a memória da arquitectura continental, sendo a que mais influências recebeu do continente, tendo sido erguida por mestres construtores de edifícios de religiosos e militares do Funchal com origens no século XV. É a tipologia que melhor demonstra a evolução e continuidade arquitectónica dos primeiros séculos de povoamento da ilha. Persistem até à actualidade alguns exemplos desta casa tais como: o Solar de Dona Mécia (Funchal), a Casa das Mudanças (Calheta), o Solar do Morgado Esmeraldo (Ponta de Sol), o Solar dos Reis Magos (Caniço), entre outros.



Imagem 97 - Reconstrução do Solar do Esmeraldo (1600 a 1679), Ponta de Sol



Imagem 98 - Solar do Esmeraldo (1973), Ponta de Sol

¹³⁷ Técnica de desenho ou pintura em fresco que consiste no levantamento da camada de tinta superior e visível para deixar aparecer a camada subjacente.

Esta tipologia desenvolve-se, em dois pisos. O piso térreo destina-se à adega, ao armazenamento das ferramentas e dos produtos agrícolas - remetendo para a tradição continental. O primeiro piso é a zona nobre da casa, onde se encontram as salas, os quartos de dormir e a cozinha (integrada no volume habitacional e com uma grande chaminé). O acesso ao piso superior é realizado por uma escadaria exterior ou pelo encosto de um topo



Imagem 99 - Tecto de alfarge Solar Dona Mécia (1957). Funchal

ao terreno que permite o acesso directo pela maior cota do terreno. A sua volumetria é predominantemente paralelepípedica, de espacialidade generosa que remete para as primitivas casas senhoriais. Possui grandes vãos recortados por molduras de argamassa ou cantaria, telhados de quatro águas baixos com beirais e sub-beira que transmitem «austeridade e harmonia»¹³⁸. Victor Mestre citando António Aragão: «Afirma-se aí que as casas construídas nas elevações, vilas ou casas de campo dos principais mercadores, são mesmo limpas e elegantes, ao passo que as da cidade são geralmente muito más»¹³⁹. Outra característica desta tipologia é o corredor e a compartimentação interior demonstrando que esta é um exemplo da **casa complexa**. Outra característica é os tectos de alfarge¹⁴⁰, cujo tipo de estrutura é constante em toda a ilha e denota a relação entre a arquitectura popular e a erudita. A armação confere uma aparência delicada aos telhados de quatro águas. As janelas e as portadas, i.e. a janela-portada estão presentes em toda a arquitectura popular madeirense, cuja caixilharia remonta ao século XV e funciona com um caixilho afixado exteriormente numa das portadas. Originalmente, a portada continha um postigo¹⁴¹ de madeira e sem vidro que evolui para vidraça no fim do século XVIII. No início não possuíam vidro sendo simples aberturas para ventilar a casa e deixar entrar luz. A aplicação de vidro ocorre por influência estrangeira.

Em suma, as casas seculares caracteristicamente abastadas e antigas, têm um carácter quase erudito, podendo até introduzir-se em outras tipologias habitacionais, não fosse a sua antiguidade. Todavia, apesar das suas semelhanças com as outras tipologias, têm outro tempo pelo que Victor Mestre considera-as uma tipologia habitacional da arquitectura popular madeirense por si só.

¹³⁸ Victor Mestre em “Arquitectura Popular Madeirense”, pg. 90

¹³⁹ Victor Mestre citando António Aragão em Arquitectura Popular da Madeira, pg. 90

¹⁴⁰ Tecto em madeira criado por um elaborado trabalho de marcenaria com ornamentos e composições geométricas.

¹⁴¹ “Pequenos vazios redondos ou quadrados, por onde se efectua o arejamento contínuo e por onde passava um réstia de luz” Victor Mestre em Arquitectura Popular da Madeira, pg. 202

- Solares

Dentro da tipologia das casas seculares e antigas, incluem-se também, os solares - denominação que José Sainz-Trueva dá às «casas rurais de grandes dimensões espalhadas um pouco por toda a ilha»¹⁴² em especial no concelho de São Vicente (ver imagem 64). Este autor relata estas casas rurais «de forte carácter e sobriedade, quase todas datando do século XVIII, época de desafogo económico [...] dispensam qualquer ostentação: largas fachadas corridas de muitas janelas, portas simétricas, com espessas molduras de cantaria, quatro águas cobertas por telha portuguesa, com beiral simples ou duplo, terminados por espigão ou pombinha [...] A um corpo principal primitivo outros se foram acrescentando à medida da necessidade [...], criando volumetrias que deram [...] uma beleza singular. O rés-do-chão era destinado ao lagar, e a arrecadar alfaias agrícolas [...] o sobrado, a zona nobre da casa, [...] ostentava tectos de caixotão [...] Estas são casas de aspecto rude, mas duradoiro.»¹⁴³



Imagem 100 - Solar Dona Mécia (1950), Funchal



Imagem 101 - Entrada do Solar Dona Mécia em cantaria (1940), Funchal

¹⁴² Victor Mestre em *Arquitectura Popular Madeirense*, pg. 92

¹⁴³ Victor Mestre citando António Aragão em *Arquitectura Popular Madeirense*, pg. 92-93

E – As furnas

As furnas ou “grotas” são uma das mais antigas formas de habitar do Homem. São habitações construídas a partir de compartimentos de modestas dimensões escavados na rocha que modela escultoricamente o espaço. Actualmente encontram-se praticamente extintas na ilha. Funcionavam como abrigos temporários até que se reunissem as condições necessárias à construção de uma casa e constituíam o último recurso em tempo de crise.

Tipologicamente, são consideradas por Victor Mestre como uma excepção. Inserem-se na categoria da casa secular pela sua antiguidade e na da casa elementar pela sua simplicidade formal.

Desenvolvem-se, geralmente, em profundidade e não possuem mais que dois compartimentos comunicantes. Ao compartimento da entrada dá-se o nome de “casa de fora” é aqui que se localiza a cozinha sem chaminé, com pequenos orifícios superiores ou laterais.

Em alguns casos podem ter uma fachada exterior dependendo da qualidade da pedra e da disposição do espaço existente, bem como funcionar como apoio a outra construção.

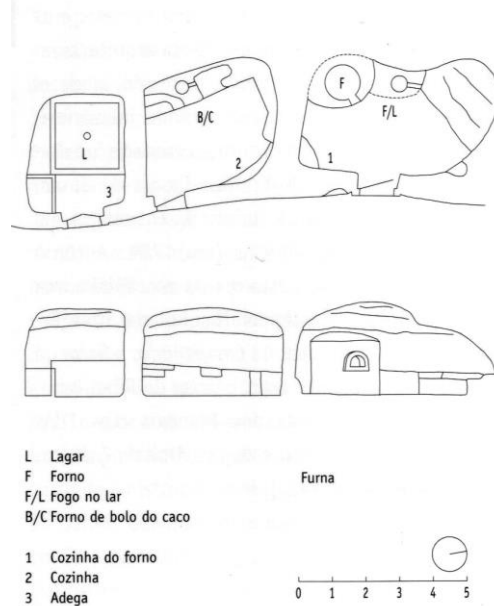


Imagem 102 - Furna na estrada da Levada do Norte, Sítio da Ribeira do Escrivão, Quinta Grande

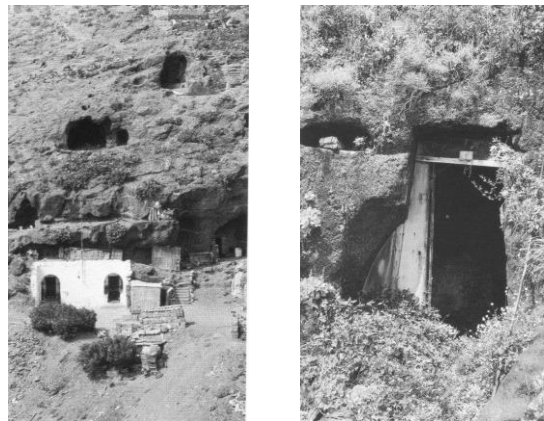


Imagem 103 - Furnas no Sítio da Ribeira do Escrivão, Quinta Grande

5.2.3 - Casa moderna

Victor Mestre, considera que esta tipologia refere-se a todas as casas construídas no século XX, em especial por emigrantes regressados da América, Brasil, Venezuela e do pós-guerra Colonial. Esta tipologia está bastante presente em todo o território insular. A configuração da paisagem rural remete a casa moderna como a imagem (estado final) da arquitectura popular madeirense.

A casa moderna é um decalque das tipologias tradicionais anteriormente descritas, em especial da casa elementar de paredes de alvenaria e cobertura em telha e da casa elementar de dois pisos. Pode ser elementar ou complexa, destacando-se pelos pormenores formais, portas altas e largas com bandeira, janelas modulares com molduras em argamassa com ou sem tapa-sóis, cobertura em telha canudo, marselha ou de cimento em losângulo decoradas nos cantos com “pombinhas madeirenses” ou outros elementos decorativos e ainda pelas chaminés esbeltas.

Os diferentes tipos de casas modernas concretizam-se de acordo com as necessidades e posses dos seus proprietários. Podem-se encontrar variações desde a casa elementar de um ou dois pisos, à casa complexa de dois pisos. Nesta tipologia é frequente a pequena escala, o único piso com um corredor mínimo e por vezes o aproveitamento do sótão. Têm cozinha integrada e cobertura em telha de quatro águas sendo as mais antigas em telha de canudo ou portuguesa, as mais recentes ou renovadas usam telha marselha. Excepcionalmente, encontram-se casas complexas de duas águas, em algumas zonas da Calheta e Prazeres. Em algumas destas habitações de dois pisos faz-se o aproveitamento do declive natural do



Imagem 104- Casas modernas, Sitio da Porta Nova, Campanário

terreno enterrando-se a fachada posterior.

Construtivamente as paredes são em alvenaria, mais estreitas que as das tipologias estudadas nos pontos anteriores. A partir da década de 40/50 as alvenarias começaram a ser executadas em blocos de cimento. Porém, o processo construtivo e a métrica das coberturas permaneceram imutáveis, mantendo a mesma aparência que as antigas casas tradicionais. Victor Mestre pensa ser a partir de 1945 que os telhados de quatro águas começam a se elevar - o acentuar da inclinação das coberturas acentua a pequena largura das casas.

Em suma, as casas modernas diferem dos modelos e tipologias anteriores pelo uso de cimento blocos e como argamassa na construção. Por outro lado, os pavimentos, carpintarias, coberturas e paredes de tabique mantêm-se praticamente idênticas apesar da evolução das ferramentas e métodos construtivos.

- Variante 1 - Casa moderna com dois pisos / Casa moderna térrea com sótão

Esta variante da casa moderna usa, geralmente, escadaria interior para ligar os dois pisos, ainda que não seja um elemento estruturante, sendo esteira, pronunciada, colocada num canto da cozinha e com um alçapão que dificulta o seu acesso diário.

Na casa moderna térrea o acesso ao sótão efectua-se por uma escada com alçapão quase sempre a partida cozinha, entendida como um elemento de recurso.



Imagem 105 - Casa moderna elementar de dois pisos, Campanário

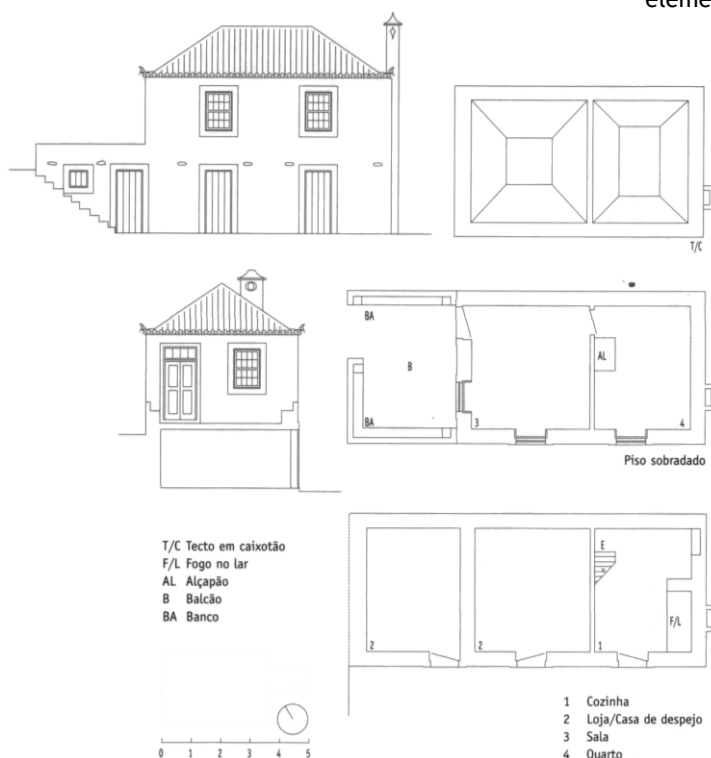


Imagem 106 - Casa moderna elementar de dois pisos, Sítio da Candelária, Tabua

- **Variante 2 - Casas modernas complexas**

As casas modernas complexas têm duas expressões distintas: a primeira que se assemelha à casa elementar de um só piso e a casa elementar de dois pisos. As casas complexas que se aproximam-se à casa elementar de dois pisos de dimensões maiores e possuem uma escadaria central que ocupa um módulo específico da malha métrica.

Victor Mestre salienta que os elementos característicos das casas modernas complexas transmitem uma imagem de prestígio e riqueza, apesar de não ultrapassarem uma certa vulgaridade de “casarão”.

5.3 - Pormenores arquitectónicos

Apesar ornamentação da arquitectura popular madeirense não se destacar, ainda assim os materiais e técnicas construtivas nela utilizados são referências incontornáveis que riam a imagem identitária popular madeirense. Dos principais pormenores arquitectónicos destacam-se: vãos e caixilharias, chaminés, ornamentação e cores dominantes.

5.3.1 - Vãos e Caixilharias

Os tipos de materiais utilizados influenciam o modo de construir. No caso dos vãos, existia inicialmente uma única porta na fachada que funcionava em simultâneo como janela, este vão evoluiu foi evoluindo, ganhando dimensão. Esta porta possuía um postigo redondo ou quadrangular que com a melhoria da situação económica passou a ter um vidro. Surgem sequencialmente a portada com vidro, o envidraçado fixo, as janelas de duas folhas e a janela de guilhotina.



Imagem 107 - Janela Postigo, Santana



Imagem 108 - Janela-varanda, Ponta Delgada (Madeira)



Imagem 109 - Janela Postigo, Fajã da Ovelha

A janela de guilhotina denota a influência dos ingleses que se instalaram nas quintas madeirenses e influenciaram o “gosto” das famílias mais abastadas e de edifícios públicos de prestígio (casas nobres, casas urbanas, os conventos). O modelo de janela mais comum é denominado de “janela antiga”, numa solução mista de meia portada com postigo a abrir para dentro e três a quatro folhas de vidro fixadas pelo exterior (ver imagens seguintes).

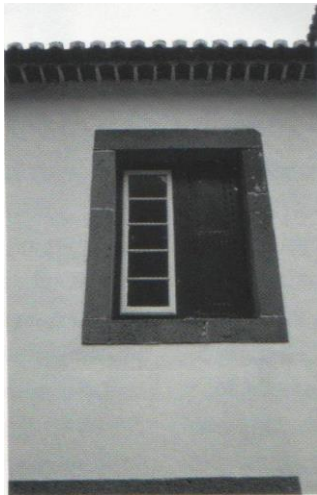


Imagem 110 - Meia Janela (janela-portada), Ponta Delgada (Madeira)

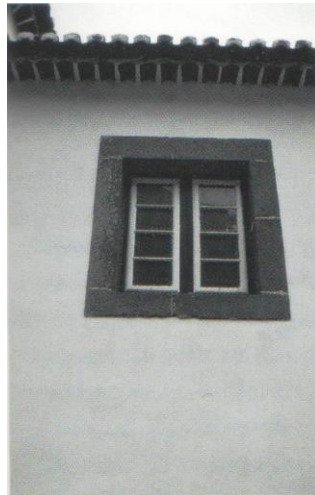


Imagem 111 - Janela-portada com caixilhos sobrepostos às portadas, Ponta Delgada (Madeira)



Imagem 112 - Janela guilhotina com tapa-sóis, Funchal

5.3.2 - Chaminés

As chaminés são um significativo elemento formal. Construtivamente elevam-se em alvenaria, são robustas e de generosas dimensões - no interior vencem a zona do lar, do forno e a bancada do fogão. No exterior rompem o tronco proeminente pelo telhado. Podem ter uma forma prismática ou cilíndrica, paralelepípedica ou base octogonal. Possuem aberturas rectas no topo e remate superior. Na arquitectura mais antiga é notável a sua maior dimensão e a robustez. Com o decorrer dos anos, as chaminés tornam-se, progressivamente, mais aligeiradas e esbeltas (ver imagens seguintes).



Imagem 113 - Chaminé quadrangular, Porto Santo



Imagem 114 - Chaminé redonda, Machico



Imagem 115 - Chaminé datada 1948, Ponta de Sol

Na década de 40 surgem as chaminés pré-fabricadas em cimento como elemento de referência das casas modernas, «as chaminés e as pombinhas revelam um misto de afirmação terrena, de religiosidade e de superstição de índole popular»¹⁴⁴ (ver imagens seguintes).



Imagem 116 - Chaminé redonda, Prazeres



Imagem 117 - Chaminé quadrangular, Calheta



Imagem 118 - Chaminé Octogonal, Estreito da Calheta

5.3.3 - Ornamentação

Como já se referiu, a ornamentação é pouco comum na arquitectura popular madeirense, porém, existem excepções como é o caso das “pombinhas” colocadas como talismãs nos extremos dos telhados das casas, «é sabido que popularmente se colocam alguns “talismãs” em locais estratégicos da casa, como o signo saimão, a rosácea (estilização do sol) e a estrela de David, desenhadas nas soleiras ou verga das portas.»¹⁴⁵ São geralmente em barro ou cimento como as telhas. O seu significado está relacionado com o culto do Espírito Santo, símbolo fertilidade, abundância e esperança. São comuns as cabeça de nobre e menina, mais raros são os gatos, cães, papagaios, dragão, ou a cabeça de vilão (presente em Santana), «a pombinha de vigia/ lá por riba dos telhados/ traz fortuna à família/ e os filhos bem creados».¹⁴⁶



Imagem 119 - Cabeça de menino, 1970



Imagem 120 -Pombinha de asas abertas, Santana

¹⁴⁴ Victor Mestre em Arquitectura Popular Madeirense, pg. 187

¹⁴⁵ Idem

¹⁴⁶ Quadra popular recolhida por Leite Atalide citada por Victor Mestre em Arquitectura Popular Madeirense, pg. 188

5.3.4 - Cores dominantes

A cor é outro elemento com elevado valor plástico na arquitectura popular, predominando os ocres e o rosa. Menos comum são o amarelo (Camacha), o verde (Curral das Freiras) ou o azul (Machico e Seixal, ver imagem 64). As casas de madeira de Santana são também uma excepção pois usam cores fortes que lhes conferem uma característica única na arquitectura popular madeirense, privilegiando os vermelhos, azuis, verdes e castanhos em cromáticas e contrastes.

As molduras das janelas, quando não são em alvenaria, são pintadas em tons geralmente branco ou cinza e mais raramente de amarelo ou vermelho ocre. Os muros ganham e marcam a paisagem realçada pelo uso da cor, em especial os ocres ou os rosas.

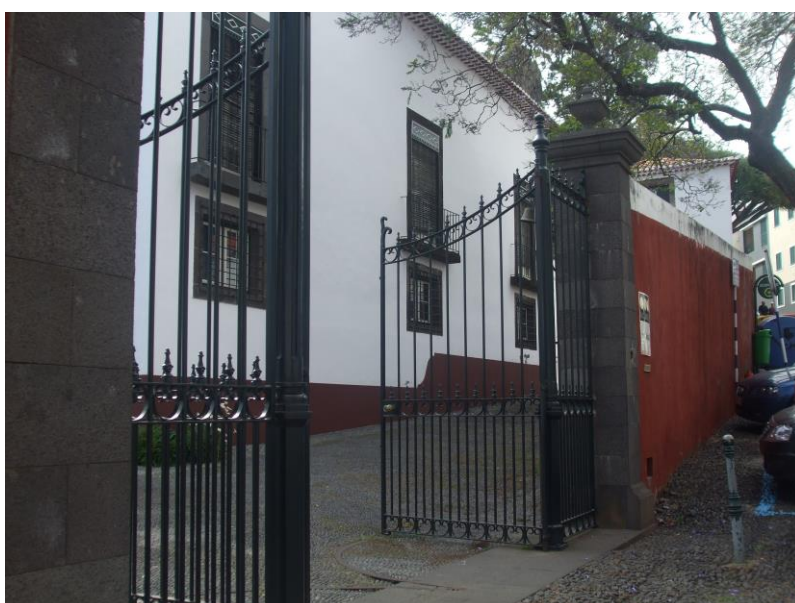


Imagem 121 - Entrada da Quinta das Cruzes

5.4 - Principais traços das tipologias habitacionais

Pela análise anterior poder-se-á concluir que houve grandes influências arquitectónicas importadas do continente desde o início do povoamento, adoptando-se referências e técnicas construtivas às específicas da ilha. Surgiram e desenvolveram-se tipologias características que chegaram até aos dias de hoje. O carácter individual desta arquitectura transmite a herança cultura deste povo.

A casa popular madeirense terá passado por três estádios: uma idade primitiva, uma antiga e uma moderna. O primeiro período (séculos XIV e XV) está associado às influências continentais e à data em que a ilha se organizava por capitánias, correspondendo à casa antiga ou secular e à casa torreada. O segundo período corresponde ao aparecimento (século XV a XVI) das primeiras habitações elementares, e das tipologias complexas (século XVII e XVIII), associadas a períodos de maior riqueza. A terceira idade corresponde à tipologia da casa moderna do século XIX, impulsionada pelo regressar dos madeirenses emigrantes.

Na cultura arquitectónica popular existem três tempos de vivência: o de estar, o de dormir e o de trabalhar, o espaço habitacional é obrigatoriamente funcional e polivalente, sem o desperdício de espaço, ostentação nem caprichos. Como se pôde observar, a cozinha sempre desempenhou um papel crucial como o centro da casa, onde se realizavam grande parte dos trabalhos domésticos e todo o processo de socialização e convivência familiar.

A casa, como condição mínima de conforto não estava acessível a todos pelo que as furnas constituíam abrigo de recurso. Por outro lado vulgarizam-se as casas de madeira com cobertura de palha, com especial destaque nas zonas de Santana e São Jorge a Norte e Machico, Estreito da Calheta e Canhas a Sul. Também as casas em alvenaria de pedra solta recolhida no local revelam mais uma vez a escassez dos recursos sendo apenas os cunhais e ombreiras da porta recortados e trabalhados, possuindo uma cobertura com estrutura de madeira forrada a palha ou telha.

Considera-se a casa elementar de paredes de alvenaria e cobertura de telha como «a semente de quase todas as tipologias [...] uma série de parentescos e umas tantas referências, que a distinguem notoriamente como a tipologia “eleita” que, inclusivamente suportou [...] toda a evolução tipológica e formal.»¹⁴⁷.

As tipologias elementares (analisadas no ponto 5.2.1) conviveram e adoptaram referências das tipologias abastadas senhoriais (complexas, antigas ou seculares analisadas no ponto 5.2.2).

Em grande parte das tipologias populares (como por exemplo nas casas complexas), simplificaram-se e sintetizaram-se os primeiros modelos tipológicos e as suas características em especial da casa elementar de cobertura em telha cerâmica e a casa elementar de dois pisos. A altura da casa, as dimensões dos vãos e os telhados abatidos de duplo beiral mantêm a influência dos primeiros modelos.

¹⁴⁷ Victor Mestre em Arquitectura Popular Madeirense, pg. 136

Dentro das várias tipologias analisadas repete-se a métrica modular e geométrica pré-estabelecida para a planta e alçado influenciando a imagem tridimensional das casas. A ideia de módulo está presente na multiplicação de compartimentos, apenas dois na casa elementar e a cozinha separada.

Pela observação das plantas apresentadas poder-se-á concluir que a maioria das habitações, da tipologia das casas elementares e das casas em esquadria com paredes de alvenaria e cobertura em telha, possuía entre 10m e 7m de comprimento e a largura raramente ultrapassava os 5m. As casas elementares de paredes de madeira e cobertura de palha tinham, geralmente, 6m de comprimento por 4m de largura. Ora esta métrica constitui um elemento de identidade, harmonia e proporção da arquitectura popular madeirense, pelo que será uma referência na proposta de arquitectura a desenvolver na PARTE III.

Reconhece-se a importância de preservar essa herança como valor cultural e arquitectónico, exigindo um esforço na conservação, reabilitação e reinvenção deste património incluindo-o como alternativa associada para actividade turística no espaço rural.

Em síntese, o conhecimento das tipologias tradicionais populares, suas características e particularidades é um passo importante para promover a sua preservação e reabilitação e um acervo para trabalhar sobre o meio rural. Este conhecimento sobre a arquitectura, função, qualidade e rigor construtivo dos materiais, proporção, escala e harmonia será determinante para o desenvolvimento das medidas projectuais, urbanísticas e arquitectónicas, a definir para a área de intervenção na Fajã de Baixo, Calheta.



Imagem 122 - Ruína da Casa das Mudanças (1700), Calheta



Imagem 123 - Reconstrução da Casa das Mudanças inaugurada em 2004 integrada no Centro das Artes Casa das Mudanças, Calheta

PARTE III - Projecto Urbanístico de Turismo Rural

Casas da Fajã de Baixo (Calheta)

Nesta parte da dissertação realiza-se a análise da área de intervenção do Sítio da Fajã de Baixo, concelho da Calheta. Procede-se à inventariação do edificado existente e dos elementos marcantes com o objectivo de realizar um diagnóstico urbanístico onde se detectam os principais problemas, potencialidades e considerações a reter no desenvolvimento e elaboração do projecto. A proposta será desenvolvida em duas vertentes: o projecto urbanístico Casas da Fajã de Baixo e o projecto arquitectónico da unidade de alojamento. Ainda que o principal objectivo definido para esta dissertação seja a intervenção urbanística considerou-se determinante avançar com o projecto de arquitectura da unidade de alojamento de modo a concretizar algumas premissas da arquitectura popular madeirense, nomeadamente ao nível da métrica da planta e do alçado, a volumetria, os materiais, a organização funcional e a divisão do espaço.

Capítulo 6 - Caracterização da área de estudo

Este capítulo pretende caracterizar a situação preexistente na área de estudo, de modo a identificar os principais problemas e potencialidades e a sistematizar as regras de edificabilidade e urbanização aplicáveis ao projecto urbanístico, com base na observação dos instrumentos de gestão territorial em vigor no local.

6.1 - Enquadramento no concelho da Calheta

A Calheta, cidade e sede do concelho ao qual dá o nome, é na ilha, uma dos mais distantes do Funchal, a cerca de 40 minutos o equivalente a aproximadamente 30 Km. O concelho possui cerca de 116 Km², com um total em 2011 de 11521 residentes (Censos de 2011) e é composto por oito freguesias, entre as quais a do Arco da Calheta onde se localiza o lugar da Fajã de Baixo, objecto de estudo nesta dissertação.

Uma das particularidades deste município é os “lombos” - territórios extensos que descem desde o planalto do Paul da Serra até ao mar ladeados pelas ribeiras. João Adriano Ribeiro, citando Silva Reis, descreve a paisagem humanizada da Calheta composta pelas «casas espalhadas desordeiramente pelos lombos, à beira dos caminhos, são rectangulares e cercadas de flores, corriolas, latadas ou



Imagem 124 - Ilha da Madeira destacando o concelho da Calheta

árvores de copa»¹⁴⁸. Era nos lombos ou lombadas que se localizava a maioria da população. O concelho possui um abundante sistema de nascentes, muitas delas com origens no Paul da Serra como a do Rabaçal a partir do qual foi construído o vasto sistema de irrigação até aos terrenos de cultivo; as levadas, muitas delas a funcionar (como descrito no ponto 4.2.1) e apreciadas pelo turismo (ver imagem seguinte).



Imagem 125 - Levada do Rabaçal



Imagem 126 - Baía da Calheta, séc. XIX

No início do século XX as principais actividades giravam em torno da agricultura, pastorícia e corte de lenha para carvão. O aglomerado urbano da Calheta desenvolveu-se num território limitado imposto por duas falésias, entre a foz da Ribeira da Calheta e da Ribeira da Serra de Água, apinhado de casario e com as principais funções administrativas do concelho, comércio e local de residência das famílias mais abastadas, com uma igreja, um moinho, uma albergaria, um forno de cal e um engenho. A baía de seixo rolado era propícia ao desembarque e concentrava os barqueiros que realizavam o transporte de mercadorias até à cidade do Funchal (ver imagem anterior). É pelas características da baía que a Calheta ganha o seu nome, topónimo que designa pequeno porto de abrigo da costa bravia.

A agricultura sempre desempenhou um papel crucial na vida económica da ilha e este concelho não é excepção. As produções agrícolas eram variadas, com destaque para os cereais e o vinho. A expressão deste sector no concelho tem vindo a diminuir e de acordo com o INE¹⁴⁹ em 1989 contabilizavam-se 2603 áreas agrícolas que decresceram para 1466 em 2009.

As fajãs são elementos geológicos característicos da Madeira e dos Açores que resultam do desprendimento de terras de encostas ou arribas formando pequenos montes, frequentemente, orientados e em contacto com o mar. O sítio da Fajã de Baixo tem um forte carácter rural e agrícola, com solos férteis e clima favorável onde predomina a produção de banana. A paisagem ligeiramente humanizada i.e. de baixa densidade habitacional e populacional, caracteriza-se pelas habitações agrícolas tradicionais, populares e modestas, outrora ao servido do cultivo das terras. Actualmente muitas delas estão degradadas e abandonadas, numa memória ténue de tempos árduos.

¹⁴⁸ João Adriano Ribeiro citando Silva Reis (2006) em “Calheta - Subsídios para a História da Freguesia”, pg. 15

¹⁴⁹ Idem

6.2 - Diagnostico urbanístico

6.2.1– Situação pré-existente

A área de intervenção localiza-se então no lugar da Fajã de Baixo, delimitada a Norte pela rua da Serra de Água que a liga a sede de concelho, numa distância de aproximadamente 600 m. A sul confina com a linha de costa, estando inserida numa zona de cultivo de banana, abrangendo uma superfície total de 5,27 ha.

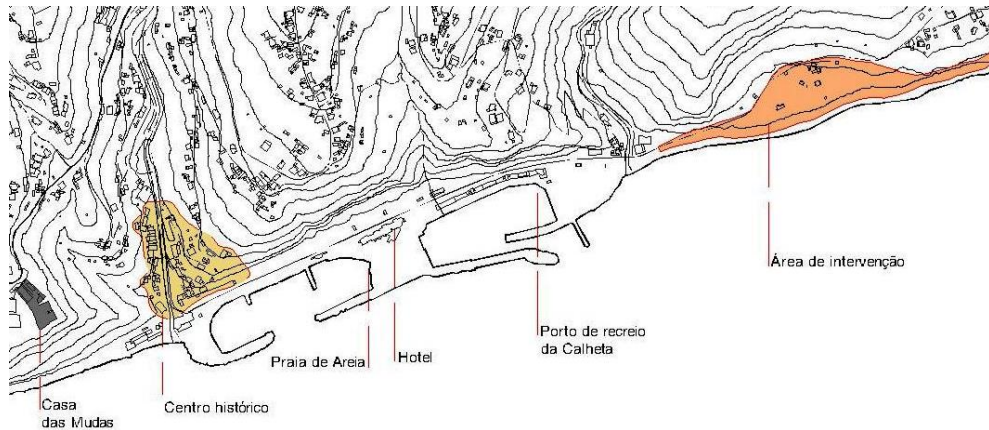


Imagem 127 - Enquadramento na envolvente, Calheta

Como se pode observar nas imagens seguintes, caracteriza-se pela existência de sete edifícios de carácter habitacional, unifamiliares, que mantêm o vínculo à agricultura à excepção do edifício n.º5, o mais recente de todos. Este tecido edificado encontra-se disperso e orientado a sul para a frente-mar, à excepção do edifício n.º1. Apenas três deles se encontram habitados (n.º 2, 4 e 5) estando os restantes devolutos (n.º 1, 3, 6 e 7).



Imagem 128 - Planta do espaço positivo (sem escala)



Imagem 129 - Edifícios n° 1 a 7

O número de pisos do edificado é reduzido, varia entre 1 e 2 (ver imagem seguinte). Os edifícios apresentam uma planta tendencialmente rectangular e cobertura em telha marselha de duas (edifícios n.º 1 e 7) e quatro águas (n.º 2, 4 e 6), o edifício n.º 5 tem a cobertura em telha lusa e o n.º3 não tem cobertura, ainda que se observe ter utilizado telha canudo. As fachadas apresentam uma ou duas portas de entrada. Denota-se, ainda, a inexistência de ornamentação do edificado, particular da modesta arquitectura popular madeirense (ver fichas de caracterização em Anexo).



Imagem 130 - Planta do n° de pisos (sem escala)

A área de implantação dos edifícios situa-se entre os 125m² do n.º2 com uma área de construção de 250m², até aos 26,1 m² do edifício n.º7. O imóvel com menor área de construção é o n.º 3 com 51,6m².

Edifício	A _o [m ²]	A _j [m ²]	Nº de Pisos	Nº de Fogos	Actividade	Estado de conservação	Anexos (Sim/Não)
1	31,6	63,3	2	1	Hab.	Mau estado	Não
2	125	250	2	1	Hab.	Bom estado	Não
3	51,6	51,6	1	1	Hab.	Mau estado	Não
4	34,9	69,9	2	1	Hab.	Bom estado	Sim
5	88	170	2	1	Hab.	Bom estado	Sim
6	35,8	35,8	1	1	Hab.	Razoável	Sim
7	26,1	52,2	2	1	Hab.	Mau estado	Não
Total	393	692,8	1,7 (média)	7	---	---	---

Tabela 2- Situação existente

No que toca ao estado de conservação dos edifícios considera-se que na área de estudo existem edifícios em bom (n.º2, 4, 5), razoável (n.º6) e mau estado (n.º1, 3, 7). Considera-se um edifício em “bom estado” de conservação, aquele que não evidencia sinais de degradação quer na cobertura, quer na fachada quer nos demais elementos construtivos; um edifício em estado “razoável” de conservação evidencia alguns de sinais de degradação nomeadamente necessitando de limpeza da vegetação que o oculta, pintura exterior e regista ausência de caixilharia nos vãos; um edifício em “mau estado” é aquele que não possui cobertura ou está bastante danificada precisando de ser substituída na integra, caixilharias totalmente degradadas a necessitar de substituição na integra, ausência de reboco na fachada, existência de fissuras e ausência de pintura, necessitando de obras de recuperação em vários elementos incluindo estruturais. Sinteticamente, no que toca ao estado de conservação do edificado verifica-se que 42,9% dos edifícios encontra-se em “bom estado” de conservação e outros 42,9% encontram-se em “mau estado”, apenas 14,2% o que corresponde a 1 edifício está em estado razoável de conservação (ver imagem seguinte).

■ Bom estado ■ Mau estado ■ Razoável

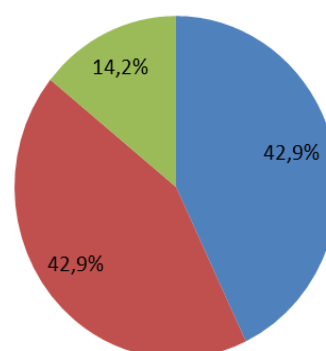


Imagem 131 - Percentual do estado de conservação dos edifícios existentes

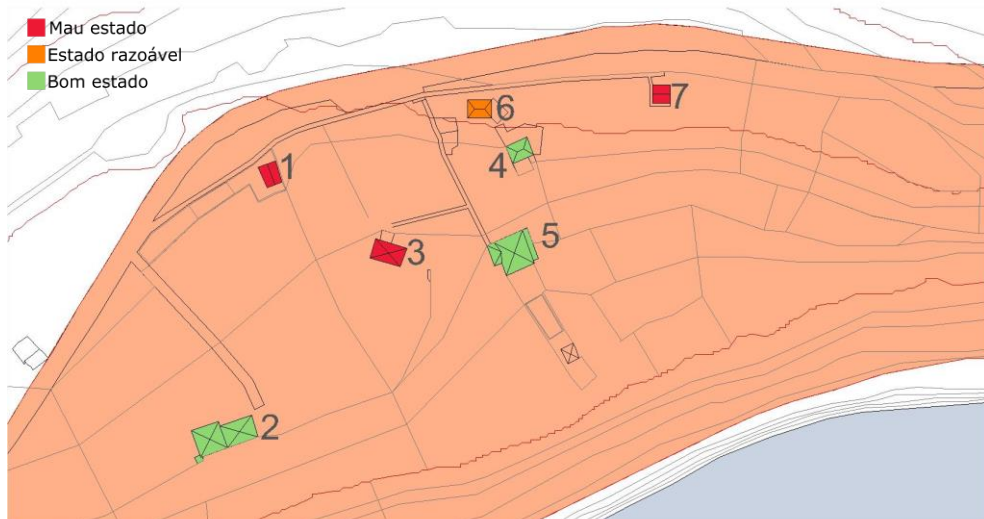


Imagem 132 - Planta do estado de conservação dos edifícios (sem escala)

Verificou-se a existência de três pequenos anexos aos edifícios nº 4 (em resultado de uma ampliação), 5 e 6 (devoluto). Os anexos dos edifícios nº 4 e 6, tal como se pode verificar na imagem seguinte, são caracterizados por construções desenquadradas abarracadas em blocos de cimento rude e parcialmente rebocados com coberturas planas em lajes frágeis com pé direito inferior ao regulamentar. Nenhuma destas características está de acordo com o cariz da arquitectura popular pelo que foram considerados elementos dissonantes a demolir.



Imagem 133 - Anexo edifício nº 6



Imagem 134 - Anexo edifício nº4



Imagem 135 - Planta demolir/manter

Verificou-se também o uso de materiais construtivos característicos da arquitectura popular, disponíveis no local. Nos edifícios n.º 1, 3, 4, 5 e 7 é evidente a utilização de pedra basáltica de cor cinzento-escuro nas paredes estruturais exteriores de alvenaria, muros e pavimentação de caminhos e de madeira nos vãos do imóvel n.º 1, 2, 4, 6 e 7. À excepção dos edifícios n.º 1 e 7 os restantes possuem caiação em tom branco e ocre amarelo.



Imagem 136 - Aplicação da pedra basáltica cor cinzento-escuro nas paredes de suporte e pavimento da Vereda da Capela



Imagem 137 - Pormenores dos edifícios n.º 1, 7 e 4

Na área de estudo existem apenas dois arruamentos, a Rua da Serra de Água com um perfil de XX m e a Vereda da Capela com menos de 3 m de largura, ambos exclusivamente de trânsito automóvel e sem passeios. O pavimento da Rua da Serra de Água em betuminoso encontra-se em bom estado de conservação porém a Vereda da Capela para além não ter saída, encontra-se intransitável devido a um desabamento de terras.



Imagem 138 - Estrada da Serra de Água, sentido Calheta



Imagem 139 - Vereda da Capela



Imagem 140 - Planta do espaço negativo (sem escala)

Na seguinte tabela síntese estão representados os índices e parâmetros urbanísticos gerais da área de estudo nomeadamente a superfície bruta da área de estudo, a área de implantação, a área de construção, o índice de construção, a percentagem de ocupação do solo, o número de fogos, entre outros valores. Confirma-se a baixa densidade pois a percentagem de ocupação do solo inferior a 1%, um índice de construção que não ultrapassa 0,013 e uma densidade populacional inferior a 4 habitantes por ha. Pese embora os espaços de produção de bananas (equivalente a xxha), não existem espaços verdes de utilização colectiva associados ao lazer e ao encontro.

Tabela geral dos índices e parâmetros urbanísticos da área de intervenção		
Superfície bruta	[Sb]	52 710,8 m ²
Superfície de equipamentos de utilização colectiva	[Seq]	0 m ²
Superfície de espaços verdes de utilização colectiva	[Sesp.verdes]	0 m ²
Superfície de arruamentos	[S arr]	3 358,9 m ²
S passeios	[S passeios]	0 m ²
S Estacionamentos	[S estacionam.]	0 m ²
S Arruamentos	[S faixa de rod.]	3 358,9 m ²
Área de implantação de habitação (Habitação unifamiliar)	[ΣA0 hab.]	393 m ²
Área total de implantação	[ΣA0]	393 m ²
Área total de construção	[ΣAC]	692,8 m ²
Índice de ocupação do solo		0,007
Índice de construção	[Iu]	0,013
Nº Fogos (Habitação unifamiliar)	Fhab. unif.	7 ¹⁵⁰
População (prevista)	Pop.	18 hab
Densidade Populacional	[D]	3,41 hab/ha
Densidade Habitacional	[Dhab]	1,33 f/ha
Capitação de equipamentos	[Ceq]	0
Capitação de espaços verdes	[Cesp. Verdes]	0
Nº médio de pisos	[Pm]	1,71

Tabela 3 - Tabela geral dos índices e parâmetros urbanísticos da área de intervenção

¹⁵⁰ Apenas 3 das 7 habitações unifamiliares encontram-se habitadas ao momento da elaboração da dissertação.

Em síntese, a área de estudo é uma zona rural com um baixo índice de construção e uma fraca ocupação do solo. Os equipamentos de uso colectivo e os espaços verdes são inexistentes. Nos arruamentos não existem passeios nem estacionamento automóvel. Ora todas estas lacunas deverão encontrar soluções na proposta de intervenção urbanística.

6.2.2– Conformidade com os instrumentos de gestão territorial

O Projecto Urbanístico de Turismo Rural das Casas da Fajã de Baixo deverá cumprir o preconizado quer na Revisão do Plano Director Municipal da Calheta (RPDMC) quer no Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira (POT) tanto nas vertentes espaciais, funcionais, quantitativas e tipológicas. Estes são os dois instrumentos de gestão territorial em vigor na área de estudo.

A – Plano Director Municipal da Calheta

A área de intervenção está abrangida pela Revisão do Plano Director Municipal da Calheta (RPDMC) aprovada a 16 de Janeiro de 2013 que é o resultado da primeira revisão do Plano Director Municipal (PDM) e pelo Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira (POT) aprovado a 29 de Agosto de 2002 e revisto a 16 de Abril de 2007.

De acordo com a RPDMC, a área de intervenção está abrangida, na totalidade, pela classificação de Espaço Rural, na categoria de Área de Edificação Dispersa¹⁵¹ (ver imagem seguinte).

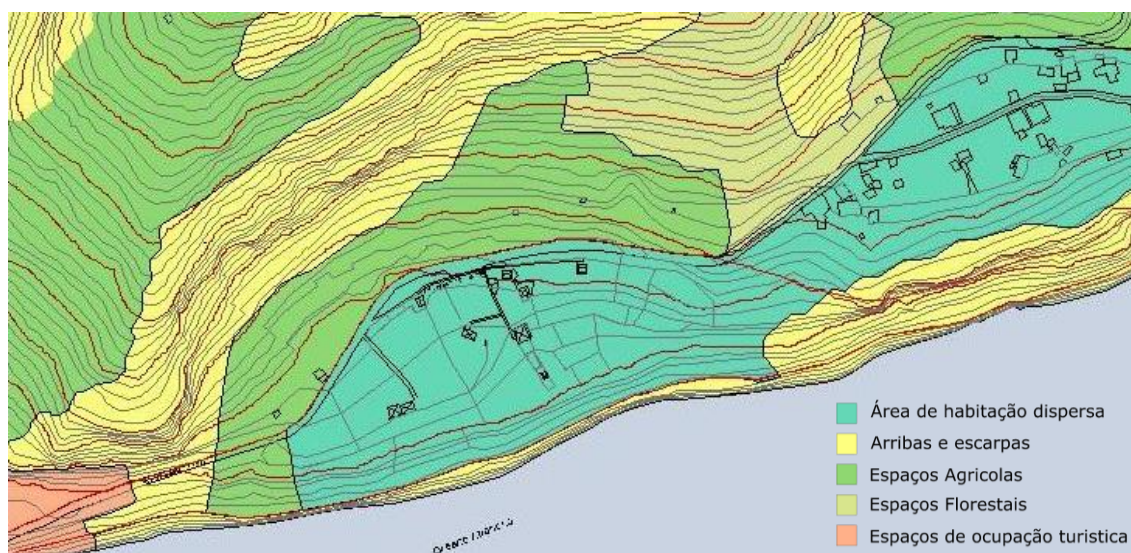


Imagem 141 - Planta de Ordenamento do PDM da Calheta, 2013

O regime de uso e ocupação do solo¹⁵², nesta categoria as seguintes operações urbanísticas: destaque de parcela, obras de conservação, reconstrução, alteração e ampliação de edifícios existentes, novas construções para habitação e construções destinadas

¹⁵¹ De acordo com o RPDMC, Artigo 62º, “As Áreas de Edificação Dispersa correspondem a áreas de uso misto, carecendo de um ordenamento na óptica da sustentabilidade e que garanta a sua contenção.”

¹⁵² Decretado pelo Artigo 63 do RPMC

a outros usos compatíveis¹⁵³ com este. Entre eles encontram-se a edificação de empreendimentos turísticos desde que respeitem as tipologias definidas no Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira (POT) e os seguintes parâmetros:

- Índice de utilização do solo máximo = 1 ;
- Índice de impermeabilização do solo máximo = 50% ¹⁵⁴.

São permitidas operações de loteamento¹⁵⁵ em conformidade do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE) Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro republicado pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março e a Lei n.º 28/2010, de 2 de Setembro. Ora o RJUE permite excepcionalmente a divisão de terrenos em lotes fora do perímetro urbano se destinados ao uso turístico e em conformidade com os instrumentos de gestão territorial em vigo no local¹⁵⁶. Por outro lado, as construções em áreas definidas como Edificação Dispersa¹⁵⁷ e de usos compatíveis devem respeitar os seguintes parâmetros de edificabilidade:

- para prédios de área inferior a 1000m²:
 - Índice de utilização do solo máximo: 0,5;
 - Área total de construção: 300 m²;
 - Altura total da edificação, valor máximo: 10m;
 - Altura da edificação, valor máximo: 8,5m;
 - Altura máxima da fachada, valor máximo: 7m;
 - Índice de impermeabilização do solo máximo: 50%;
 - Afastamentos laterais e tardoos mínimos: 3m.
- para prédios de área superior a 1000m²:
 - Índice de Utilização do solo máximo: 0,7;
 - Área total de construção: 400 m²;
 - Altura total da edificação, valor máximo: 10m;
 - Altura da edificação, valor máximo: 8,5m;
 - Altura máxima da fachada, valor máximo: 7m;
 - Índice de impermeabilização do solo máximo: 50%;
 - Afastamentos laterais e tardoos mínimos: 3m.

O recuo da construção «ao eixo da estrutura de acesso em caminhos ou estradas municipais será, sempre que seja possível, de 6 m ao eixo do acesso, dos quais 3 m se destinam a faixa de rodagem»¹⁵⁸. Quando as construções se destinam ao «comércio local, instalações de actividades artesanais ou de espaços de valorização dos produtos locais, o Índice máximo de impermeabilização do solo é de 60%, podendo ser majorado em 10%, se necessário ao cumprimento do disposto no Anexo II ao presente Regulamento.»¹⁵⁹

Os projectos urbanísticos de turismo rural devem acatar às características tradicionais

¹⁵³ Artigo 63 do RPMC

¹⁵⁴ Artigo 67º alínea 11 do RPDMC

¹⁵⁵ De acordo com o disposto no Artigo 47º alínea 11,

¹⁵⁶ Artigo 38º alínea 1 e 2 e Artigo 41º do RJUE

¹⁵⁷ Artigo 64º alínea 3 do RPDMC

¹⁵⁸ Artigo 64º alínea 4 do RPDMC

¹⁵⁹ Artigo 64º alínea 5 do RPDMC

locais, em termos arquitectónicos e dos materiais de construção; promover e garantir o equilíbrio da paisagem quer pela volumetria, localização e infra-estruturas; garantir o não agravamento das condições de estacionamento e trânsito; e promover a aplicação de sistemas de energias renováveis bem como princípios de sustentabilidade na construção nos materiais.¹⁶⁰

Ainda que na planta de condicionantes do RPDMC se identifiquem as servidões administrativas da rede de abastecimento de água e da rede de drenagem de águas residuais estas condicionantes aos usos do solo não se inserem na área de estudo, estando localizadas ao longo da rua da Serra de Água, que liga a Calheta à Fajã de Baixo.

B – Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira

A área de intervenção do projecto urbanístico é igualmente abrangida pelo Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira (POT)¹⁶¹. O POT é composto por três partes, as Normas de Execução (Anexo I) e pelo Relatório (Anexo II) e as peças gráficas (Anexo III). O regulamento fixa um limite de 35 000 camas no sector do turismo para todo o arquipélago, sendo 4000 destinadas aos municípios da Calheta, Ponta de Sol, Ribeira Brava e Câmara de Lobos¹⁶². Ora a estes municípios oferecem um total de 1696 camas¹⁶³ pelo que são pertinentes novos empreendimentos turísticos de modo a atingir esta meta. Assim o POT permite os seguintes estabelecimentos turísticos: pousadas, estalagens, unidades de turismo em espaço rural, quintas Madeirenses e moradias turísticas, com um limite máximo de 80 camas por estabelecimento¹⁶⁴. Quanto aos aspectos paisagísticos e arquitectónicos devem observar-se nos empreendimentos localizados espaços agro-florestais (classificação que o POT atribui à área de estudo por oposição aos espaços urbanos e aos espaços naturais protegidos), os seguintes requisitos:

- A altura das construções não pode contrastar com a da zona em que se insere, não devem ultrapassar os dois a três pisos (no alçado maior) e os 3m de altura por piso;
- Deve-se tomar em consideração as características arquitectónicas, tipologias e a volumetria das construções existentes e evitar a construção de grandes superfícies contínuas edificadas;
- Devem-se utilizar variados materiais construtivos e arbóreos com o intuito de minimizar o impacto visual da construção;
- Os muros de suporte devem ser construídos em pedra regional (basalto de cor cinza);
- Quando possível os empreendimentos devem integrar as construções anteriores em especial estruturas de exploração agrícola, jardins, elementos arbóreos significativos,

¹⁶⁰ Artigo 48º alínea a) a f) do RPDMC

¹⁶¹ Aprovado pelo Decreto Legislativo Regional no 17/2002/M, de 29 de Agosto

¹⁶² Artigo 1º das Normas de Execução do POT (Anexo I)

¹⁶³ Direcção Geral de Turismo da Madeira (2006) disponível em:

<http://www.visitmadeira.pt/pls/madeira/docs/F14581/071107-Est-Turismo2006.pdf>, consultado a 17/06/2013

¹⁶⁴ Artigo 9º das Normas de Execução do POT (Anexo I)

muros e portões de quintas.¹⁶⁵

O POT regulamenta a existência de um lugar de estacionamento de veículo ligeiro por cada cinco camas e um lugar de estacionamento de autocarro por cada 80 camas em todos os estabelecimentos turísticos situados nestes espaços¹⁶⁶.

6.2.3 – Problemas e potencialidades

Com base na caracterização da situação pré-existente e na conformidade com os instrumentos de gestão territorial é possível inventariar na área de estudo alguns problemas que devem ser minorados no âmbito do projecto urbanístico, bem como as principais potencialidades a desenvolver nas medidas projectuais propostas.

Elemento		Pontos Fortes	Pontos Fracos	Solução
Localização		<ul style="list-style-type: none"> • Zona rural periférica de proximidade ao núcleo histórico da cidade da Calheta • Grande potencialidade agrícola 	<ul style="list-style-type: none"> • Fortemente marcada pelo abandono e degradação dos edifícios 	<ul style="list-style-type: none"> • Aproveitar a grande proximidade ao núcleo urbano fortalecendo a ligação entre rural e urbano pela criação de espaços de lazer, de uma ciclovia e de uma promenade • Fazer uso do carácter agrícola dos terrenos na concretização do empreendimento turístico
População		<ul style="list-style-type: none"> • Moradias unifamiliares 	<ul style="list-style-type: none"> • Baixa densidade habitacional e populacional 	<ul style="list-style-type: none"> • Atrair população visitante com a criação de infra-estruturas e equipamentos de lazer complementares à prática turística • Promover a habitação em coexistência com o turismo
Mobilidade/ acessibilidade	Pedonal		<ul style="list-style-type: none"> • Na Rua da Serra de Água Calheta não existem passeios ou percursos pedonais, só existe acesso automóvel • Os acessos pedonais existentes (Vereda da Capela) está em muito mau estado de conservação • Inexistência de mobiliário urbano 	<ul style="list-style-type: none"> • Criar percursos pedonais protegidos do trânsito automóvel que liguem a área de intervenção à cidade • Criar alternativas à trânsito automóvel nomeadamente uma ciclovia e uma promenade com acesso à Calheta • Criar mobiliário urbano

¹⁶⁵ Artigo 13º alínea 1 das Normas de Execução do POT (Anexo I)

¹⁶⁶ Artigo 15º alínea c) e d) do POT

	Automóvel	<ul style="list-style-type: none"> • Vias de circulação de acesso local, com trânsito reduzido sem congestionamentos e em bom estado de conservação do pavimento 	<ul style="list-style-type: none"> • Apenas um dos edifícios possui acesso automóvel. • Falta de estacionamento automóvel e ciclomotor 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de estacionamento para automóveis e ciclomotores
Edifícios	Habitação	<ul style="list-style-type: none"> • Existência de habitações unifamiliares ligadas à exploração agrícola • Baixa densidade habitacional 	<ul style="list-style-type: none"> • Alguns dos edifícios existentes estão abandonados e degradados • Existência de elementos dissonantes (anexos abarracados e muro divisória do edifício nº 5) 	<ul style="list-style-type: none"> • Reabilitação do edificado degradado • Promover a coexistência de actividades (habitação, turismo e agricultura) • Manter a baixa densidade habitacional <p>Mitigar os efeitos negativos dos elementos dissonantes ao nível da imagem</p>
	Espaços de utilização colectiva		<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de equipamentos, infra-estruturas e espaços verdes e de lazer que atraia visitantes 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de espaços de utilização colectiva de relação com a frente mar e ligação com o centro urbano - promenade e ciclovias • Criação de espaços verdes e de lazer que complementem a actividade turística e atraiam a população urbana • Criação de equipamentos (Piscina, parque infantil, entre outros)
Paisagem/ Natureza		<ul style="list-style-type: none"> • Apetência para a prática do turismo rural (terrenos de cultivo de banana) e de natureza (frente mar) • Proximidade ao centro histórico da Calheta, Engenho de aguardente, Centro de Artes Casa das Mudanças, marina e praia • Paisagem natural apelativa orientada para a vertente sul e para o mar • Existência de elementos marcantes (falésia, 	<ul style="list-style-type: none"> • Inexistência de equipamentos, infra-estruturas e espaços de lazer que complementem a actividade turística • Existência de edifícios em ruína 	<ul style="list-style-type: none"> • Criação de um estabelecimento turístico à base de casas de campo que dinamize a área de intervenção, apresentado assim uma solução para a problemática que temos vindo a desenvolver • Remover os elementos dissonantes • Recuperar Edifícios em ruína • Preservar os elementos marcantes

	terrenos de cultivo, levadas, poço de rega, pedra basáltica, entre outros)		
--	--	--	--

Tabela 4 - Tabela dos Pontos Fortes e Fracos

Na localização da área de estudo destaca-se como uma potencialidade, a localização privilegiada, com atributos naturais e paisagísticos característicos da ruralidade. Um factor importante é a proximidade ao centro histórico e alguns pontos de interesse da cidade da Calheta, é propenso à expansão da malha urbana. Porém a decadência e do abandono rural está bem presente na zona da Fajã de Baixo, existe um número significativo de edifícios devolutos, terrenos de cultivo abandonados entre outros elementos e infra-estruturas degradadas.

No que toca à mobilidade destaca-se negativamente a falta de acessos pedonais que liguem à área de estudo à cidade da Calheta, o acesso é exclusivamente viário através da Rua da Serra de Água. Apenas o edifício nº 2 possui entrada para automóvel, todos os outros têm acesso pedonal através da Vereda da Capela. Os acessos pedonais existentes estão em mau estado, destaca-se o desabamento de um dos muros de contenção de terras próximo ao edifício nº1, por outro lado os acessos viários têm o pavimento em bom estado de conservação e trânsito reduzido. Não existem estacionamento para automóveis ou motociclos, os residentes estacionam no desvio da paragem. O desenvolvimento do projecto urbanístico deverá prever a resolução destas problemáticas pela reformulação do acesso às habitações, criação de percursos pedonais e criação de estacionamento.

A área de estudo possui exclusivamente habitações unifamiliares concretizadas com uma baixa densidade populacional, porém apenas três das sete casas unifamiliares encontram-se à data habitadas, os restantes edifícios estão devolutos e, 42,9% em mau estado de preservação. Dos edifícios habitados, apenas um deles se encontra vincadamente ligado à produção agrícola (o edifício nº II). No desenvolvimento do projecto, uma premissa a manter será a baixa densidade populacional de modo a preservar as características rurais do local e a não criar sobrelotação bem como procurar o vínculo das habitações à agricultura. Ora, o número de residentes deverá ser limitado e ocupar apenas algumas das habitações, alguns dos edifícios devolutos serão recuperados como parte do complexo turístico.

Destaca-se a carência de qualquer tipo de equipamentos, infra-estruturas, mobiliário urbano ou espaços verdes ou de lazer que sirvam a população residente. A destes são uma premissa a desenvolver no projecto urbanístico para a atractividade e revitalização do lugar.

A natureza é o maior atributo deste lugar, existem terrenos de cultivo de bananeiras. As culturas desenvolvem-se em “poios” (ou socalcos) resultantes da topografia e para que se possa cultivar. A vegetação bravia toma conta dos terrenos abandonados marcando a paisagem. As levadas são outra característica presente, existem canais de rega organizados

em rede que ladeiam a estrada e que abastecem os terrenos agrícolas. Um dos elementos naturais que mais marcam a paisagem são a pedra vulcânica basáltica de cor cinzento-escura marca a paisagem. É usada nos muros de suporte, no antigo pavimento da Vereda da Capela e na construção das habitações mais antigas. Por entre este misto de terrenos agrícolas cultivados e abandonados surgem sete edifícios habitacionais dispersos pela paisagem, brotam na paisagem sem aparentes regras ou orientações pré-estabelecidas, não tentam formar aglomerados ou relações de proximidade entre si.

A área de intervenção caracteriza-se pelo forte despovoamento, abandono e degradação mas também pelas suas características naturais e paisagísticas e pelo seu potencial turístico, habitacional e de lazer. É sobre estes potenciais e problemáticas que ir-se-á trabalhar e desenvolver um programa dinâmico e multifuncional que adapte esta zona marcada pela decadência às necessidades e vivências da população contemporânea - reabilitando-a e tornando-a um pólo atractivo. Assim, o projecto urbanístico deverá procurar atrair um número limitado de residentes para ocupar algumas das habitações devolutas, turistas para hospedagem nas casas de campo e visitantes para usufruir da promenade, dos espaços verdes e dos outros equipamentos de utilização colectiva introduzindo assim novas dinâmicas e diversidade funcional concretizando a revitalização da área de estudo. A diversidade funcional facilita a entrada das várias das dinâmicas - habitacional, turística, lúdica e agrícola - é um ponto forte na revitalização de áreas deprimidas. Outra premissa será manter as características paisagísticas e naturais do sítio da Fajã de Baixo através da preservação dos elementos naturais, recuperação e requalificação dos edifícios degradados e pela mitigação e possível extinção dos elementos dissonantes. Os terrenos agrícolas são também um ponto a preservar e explorar.

A reabilitação do local pela criação de um estabelecimento de turismo rural à base de casas de campo, repovoamento dos edifícios devolutos e pela introdução de equipamentos de utilização colectiva, ou seja, apostando na diversidade funcional do lugar, apresenta uma solução viável para a melhoria da atractividade do lugar tanto para habitantes como para turistas ou visitantes. Estes são alguns dos pontos a desenvolver no projecto urbanístico do seguinte capítulo.

Programa/premissas a desenvolver:

1- Complexo turístico

Casas de Campo
Recepção
Bar/ Restaurante
Piscina, WC e balneários

2- Habitação

Manutenção e reabilitação dos edifícios de habitação unifamiliar

3- Agricultura

Manter os terrenos cultivados
Cultivar os terrenos não ocupados

4 - Espaços de utilização colectiva

Promenade
Espaços verdes de lazer
Ciclovía

Capítulo 7 - Memória descritiva e justificativa

Em seguimento de todo o trabalho teórico-prático anterior desenvolve-se neste capítulo o projecto urbanístico de turismo rural das Casas da Fajã de Baixo, Calheta. Explicitam-se as medidas e as operações projectuais ao nível do desenho urbano a aplicar na área de intervenção, desenvolve-se o complexo turístico rural, reabilitam-se alguns dos edifícios existentes para habitação, criam-se espaços de utilização colectiva e no âmbito da agricultura mantêm-se alguns dos terrenos de cultivo e criam-se outros. Com esta proposta pretende-se resolver as problemáticas abordadas anteriormente. No seguimento do projecto urbanístico desenvolve-se também o projecto de arquitectura dos alojamentos turísticos.

7.1 - Descrição geral da proposta urbanística

Este projecto tem como principal objectivo desenvolver o complexo turístico das Casas de Campo da Fajã de Baixo.

A idealização deste turismo rural procura desenvolver uma aproximação à vida no campo, assim quer-se afastado o mais possível das vivências que caracterizam cidade e aproximado da serenidade e bonança associadas à ruralidade. Em todas as partes deste complexo turístico pretende-se que o utilizador que respire tranquilidade, experiencie o contacto com a natureza, aprecie a paisagem e a imensidão do mar, numa experiência singular e intrínseca.

É ainda importante referir que a idealização deste projecto urbanístico procura-se a adaptação, com sensibilidade, ao sítio e ao contexto rural. No planeamento procura-se a continuidade desde a elaboração dos objectivos, do programa à implantação dos edifícios, infra-estruturas e equipamentos. Todas as decisões de planeamento formalizam a investigação e decisões anteriores. Na metodologia de concepção está igualmente presente a reflexão sobre o passado e a origem da arquitectura popular madeirense. Por outro lado, esse sentido historiado é adaptado e adequado à actualidade das vivências contemporâneas.

Propõe-se um empreendimento de turismo rural composto por um espaço colectivo que integra uma recepção, bar/restaurante (edifício nº 3), piscina, parque infantil e um edifício de apoio (edifício nº 1) onde se localizam as casas de banho e balneários da zona recreativa da piscina; localiza-se à entrada (ver planta) e junto à paragem de autocarro de modo a facilitar a chegada dos turistas. Esta zona tem uma superfície total de 2 565,8m².

Criam-se seis unidades de alojamento turístico dispostas transversalmente à linha de costa inspiradas na arquitectura popular madeirense (a desenvolver ponto 7.2). Implantam-se de forma independente ao longo do único arruamento que atravessa o complexo e assumem as características de uma habitação unifamiliar integrando duas tipologias (T0 e T2). O T0 possui um quarto duplo com casa de banho privativa e uma sala de estar e cozinha. No T2 faz-se o aproveitamento do sótão para criar o segundo quarto em *mezzanine* sobre a sala-

cozinha. Ambas possuem uma latada e um miradouro em *deck* de madeira que se abre sobre o amplo horizonte oceânico favorecido pela topografia. O facto da orientação da implantação dos edifícios variar e de estes estarem ladeados pelos jardins e dos terrenos de cultivo reforçam a privacidade e favorecem a contemplação da paisagem bela e apaziguadora. Recria-se deste modo uma cenografia doméstica nos alojamentos de turismo, mantendo o aconchego das dimensões das antigas casas agrícolas. No exterior usa-se e abusa-se da pedra basáltica e o interior encontra-se repleto de madeiras quentes e apaziguadoras.



Imagem 142 - Planta síntese Projecto Turístico das Casas de Campo da Fajã de Baixo (sem escala)

De modo a promover a coexistência de actividades recuperam-se os edifícios existentes à excepção dos dois anexos dissonantes que se demoliram. Os edifícios n.º 2, 4, 5, 6 e 7 destinam-se a habitações unifamiliares cuja área de construção varia entre os 62,8 m² do edifício n.º 6 os 250m² do edifício n.º 2 (ver tabela seguinte). Todos eles são compostos por dois pisos à excepção do edifício n.º 6. Redefinem-se os limites de cada prédio e criam-se muros de limite em alvenaria de pedra basáltica cinzenta escura à imagem dos muros de suporte existentes no local. A superfície dos lotes varia entre 416,5m² do edifício n.º 4 e os quase 5.500 m² do n.º 2 (ver tabela seguinte). Pretendeu-se pois garantir a baixa densidade sempre que possível generosas superfícies de logradouro podendo sendo utilizadas para o cultivo de diversos produtos agrícolas.

Edifício	A _o [m ²]	A _j [m ²]	Nº de Pisos	Nº de Fogos	Actividade	Anexos (Sim/Não)
1	31,6	63,3	2	-	Tur.	Não
2	125	250	2	1	Hab.	Não
3	51,6	51,6	1	-	Tur.	Não
4	34,9	69,9	2	1	Hab.	Não
5	88	170	2	1	Hab.	Sim
6	62,8	62,8	1	1	Hab.	Não
7	87,8	113,9	2	1	Hab.	Não
8	47	47	1	-	Tur.	Não
9	48	48	1	-	Tur.	Não
10	47	47	1	-	Tur.	Não
11	48	48	1	-	Tur.	Não
12	47	47	1	-	Tur.	Não
13	48	48	1	-	Tur.	Não
Total	678	977,8	1,38 (média)	5	---	---

Tabela 5 - Edifícios Propostos

Prédio	Superfície bruta (S _b)	Área de implantação (A _o)	Área de construção (A _j)	Área de logradouro
Edifício nº 2	5 484,2 m ²	125 m ²	250 m ²	5 359,2 m ²
Edifício nº 4	416,5 m ²	34,9 m ²	69,9 m ²	381,6 m ²
Edifício nº 5	402,3 m ²	88 m ²	170 m ²	314,3 m ²
Edifício nº 6	783,7 m ²	62,8 m ²	62,8 m ²	720,9 m ²
Edifício nº 7	1 219 m ²	87,8 m ²	113,9 m ²	1 131,2 m ²
Turismo	11 110,1 m ²	368,3 m ²	399,9 m ²	10 741,8 m ²

Tabela 6 - Lotes por edifício

De modo a favorecer quer a circulação pedonal quer o acesso dos turistas aos alojamentos e sem esquecer a privacidade que se pretende neste complexo, optou-se por traçar uma única via (Nova Vereda da Capela) que atravessa o empreendimento longitudinalmente acompanhando as curvas de nível aproximadamente entre as cotas 10 e 15m. Tem um perfil de 14,2m distribuído por uma faixa de rodagem de um sentido poente-nascente (escolhida pelo acesso a partir da Calheta e pela topografia) com 3,5m, amplos passeios de ambos os lados com 2,25m e faixas para estacionamento público também de ambos os lados nos troços confinantes com o empreendimento turismo. Por questões de privacidade optou-se pela inexistência de estacionamentos públicos nos troços da via

confiantes com os lotes de habitação. Inserem-se também as árvores ao longo do arruamento como elementos de composição urbana. No trecho da Rua da Serra de Água compreendido entre a entrada do empreendimento turístico e o acesso à Calheta criou-se um passeio que serve também o parque de estacionamento da promenade. Dentro do complexo turístico criam-se três acessos pedonais transversais que o ligam (e os alojamentos) à promenade apresentando uma alternativa de acesso à Rua da Serra de Água.

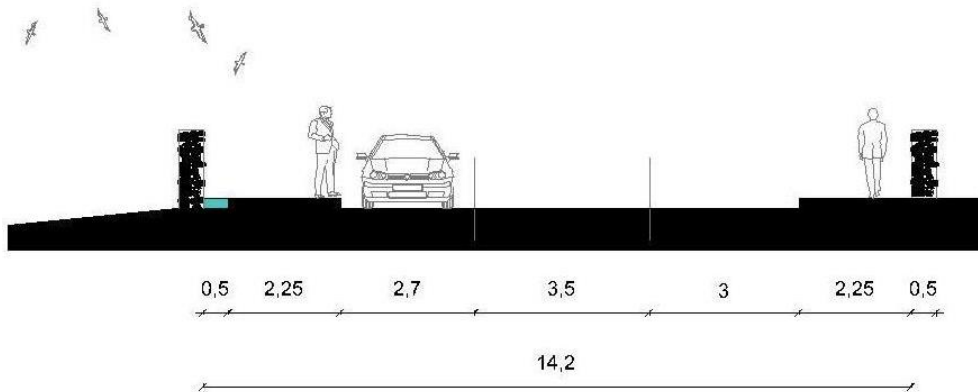


Imagem 143 - Perfil da Nova Vereda da Capela, trecho de estacionamento

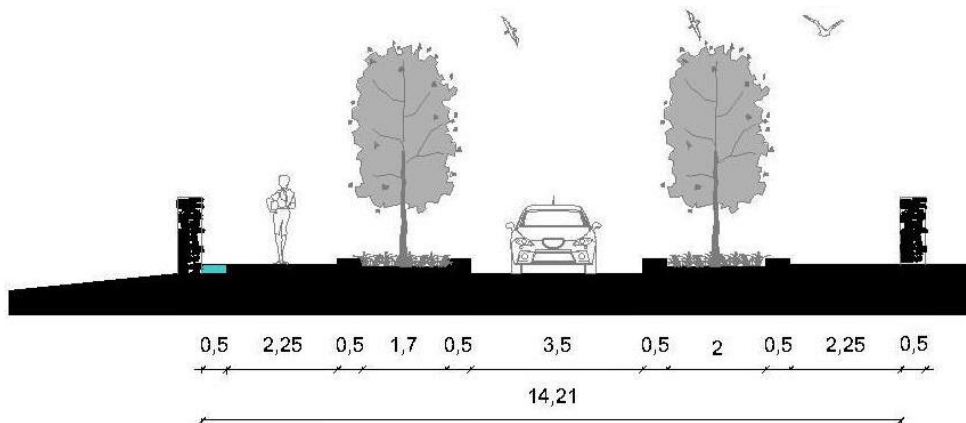


Imagem 144 Perfil da Nova Vereda da Capela, trecho com árvores

Propôs-se ainda uma rede de circuitos exclusivamente pedonais que de Norte para Sul, ligando a Rua da Serra de Água à promenade no enquadramento perpendicular à frente mar favorecendo a vista sobre o horizonte oceânico.

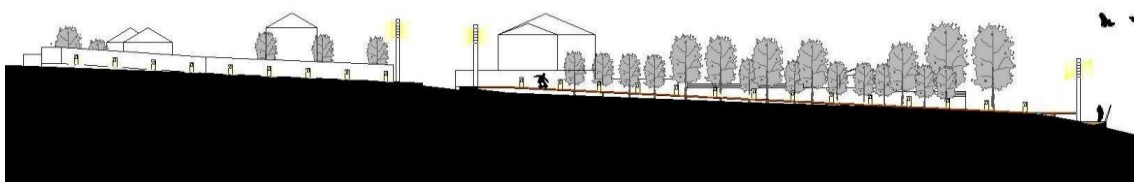


Imagem 145 -Corte transversal por um acesso pedonal (sem escala)

A promenade é o elemento simbólico que concretiza a ligação da área de estudo à Calheta pela forma de um percurso pedonal junto ao mar. Tem uma extensão de cerca de 720m e 3,5m de largura. Materializa-se através da criação de um percurso em plataforma flutuante sob a qual se permite o crescimento da vegetação natural reduzindo o impacto da intervenção. Percorre a encosta à cota de 9m acompanhando a paisagem e servindo de miradouro. Opta-se pela criação de uma forma orgânica que percorre o terreno de forma coerente em sinuosas e ligeiras ondulações (ver imagens seguintes). A promenade é servida por uma parque de estacionamento com capacidade para treze veículos automóveis e seis ciclomotores. Assim, cria-se ao mesmo tempo movimento e harmonia valorizando o envolvente e a paisagem natural.



Imagem 146 - Planta Promenade (sem escala)

A ciclovia de dois sentidos com cerca de 700m de comprimento e 2,4m de largura, concretiza-se sobre a forma de um trilho terra batida que ladeia a promenade na vertente Sul e acompanha o seu percurso, em quatro zonas estratégicas afastam-se os percursos criando quatro ilhas verdes que convidam à realização de actividades de lazer. Estes espaços de utilização colectiva possuem diversos equipamentos urbanos, zonas de merenda e de descanso que convidam ao lazer e à contemplação da paisagem. Em três partes do percurso pedonal integram-se bancos de madeira no lado Norte que proporcionam descanso e uma visão panorâmica sobre o horizonte oceânico. O percurso termina com um pequeno miradouro orientado a Este. Prevê-se a criação de outros dois acessos de ligação ao aglomerado da Fajã (situado a nordeste) porém por se localizar fora da área de intervenção e do âmbito do

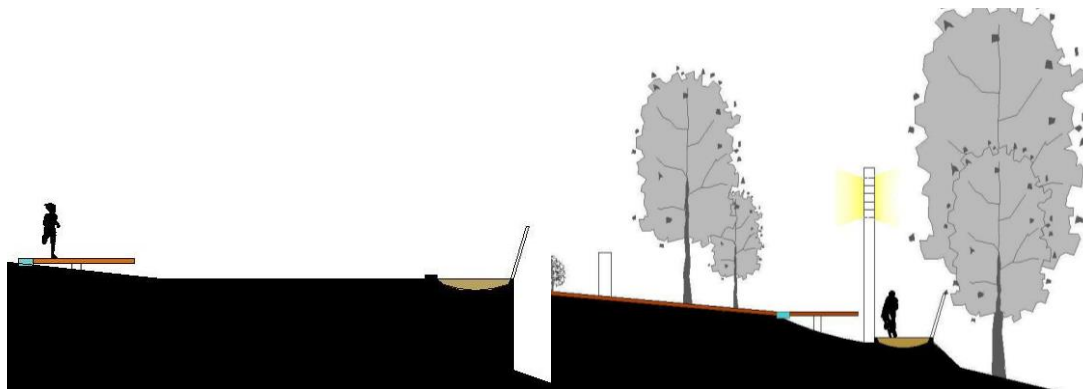


Imagem 148 - Perfil promenade-ilha-ciclovia

Imagem 147 - Perfil promenade-ciclovia

projecto urbanístico não foram desenvolvidos.

De modo a recriar um dos mais característicos elementos do espaço rural madeirense a agricultura e as levadas pretendem manter vivas as origens históricas e as particularidades da ilha. Assim, mantêm-se alguns dos campos de cultivo existentes e criam-se outros introduzindo a vinha na vertente Sul dos alojamentos turísticos. Estes terrenos são irrigados pelas levadas (existentes e projectadas). Seguindo o seu percurso desde o Paul da Serra (como referido no ponto 6.1) a água excedente da irrigação cria uma nova levada que acompanha e ladeia a promenade na vertente Norte (ver imagens anteriores). A correlação entre estes dois elementos apela aos sentidos criando uma experiência única muito apreciada pelos turistas e pela população local.

Na seguinte tabela podem-se comparar os índices e parâmetros urbanísticos da intervenção.

Superfície bruta	[Sb]	52710,8 m ²
Superfície de equipamentos de utilização colectiva	[Seq]	11784,36 m ²
Superfície de espaços verdes de utilização colectiva	[Sesp.verdes]	Total 10890,33 m ² Promenade 8092,92 m ² Turismo 2797,41 m ²
Superfície de arruamentos	[S arr]	7095,71 m ²
S passeios	[S passeios]	1963 m ²
S Estacionamentos	[S estacionam.]	737,65 m ²
S Arruamentos	[S faixa de rod.]	4394, 86 m ²
Área total de implantação	[ΣA0]	723 m ²
Percentagem de ocupação do solo	[Io]	0,019
Área total de construção	[ΣAC]	977,8 m ²
Área total de construção por actividade	Habitação Turismo	577,9 m ² 399,9 m ²
Nº Fogos (Habitação unifamiliar)	Fhab. unif.	5
Nº alojamentos turísticos		6
População (prevista)	Pop.	13 hab
Densidade Populacional	[D]	2,47 P/ha
Densidade Habitacional	[Dhab]	1,95 f/ha
Capitação de equipamentos	[Ceq]	906,5 m ² /hab
Capitação de espaços verdes	[Cesp. Verdes]	837,7 m ² /hab
Nº médio de pisos	[Pm]	1,38

Tabela 7 - Índices e parâmetros urbanísticos do projecto

Em suma, com este projecto urbanístico criou-se uma superfície de equipamentos de utilização colectiva de 11 784,36m² (parque infantil, piscina e espaços verdes) sendo 10 890,33 m² correspondentes a espaços verdes (ver tabela anterior).

Dividiu-se a área de intervenção em 5 prédios diferenciando as habitações do complexo turístico (ver tabela 5) e respeitando os 400m² de área de construção máxima por cada unidade predial com área igual ou superior a 1000m² (edifícios nº 2, 7 e o complexo turístico) e os 300 m² de área de construção máxima para unidades prediais de área inferior a 1000 m² (edifícios 4, 5 e 6). Cumprem-se também os limites de índice de utilização do solo e os índices de impermeabilização.

Os novos edifícios de alojamento turístico têm um afastamento mínimo tardoz e lateral da via e dos limites do terreno de 3m. No que toca à volumetria a altura máxima da fachada é de 2,7m e a altura máxima do edificado é de 5,7m, procuram-se as características tradicionais locais quer pela volumetria quer pela sua implantação no terreno.

Criaram-se 32 lugares de estacionamento automóvel e 6 de estacionamento para motociclos. O estabelecimento turístico tem uma capacidade máxima de 9 camas, cumprindo assim o preconizado no POT (conforme visto no ponto 6.2.2 B). Observando os princípios estabelecido neste instrumento de gestão, os muros de suporte e divisória são em pedra basáltica da região com vegetação arbórea diversa para minimizar o impacto dos edifícios e das infra-estruturas na paisagem.

7. 2 - Proposta de arquitectura da unidade de alojamento

Não se pretende apresentar um projecto de arquitectura pleno mas sim algumas premissas inerentes à imagem coerente e de continuidade da ruralidade própria deste sítio.

Na concepção da proposta de arquitectura dos alojamentos turísticos procurou-se a estreita relação entre espaço construído e paisagem. O desafio reside em transformar o lugar marginal da Fajã de Baixo marcado pelo abandono num espaço arquitectónico coeso e regenerador, não obstante no que toca à paisagem pretende-se que a arquitectura seja uma espécie de pano de fundo, i.e. que o impacto visual do edificado seja submetido para segundo plano, beneficiando e ajustando-se à paisagem.

Os alojamentos desenvolvem a concepção de casa-lar numa experiência de “luxo” do mundo rural. Satisfazem as necessidades básicas do turista e as suas aspirações através do contacto com a natureza e da contemplação da paisagem. No sistema de vistas são favorecidas as paisagens naturais (como seja o mar elemento focal) bem como a orientação solar (Sul).

A idealização dos alojamentos evoca a imagem da colectiva da ruralidade local. Pela sua forma, volumetria, materiais construtivos, organização e divisão espacial respeitam a tradição de forma moderna, ou seja, fazem uso do conhecimento, métodos, geometria, composição e materiais tradicionais operando e em diálogo com a modernidade. Na arquitectura não vale apenas copiar a tradição, deve-se acrescentar e criar continuidade. Assim, esta proposta é uma abordagem contemporânea à arquitectura popular.

A base tipológica popular eleita é a casa elementar de paredes de alvenaria com cobertura em telha. Procura-se inspiração nas suas características: a planta rectangular, o telhado de quatro águas, a cozinha integrada a um canto do volume, a divisão central dos compartimentos, o desvão até a cumeeira, o acesso exterior aos compartimentos, os tectos de alfarge, a latada, o terreiro e a pedra basáltica. Estes são os elementos em torno do qual se recriam a experiencia intrínseca da ruralidade.

Conforme observado no Capítulo 5, esta tipologia variava, geralmente, entre os 7 a 10m de comprimento e os 5m de largura, já a altura das paredes aproximava-se aos 2,2m de altura. Ora, os alojamentos turísticos reproduzem a mesma geometria rectangular possuindo cerca de 9m de comprimento por 5m de largura, a altura da fachada é de 3 metros e a altura máxima da edificação é de 5,7m. Contrariamente à traça popular, as coberturas são inclinadas e elevadas, com isto pretende-se acentuar a pequena dimensão da planta rectangular. A volumetria revestida a pedra natural basáltica, com pontuais apontamentos de madeira (ao nível dos tapa-sóis e caixilharias das janelas), reporta para a imagem colectiva da casa popular.

No exterior as paredes de alvenaria em pedra viva basáltica tradicionais são transformadas em paredes de betão revestidas no exterior integralmente a pedra natural local - basalto porosa cor cinzento-escura de diversas tonalidades. No interior existem pontuais aplicações de pedra basáltica mas predominam as madeiras de tom quente e apaziguador. Destaca-se a cobertura que é um decalque dos tectos de alfarge, estruturalmente os barrotes têm um espaçamento de cerca de 30cm e as vigotas de 60cm. A telha é substituída pelos mosaicos de pedra basáltica que assentam sobre painéis *sandwich* e reveste todo o exterior.

Os seis alojamentos independentes, compostos por tipologias, T0 e T2, organizam-se funcionalmente inspirados na tradição popular. Uma das premissas é o não desperdício de espaço e de recursos. Na perspectiva do utilizador os espaços são práticos, eficientes e cómodos. Transmitem a sensação de aconchego pela sua dimensão e pela aplicação de materiais quentes - madeiras.

Tal como nas casas elementares existem apenas dois compartimentos com acesso pelo exterior, subtrai-se a parede divisória e cria-se uma ligação interior. A separação de espaço de dormir e zona de convívio é feita pela introdução do volume central da casa de banho.

Na fachada principal transmite-se a inspiração da simetria austera, recortam-se duas portas-janela com tapa-sóis em madeira que quebram a monotonia da pedra cinzenta. Na frente Sul desenvolve-se uma latada - uma estrutura de madeira que suporta uma planta trepadeira (maracujazeiros ou vinha) proporcionando sombra à fachada e ao terreiro. Na fachada tardoz abrem-se três vãos envidraçados à altura de 1,20 que proporcionam ao quarto, casa de banho e cozinha iluminação natural e arejamento, o aro, a caixilharia e os tapa-sóis são em madeira. A fachada Este possui um vão envidraçado fixo com moldura e caixilharia em madeira.

Alojamento T0 - Desenhos técnicos (sem escala)

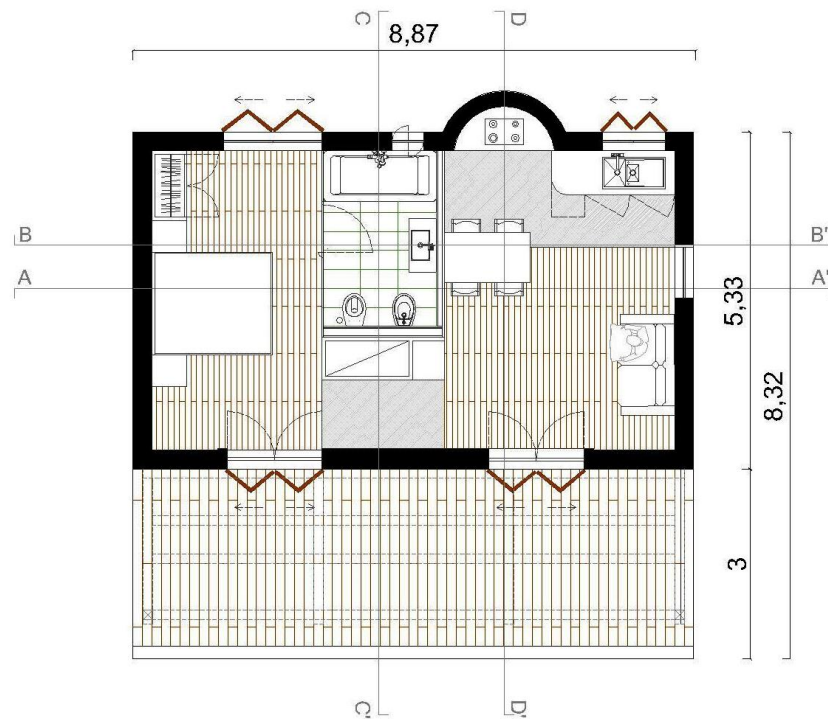


Imagem 151 - Planta tipologia T0



Imagem 149 - Corte A-A'



Imagem 150- Corte B-B'

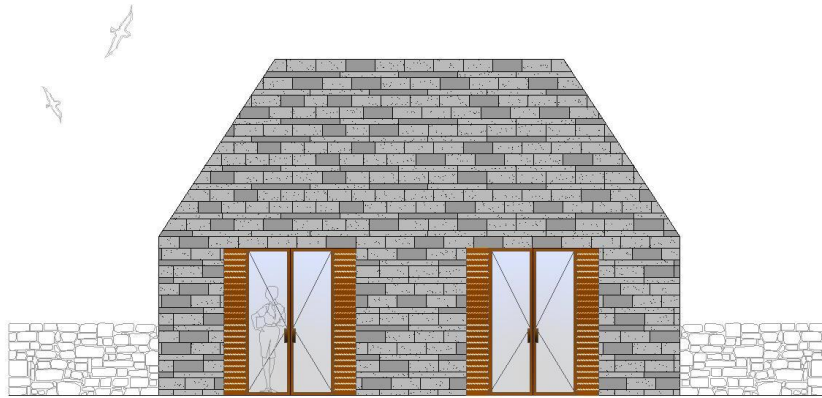


Imagem 155 - Alçado Sul T0



Imagem 154 - Alçado Norte (T0)

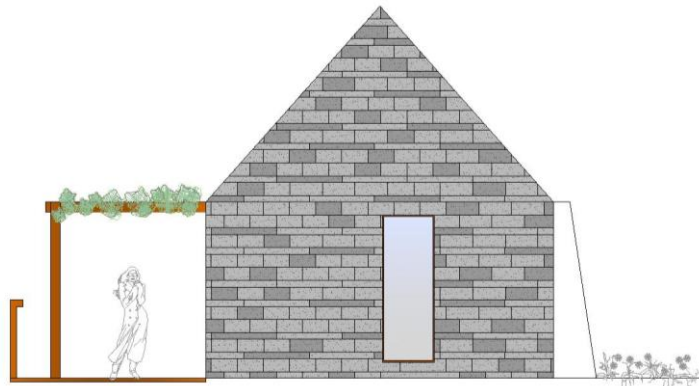


Imagem 153 - Alçado Este (T0)

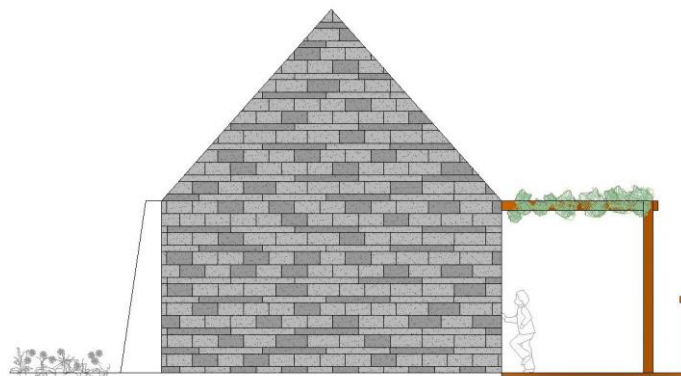


Imagem 152 - Alçado Oeste (T0)

Alojamento T2- Desenhos técnicos (sem escala)

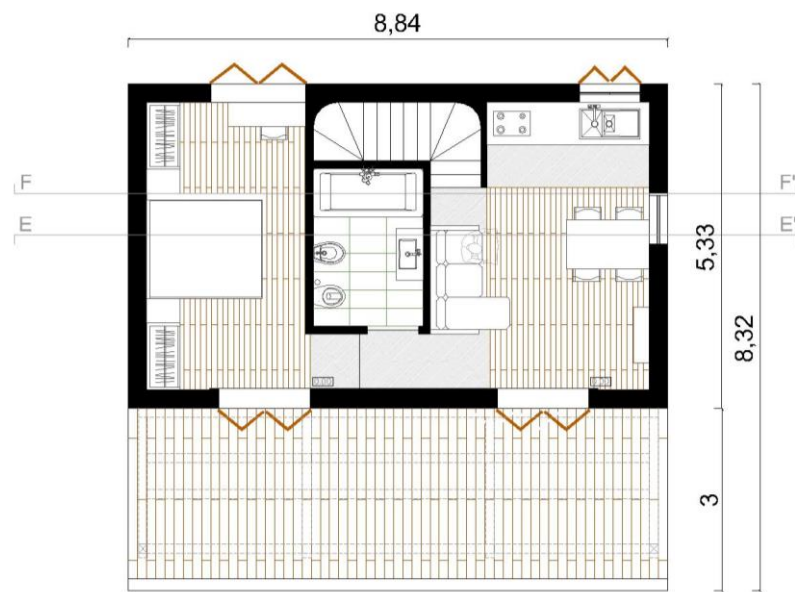


Imagem 158 - Planta R/c tipologia T2

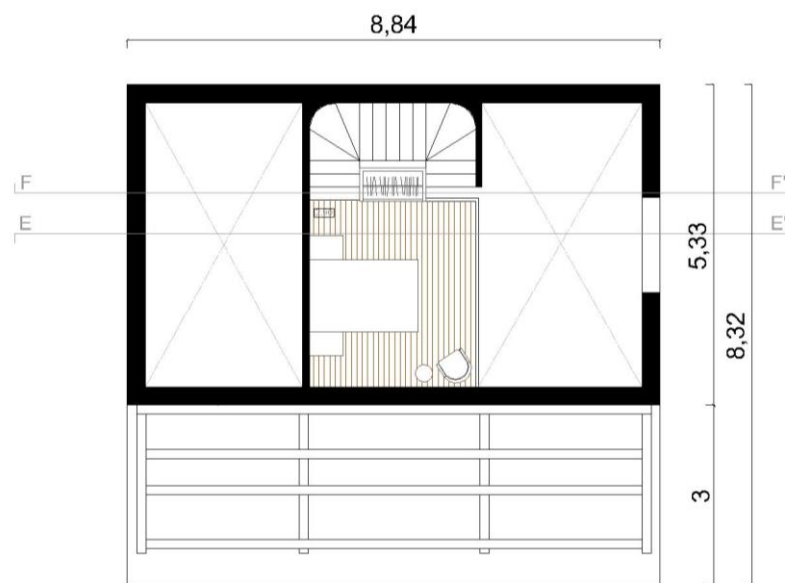


Imagem 157 - Planta 1º Piso tipologia T2



Imagem 156 - Corte E-E'

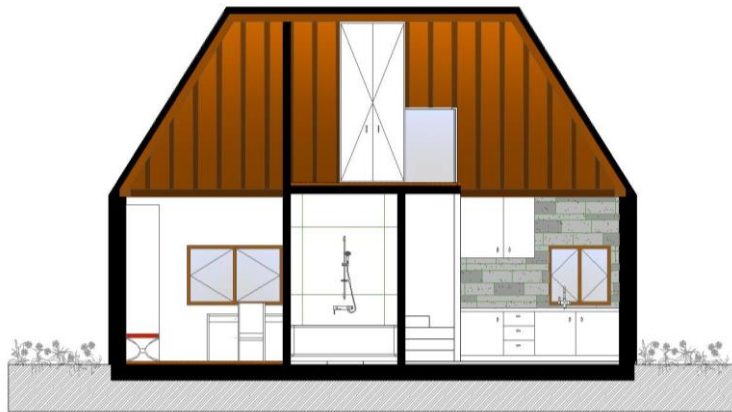


Imagem 160 - Corte F-F'

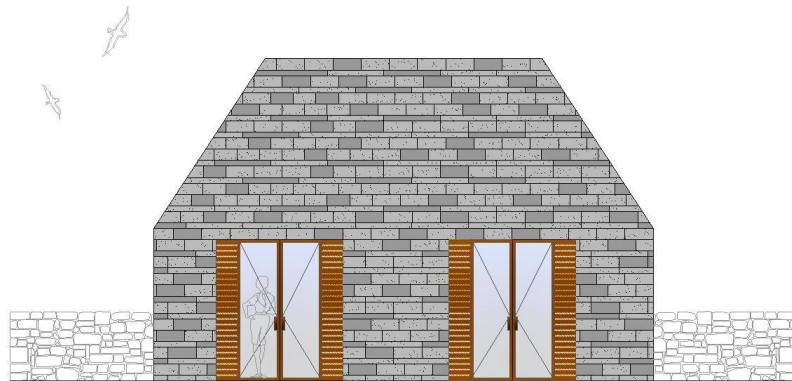


Imagem 161 - Alçado Sul (T2)

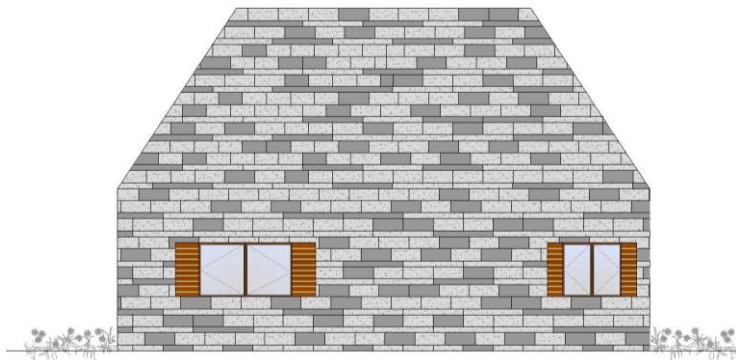


Imagem 159- Alçado Norte (T2)

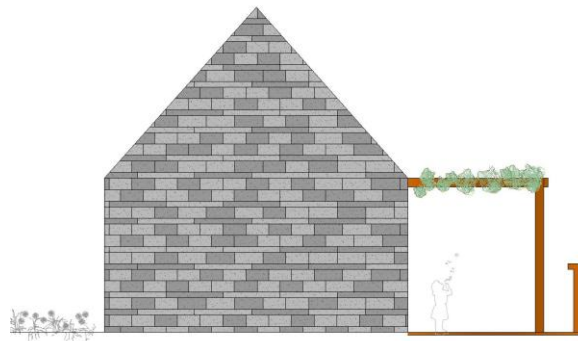


Imagem 163 - Alçado Oeste (T2)

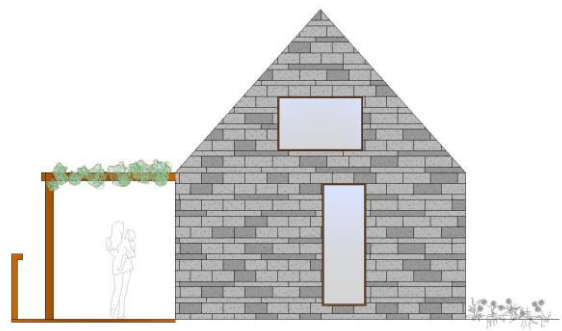


Imagem 162 - Alçado Este (T2)

Capítulo 8 - Conclusão

O espaço rural tem vindo a sofrer um forte abandono e desertificação. Nesta problemática o turismo tem vindo a ganhar uma relevância incontornável, pois apresenta uma alternativa económica às populações rurais, promove a reabilitação e recuperação do património edificado e a conservação da natureza e da paisagem. Outro ponto que caracterizou o desenvolvimento desta dissertação foi a abordagem multidisciplinar entre espaço rural e arquitectura popular madeirense, pelo que a elaboração do Projecto Urbanístico das Casas de Campo da Fajã de Baixo se concretizou no domínio do turismo.

Como se verificou a área de intervenção caracteriza-se pelo abandono da actividade agrícola e pela degradação do edificado, num exemplo da desertificação bem presente no território rural madeirense. Paralelamente identificaram-se (no Capítulo 2) alguns efeitos negativos do turismo de massas, tais como o uso desmedido de recursos naturais, poluição e deterioração ambiental. Foram estas as vertentes a mitigar com a realização desta intervenção.

Considerou-se relevante para a proposta, preservar e reabilitar o tecido edificado existente (para habitação e turismo), ainda que disperso e com alguns elementos dissonantes a demolir, e promover e a continuidade do cultivo dos terrenos. Estes elementos visam conferir ao sítio da Fajã de Baixo a sua identidade baseada na função habitacional, turística e agrícola. Assim, como descrito no ponto 7.2, os edifícios propostos adaptam-se de forma coerente (planta rectangular) à linguagem arquitectónica (traços da casa elementar popular madeirense, métrica, volumetria, telhado de quatro águas, revestimento a pedra basáltica, tectos de alfarge e aplicação de madeira no interior) e à imagem colectiva deste meio rural. Os alojamentos para além de respeitarem esta herança historicista são contemporâneos i.e. adequam-se às necessidades e vivências actuais. Posto isto, as principais premissas arquitectónico-urbanísticas do projecto foram a permanência e transformação, isto é a criação de uma tradição moderna.

A nível habitacional propôs-se a manutenção e reabilitação das habitações unifamiliares existentes (edifício 2, 4, 6 e 7) e um novo edifício associado ao edifício 7. Procurou-se a ligação destas habitações à actividade agrícola como manutenção do carácter rural da área de intervenção. Por outro lado pretendeu-se manter uma baixa densidade populacional e habitacional. Assim na área de intervenção de sete fogos passam a existir apenas quatro, pois que os edifícios 1 e 3 passaram a ser ocupados pelas funções turísticas.

Com a actividade turística dinamiza-se a área de intervenção apostando na diversidade funcional desta zona rural.

Criaram-se equipamentos e espaços verdes de utilização colectiva associados à frente mar. Reformularam-se algumas acessibilidades, mantendo-se os bons acessos viários e criando um percurso pedonal relacionado com a natureza e a frente mar, a promenade ladeada por uma levada na vertente Norte e com cerca de 720m de comprimento. Juntamente com a promenade cria-se também uma ciclovia sobre a forma de trilho em terra batida, elimina-se a

Vereda da Capela e cria-se um novo acesso ao complexo turístico e às habitações (Nova Vereda da Capela), que possui uma única faixa de rodagem ladeada de passeios e em alguns troços de estacionamento ou de vegetação arbórea.

Em síntese, considera-se que a proposta irá contribuir para despoletar vocações e dinâmicas que potenciam a actividade turística e a criação de espaços de lazer e utilização colectiva relacionados com a frente mar. Neste âmbito esta aposta no turismo rural revela o potencial para revitalizar económica, social e em termos territoriais o sítio da Fajã de Baixo. A concretização deste propósito passa no futuro por inserir o projecto urbanístico aqui apresentado nos conteúdos de um Plano de Pormenor. Paralelamente há que auscultar a opinião da comunidade local, quer dos residentes, quer das entidades institucionais (Câmara Municipal da Calheta, Junta de Freguesia do Arco da Calheta) quer ainda dos operadores turísticos.

Bibliografia

O site: <http://www.center.pt/PT/legislacao.php>

Consultado em 1 de Novembro de 2012

ALVES, Fernando Brandão (2005). O espaço público urbano: Qualidade, avaliação e participação pública, Porto, 1ª edição, Outubro 2005, ESAP (Escola Superior Artística do Porto)

ASCHER, François (2010). Novos Princípios do Urbanismo seguido de Novos Compromisso Urbanos, 2º Edição, Livros horizonte. ISBN 978-972-24-1670-2

BENEVOLO, Leonardo (2007). Historia de la arquitectura moderna, 8º Edição, GG, Barcelona. ISBN 978-84-252-1793-7

Censos 2011 disponível no site: http://www.ine.pt/scripts/flex_definitivos/Main.html

Consultado em 14 de Março de 2013

Comissão das Comunidades Europeias (2001). Comunicação da Comissão ao Conselho, ao Parlamento Europeu, ao Comité Económico e Social das Regiões. Uma abordagem cooperativa para o futuro do turismo europeu, Bruxelas

Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (1991). Nosso Futuro Comum, 2º Edição, Rio de Janeiro, Getulio Vargas

CUNHA, Licínio (2003). Perspectivas e Tendências do Turismo, 1º Edição, Edições Universitárias Lusófonas. ISBN 972-8296-88-6

DGOTDU (Direção-Geral do Ordenamento do Território e Desenvolvimento Urbano) (2005). Vocabulário de Termos e Conceitos do Ordenamento do Território, Coleção Informação 8, 1º Edição. ISBN 978-972-8569-36-5

Estatísticas do Turismo 2011 (2011). Instituto Nacional de Estatística, I.P. ISBN 978-989-25-0161-1

FERREIRA, António Fonseca (2005). Gestão Estratégica de Cidades e Regiões, 1º Edição, Fundação Calouste Gulbenkian. ISBN 972-31-1133-0

FERREIRA, Luís Jorge do Nascimento (2003). Leis do Turismo: novos diplomas comentados e anotados, 3º Edição, Quid Juris? ISBN 972-724-178-6

FIGUEIREDO, Elisabete (2011). O Rural Plural: olhar o presente, imaginar o futuro, 1º Edição, 100LUZ. ISBN 978-989-8448-06-4

LEGEN, Johan Van (2010). Manual do Arquitecto Descalço, 1º Edição, Dinalivro. ISBN 978-972-576-565-4

MACHADO, José Pedro (1977). Dicionário Etimológico da Língua Portuguesa, Volumes III, IV e V, 3º Edição, Livros Horizonte.

MARTINS, Cátia (2012). Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável - O Papel da Arquitectura Vernacular”, Tese de Mestrado Universidade da Beira Interior.

MESTRE, Victor (2001/2002) Arquitectura Popular da Madeira, Lisboa, Editora Argumentum. ISBN 972-8479-13-1

Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico (2010). Sol e Praia: orientações básicas, Brasília, 2ª Edição, Ministério do Turismo. Disponível no site:

http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Turismo_de_Sol_e_Praia_Versxo_Final_IMPRESSO_.pdf Consultado a 17 Janeiro 2013

MOUTINHO, Mário (1979). *Arquitectura Popular Portuguesa*, Lisboa, Editorial Estampa. ISBN_972-33-1054-6

NABAIS, MARTINS, SUBTIL e NOBREGA, Carlos, Manteigas, A. Raposo e João Ricardo (2008). *Novo Regime Jurídico dos Empreendimentos Turísticos, Anotado e Comentado, Vida Económica*. ISBN 978-972-788-282-3

PARDAL, Sidónio (2004). *Estudo sobre o novo diploma para a RAN, REN e disciplina da construção fora dos perímetros urbanos*, Lisboa. Disponível em: http://www.estig.ipbeja.pt/~ac_direito/sidonio.pdf Consultado a 10 de Setembro de 2012

PARDAL, Sidónio (2002). *Planeamento do Espaço Rústico (As irracionalidades da RAN e da REN)*, 1ª Edição, Edição de ADISA - Instituto Superior de Agronomia e CESUR - Instituto Superior Técnico. ISBN 972-8139-06-3

PEREIRA, Eduardo C. N. (1989). *Ilhas de Zarco - Volume I*, Funchal, 4ª Edição, Edição da Câmara Municipal do Funchal.

PINTASSILGO e TEIXEIRA, Joaquim e Maria Adelaide (1998). *Turismo Horizontes Alternativos*, Colibri. ISBN 972-772-006-4

PINTO, Acácio (2004). *Turismo em Espaço Rural: Motivações e Práticas Holandeses em Ferreira de Aves, Sátão, Coimbra*, Palimage Editores. ISBN 972-8575-59-9

PINTO, Jorge Cruz (2007). *Arquitectura Portuguesa: A imagem da caixa*, Volume III, 1ª Edição, Faculdade de Arquitectura, Universidade Técnica de Lisboa. ISBN 978-972-8855-36-9

PORTELA, José (1999). *O meio rural em Portugal: entre o ontem e o amanhã*. *Trabalhos de Antropologia e Etnologia*, Volume 39 (1-2), pág. 45-65

Disponível em:

[https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:ergNbzK6TlCJ:home.utad.pt/~des/acervo_des/1999porjosfmeirur21.doc+&hl=pt-](https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:ergNbzK6TlCJ:home.utad.pt/~des/acervo_des/1999porjosfmeirur21.doc+&hl=pt-BR&pid=bl&srcid=ADGEESjwhbnJcm0yi_PXmJvUMZRdL4Vlgr51aAst-irMZyPRhugjG1aQt_tp7g2tF4AelbqgJpWlz8JuVmR9FFSj2y2myHMVwmDJP4YPKWEXSdhwiW_PfNdj4X4UFSxOTtMz8oZhFs6D&sig=AHIEtbRpMBLPxOg69N4g-vIJJw2U1GldJQ)

[BR&pid=bl&srcid=ADGEESjwhbnJcm0yi_PXmJvUMZRdL4Vlgr51aAst-](https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:ergNbzK6TlCJ:home.utad.pt/~des/acervo_des/1999porjosfmeirur21.doc+&hl=pt-BR&pid=bl&srcid=ADGEESjwhbnJcm0yi_PXmJvUMZRdL4Vlgr51aAst-irMZyPRhugjG1aQt_tp7g2tF4AelbqgJpWlz8JuVmR9FFSj2y2myHMVwmDJP4YPKWEXSdhwiW_PfNdj4X4UFSxOTtMz8oZhFs6D&sig=AHIEtbRpMBLPxOg69N4g-vIJJw2U1GldJQ)

[irMZyPRhugjG1aQt_tp7g2tF4AelbqgJpWlz8JuVmR9FFSj2y2myHMVwmDJP4YPKWEXSdhwiW_PfN](https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:ergNbzK6TlCJ:home.utad.pt/~des/acervo_des/1999porjosfmeirur21.doc+&hl=pt-BR&pid=bl&srcid=ADGEESjwhbnJcm0yi_PXmJvUMZRdL4Vlgr51aAst-irMZyPRhugjG1aQt_tp7g2tF4AelbqgJpWlz8JuVmR9FFSj2y2myHMVwmDJP4YPKWEXSdhwiW_PfNdj4X4UFSxOTtMz8oZhFs6D&sig=AHIEtbRpMBLPxOg69N4g-vIJJw2U1GldJQ)

[dj4X4UFSxOTtMz8oZhFs6D&sig=AHIEtbRpMBLPxOg69N4g-vIJJw2U1GldJQ](https://docs.google.com/viewer?a=v&q=cache:ergNbzK6TlCJ:home.utad.pt/~des/acervo_des/1999porjosfmeirur21.doc+&hl=pt-BR&pid=bl&srcid=ADGEESjwhbnJcm0yi_PXmJvUMZRdL4Vlgr51aAst-irMZyPRhugjG1aQt_tp7g2tF4AelbqgJpWlz8JuVmR9FFSj2y2myHMVwmDJP4YPKWEXSdhwiW_PfNdj4X4UFSxOTtMz8oZhFs6D&sig=AHIEtbRpMBLPxOg69N4g-vIJJw2U1GldJQ)

Consultado a 28 Janeiro de 2013.

RAUL, Lino (1992). *Casas Portuguesas*, Lisboa, Livros Cotovia. ISBN 972-8028-14-8

RIBEIRO, João Adriano (2006). *Calheta - Subsídios para a História da Freguesia*. ISBN 978-972-8545-18-5

ROCHA E BATALHÃO, Isabel e Carlos (2010). *Urbanismo*, Porto, Porto Editora. ISBN 978-972-0-067669-2

SILVA, Luís (2010). *Perspectiva antropológica do Turismo de Habitação*

Disponível em: http://www.pasosonline.org/Publicados/8110/PS0110_3.pdf

Consultado a 2 Outubro de 2012

SILVA, Luís (2005/06). *Os impactos do turismo em espaço rural*

Disponível em: http://www.uc.pt/en/cia/publica/AP_artigos/AP22.23.13_Silva.pdf

Consultado a 25 de Setembro de 2012

SILVANO, Maria Justina Martins (2006). O turismo em áreas rurais como factor de desenvolvimento. O caso do Parque Natural de Montesinho, Tese de estrado Universidade de Aveiro. Disponível em: <http://ria.ua.pt/bitstream/10773/5038/1/206486.pdf> Consultado a 11 de Fevereiro de 2013

SIMÕES e CRISTÓVÃO, Orlando e Artur (2003). TERN: Turismo em Espaços Rurais e Naturais, Coimbra, Edição Instituto Politécnico de Coimbra - Inovar Para Crescer. ISBN 972-98593-5-3

SOUZA, Luíz Henriques de (2006). A gestão do turismo nas áreas naturais protegidas do Centro de Portugal, Tese de Mestrado Universidade de Aveiro. Disponível em: <http://ria.ua.pt/bitstream/10773/1590/1/2008001761.pdf> Consultado a 11 de Fevereiro de 2013

TEIXEIRA, Manuel C. E VALLA, Margarida (1999). O urbanismo português _ Séculos XIII - XVIII Portugal Brasil, Livros Horizonte. ISBN 972-24-1061-X

VIEIRA, João Martins (2007). Planeamento e Ordenamento Territorial do Turismo: Uma perspectiva estratégica”, Verbo. Deposito legal nº 252 834 / 07

Bibliografia de imagens

[1] www.timetravelturtle.com/2012/07/olympia-greece-ancient-olympics/
Consultado a 19/04/2013

[2] http://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Delphi_temple_of_Apollo_dsc06283.jpg
Consultado a 19/04/2013

[3] [http://www.sabado.pt//Multimedia/FOTOS/Mundo/Fotogaleria-\(1033\).aspx?id=605837](http://www.sabado.pt//Multimedia/FOTOS/Mundo/Fotogaleria-(1033).aspx?id=605837)
Consultado a 10/06/2013

[4] <http://www.casadaurze.net/algarve/imagens/prai-da-rocha-aerea.jpg>
Consultado a 10/06/2013

[5] http://images.nationalgeographic.com/wpf/media-live/photos/000/668/overrides/09-poland-frontier_66868_600x450.jpg
Consultado a 10/06/2013

[6] http://images.nationalgeographic.com/wpf/media-live/photos/000/668/cache/19-three-camel-mongolia_66878_600x450.jpg
Consultado a 10/06/2013

[7] <http://1.bp.blogspot.com/-lKmvD2ggkYk/T1jSIXX3FQI/AAAAAAAAAPU/swuJTPHnQoo/s1600/destaque-facebook.jpg>
Consultado a 10/06/2013

[8] <http://d1jlczzegss9n.cloudfront.net/wp/wp-content/uploads/2012/12/Screen-Shot-2012-12-21-at-11.45.36-AM-730x445.png>
Consultado a 10/06/2013

[9] <http://img.ibtimes.com/www/data/articles/full/2009/10/12/5511.jpg>
Consultado a 10/06/2013

[10] http://www.andrewharper.com/sites/default/files/imagecache/hotel_rotator/Sitelimages/HOTELS/1211/sliders/Bushmans4.jpg
Consultado a 10/06/2013

[11] http://www.ekimondo.com/media_ekistop/000000000617/original_1954.jpg
Consultado a 10/06/2013

[12] http://2.bp.blogspot.com/_0QalkTXQHhI/SaL7BQ6s2OI/AAAAAAACjQ/HlqXfK30HfQ/s400/IMG2525.JPG
Consultado a 10/06/2013

[13] http://www.superiorplus.com.br/wp-content/uploads/2010/08/breezes_buzios1.jpg
Consultado a 10/06/2013

[14] <http://www.arquipelagos.pt/arquipelagos/>

[15] <http://www.cm-alvaiazere.pt/FileControl/GaleriaMultimedia/Imagem/agricultura.JPG>
Consultado a 17/06/2013

[16] <http://www.arquipelagos.pt/arquipelagos/>

[17] http://whc.unesco.org/uploads/thumbs/site_0934_0010-500-333-20120917175127.jpg
Consultado a 17/06/2013

[18] http://farm3.staticflickr.com/2696/4356161324_41f01ed8bb_z.jpg
Consultado a 16/06/2013

[19] http://2.bp.blogspot.com/_3_abNOlQbYs/SdB-VO-3Oml/AAAAAAAABIA/B2oJdK9_hvc/s400/pedreira.bmp
Consultado a 16/06/2013

- [20] <http://portugalconfidential.com/wp-content/uploads/2012/04/PC-Casas-do-Coro-Aerial.jpg>
Consultado a 10/06/2013
- [21] <http://www.construir.pt/wp-content/uploads/2008/04/funchal.jpg>
Consultado a 10/06/2013
- [22] http://www.cartazdeideias.pt/DataItems/5a29112a_37ec_4a0a_8384_15ba6c3ef756.jpg
Consultado a 10/06/2013
- [23] http://sicnoticias.sapo.pt/incoming/2013/04/25/estrada_ic19_carros_transito_engarrafamento_lusa.jpg
a.jpg/ALTERNATES/w960/estrada_IC19_carros_transito_engarrafamento_Lusa.jpg
Consultado a 20/06/2013
- [31] <http://img0.rtp.pt/icm//thumb/phpThumb.php?src=/noticias/images/22/22f92219f92091b7b5682c972acfb16&w=620&sx=0&sy=140&sw=2362&sh=1295&q=75&w=620>
Consultado a 21/06/2013
- [32] http://www.sunnyrentals.com/userfiles//3881/property/98520/images/1342525392.2397_big.jpg
Consultado a 21/06/2013
- [33] http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/d/db/Sortelha_aldeia_granitica.jpg
Consultado a 21/06/2013
- [34] http://ven.cdn-hotels.com/hotels/6000000/5250000/5244400/5244306/5244306_6_b.jpg
Consultado a 21/06/2013
- [35] <http://q.bstatic.com/images/hotel/max500/947/9473056.jpg>
Consultado a 21/06/2013
- [36] http://static.asiarooms.com/hotelphotos/laterooms/208597/gallery/hotel-quinta-do-serrado-porto-santo_120420100955369680.jpg
Consultado a 10/06/2013
- [37] TEIXEIRA, Manuel C. E VALLA, Margarida (1999). O urbanismo português _ Séculos XIII - XVIII Portugal Brasil, pg. 66
- [38] TEIXEIRA, Manuel C. E VALLA, Margarida (1999). O urbanismo português _ Séculos XIII - XVIII Portugal Brasil, pg. 69
- [39] Jonathan Blair National Geographic (1973) - <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=509335479085754&set=pb.123814440971195.-2207520000.1371789543.&type=3&theater>
Consultado a 21/06/2013
- [40] <http://maps.google.com/>
Consultado a 21/06/2013
- [41] http://www.progestur.net/nl04/imgs/faja_01.jpg
Consultado a 10/06/2013
- [42] http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/thumb/0/03/Pico_do_areeiro_panorama.jpg/800px-Pico_do_areeiro_panorama.jpg
Consultado a 10/06/2013
- [43] http://farm6.staticflickr.com/5465/7234577634_9c1bde618c_z.jpg
Consultado a 21/06/2013
- [44] B. Anthony Stewart, National Geographic - https://www.facebook.com/photo.php?fbid=508833865819657&set=pb.193926413977072.-2207520000.1371789223.&type=3&src=https%3A%2F%2Ffbcdn-sphotos-f-a.akamaihd.net%2Fphotos-akash%2F550062_508833865819657_1278782048_n.jpg&size=342%2C502
Consultado a 21/06/2013

[46] https://www.facebook.com/photo.php?fbid=510010665701977&set=pb.193926413977072.-2207520000.1371789192.&type=3&src=https%3A%2F%2Ffbcdn-sphotos-a-a.akamaihd.net%2Fhphotos-ak-arc3%2F291697_510010665701977_450426518_n.jpg&size=800%2C534
Consultado a 21/06/2013

[47] David Boyer National Geographic (1959) -
https://www.facebook.com/photo.php?fbid=516535875049456&set=pb.193926413977072.-2207520000.1371790368.&type=3&src=https%3A%2F%2Ffbcdn-sphotos-b-a.akamaihd.net%2Fhphotos-ak-ash3%2F547570_516535875049456_1704180590_n.jpg&size=342%2C502
Consultado a 21/06/2013

[48] Jonathan Blair National Geographic -
https://www.facebook.com/photo.php?fbid=516551891714521&set=pb.193926413977072.-2207520000.1371790368.&type=3&src=https%3A%2F%2Ffbcdn-sphotos-g-a.akamaihd.net%2Fhphotos-ak-ash3%2F524581_516551891714521_1580223205_n.jpg&size=631%2C960
Consultado a 21/06/2013

[49] Corbis/ Jonathan Blair National Geographic - https://fbcdn-sphotos-e-a.akamaihd.net/hphotos-ak-ash4/224767_198155270220853_3822604_n.jpg
Consultado a 21/06/2013

[50] <http://www.arquipelagos.pt/arquipelagos/>

[51] https://fbcdn-sphotos-d-a.akamaihd.net/hphotos-ak-ash3/405364_424926420877069_587586157_n.jpg
Consultado a 21/06/2013

[52] <http://www.arquipelagos.pt/arquipelagos/>

[53] https://fbcdn-sphotos-e-a.akamaihd.net/hphotos-ak-prn1/559788_504204356282608_602694006_n.jpg
Consultado a 21/06/2013

[54] <http://www.arquipelagos.pt/arquipelagos/>

[57] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 192

[58] <http://www.arquipelagos.pt/arquipelagos/>

[59] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 193

[60] <http://www.arquipelagos.pt/arquipelagos/>

[61] <http://www.arquipelagos.pt/arquipelagos/>

[62] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 207

[64] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 115

[65] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 97

[66] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 98

[67] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 105

[68] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 103

[69] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 108

[70] <http://www.arquipelagos.pt/arquipelagos/>

[71] <http://www.arquipelagos.pt/arquipelagos/>

[72] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 108

- [73] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 109
- [74] https://fbcdn-sphotos-c-a.akamaihd.net/hphotos-ak-prn1/s720x720/531777_522233567813020_1962105884_n.jpg
Consultado a 21/06/2013
- [75] https://fbcdn-sphotos-c-a.akamaihd.net/hphotos-ak-prn1/s720x720/603685_522962694406774_1052328993_n.jpg
Consultado a 21/06/2013
- [76] <http://www.arquipelagos.pt/arquipelagos/>
- [77] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 124
- [78] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 130
- [79] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 132
- [80] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 132
- [81] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 133
- [82] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 136
- [83] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 138
- [84] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 136
- [85] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 139
- [86] <http://www.arquipelagos.pt/arquipelagos/>
- [87] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 145
- [88] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 145
- [89] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 144
- [90] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 142
- [91] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 143
- [92] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 142
- [93] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 151
- [94] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 150
- [95] <http://www.arquipelagos.pt/arquipelagos/>
- [96] <http://maps.google.com/>
Consultado a 21/06/2013
- [97] <http://www.arquipelagos.pt/arquipelagos/>
- [98] <http://www.arquipelagos.pt/arquipelagos/>
- [99] <http://www.arquipelagos.pt/arquipelagos/>
- [100] <http://www.arquipelagos.pt/arquipelagos/>
- [101] <http://www.arquipelagos.pt/arquipelagos/>
- [102] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 94
- [103] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 94

- [104] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 152
- [105] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 153
- [106] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 156
- [107] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 183
- [108] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 183
- [109] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 183
- [110] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 183
- [111] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 183
- [112] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 183
- [113] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 185
- [114] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 185
- [115] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 185
- [116] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 185
- [117] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 185
- [118] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 185
- [119] <http://www.arquipelagos.pt/arquipelagos/>
- [120] MESTRE, Victor (2001/2002) *Arquitectura Popular da Madeira*, pg. 188
- [122] <http://www.arquipelagos.pt/arquipelagos/>
- [123] <http://www.arquipelagos.pt/arquipelagos/>
- [124] <http://upload.wikimedia.org/wikipedia/commons/6/6b/LocalCalhetaMadeira.png>
Consultado a 18/06/2013
- [125] http://i1.trekearth.com/photos/91329/madeira_te_001.jpg
Consultado a 20/06/2013
- [126] http://en.wikipedia.org/wiki/File:Calhau_da_Calheta.jpg
Consultado a 20/06/2013

Glossário

Abafar a casa - terminologia que denomina o processo de cobrimento ou recobrimento da cobertura de palha de uma casa. Para o processo utiliza-se geralmente palha de trigo dispostas em manhos que são depois cozidos à estrutura de madeira da cobertura com vime partindo da base até ao cume. Cada abafamento requer entre 24 a 26 manhos de palha.

Achada - Toponímico, pequena planície elevada.

Anexo - Construção de pequena dimensão complementar à construção principal (ex. arrumos, garagem,...)

Arco - Toponímico, povoação localizada no centro de um arco de montanhas.

Área bruta de construção - Somatório da área de todos os pisos acima e abaixo da cota de soleira, excluído sótão e cava sem pé-direito regulamentar.

Área total de construção - Somatório das áreas de construção de todos os edifícios existentes ou previstos numa delimitada porção de território.

Área de equipamentos - Área relativa a todos os equipamentos de utilização colectiva, como por exemplo: comércio, serviços, equipamentos desportivos ou equipamentos culturais.

Área de implantação - Área de solo ocupada por um edifício, compreende o perímetro exterior da contacto do edifício com o solo.

Área total de implantação - Somatório das áreas de implantação de todos os edifícios existentes ou previstos numa delimitada porção de território.

Arquitectura popular - Tipo de construção de carácter não erudito e de expressão local que resulta da adaptação às condições específicas de uma região.

Arquitectura tradicional - Edificação construída em recurso a práticas, tradições e materiais da região. Possui também forte expressão e continuidade local.

Arquitectura vernácula - Construção que representa a autenticidade e tradição de uma região ou nação.

Arrumo - Compartimento ou edifício destinado ao arrumo de alfaias e produtos.

Beiral - Remate do telhado sobre a parede que se prolonga para fora da parede através de beira ou subeira de modo afastar as águas das chuvas para longe das paredes.

Calheta - Toponímico, pequeno porto de abrigo da costa bravia.

Capacidade turística de alojamento - Corresponde ao número de camas das unidades de alojamento, inclui as camas convertíveis nas salas dos apartamentos.

Capitão Donatário - Fidalgo a quem o Rei atribuía uma capitania para administrar.

Casa antiga ou secular - Denominação atribuída a uma tipologia da arquitectura popular madeirense, mais especificamente, às primeiras casas de pedra de alvenaria do povoamento.

Casa complexa - Denominação atribuída a uma tipologia da arquitectura popular madeirense, como o nome indica, corresponde a uma fase mais evoluída, pressupõe uma complexidade interfuncional e a introdução de dois elementos: o corredor e a escada interior.

Casa de campo - Casas situadas em zonas rurais que prestam serviços de hospedagem. Podem ser, ou não, utilizadas como habitação própria pelos seus proprietários.

Casa de despejo - compartimento destinado aos arrumos, pode estar integrado na habitação ou ser um anexo no exterior.

Casa de fio ou empena - Denominação de uma tipologia da arquitectura popular madeirense que possui uma cobertura triangular em palha e sótão (situam-se especialmente em Santana).

Casa de meio-fio - Designação de uma tipologia popular semelhante à casa de fio ou empena, porém com aproveitamento de um piso inferior criado pela depressão artificial do terreno.

Casa moderna - Denominação atribuída a uma tipologia da arquitectura popular que surge no séc. XX entre as décadas de 30 e 50 na ilha da madeira e onde se replicam os modelos anteriores associados ao regresso dos emigrantes. Predominam as réplicas das tipologias elementares de um ou dois pisos com cozinha integrada e com cobertura em telha de quatro águas.

Casa redonda - Denominação atribuída a uma tipologia da arquitectura popular madeirense específica da zona de São Jorge. São casas de madeira com cobertura em palha e planta em cruz.

Casa torreada - Denominação atribuída a uma tipologia da arquitectura popular madeirense com semelhanças à casa salaia dos arredores de Lisboa. Possui uma planta quadrangular e um torreão co cobertura cerâmica de quatro águas.

Centro histórico - núcleo onde se situa a origem do aglomerado e de onde irradiam, com o tempo, novas áreas urbanas.

Cércea - dimensão vertical da construção medida desde o ponto de cota média do terreno até à linha superior do beirado. Exclui-se chaminés, depósitos de água, casa das máquinas e outros elementos do mesmo género.

Classificação do solo - assenta no princípio base da diferenciação do solo urbano e do solo rural, determina o destino básico dos terrenos.

Cobertura - Elementos estrutural e construtivo, revestimento superior que cobre um edifício, para o efeito pode se utilizar palha, telha, cimento, entre outros.

Colono - Proprietário das benfeitorias do terreno, estava sujeito ao regime de colónia.

Construção - Todo o tipo de obras de qualquer natureza, nomeadamente: edificações, muros, vedações, aterros, escavações, alterações, ampliações e demolições.

Demerarista - Designação dada aos emigrantes provenientes de Demara e Guiana Inglesa.

Densidade habitacional - Quociente entre o número de fogos existentes ou previstos para uma dada porção de território.

Densidade Populacional - Quociente entre a população existente ou prevista para uma dada porção de território.

Edificação - Actividade ou resultado da construção, ampliação, reconstrução, alteração ou conservação de um imóvel ou qualquer construção que ocupe o solo de forma permanente.

Edifício - Construção permanente dotada de entrada independente, coberta, imitada por paredes exteriores ou paredes-meias que vão das fundações à cobertura, destinada à utilização humana e outros fins.

Edifício dissonante - É aquele que pela sua volumetria, composição, cor, ou materiais entra em conflito com a envolvente.

Engenho - Fábrica de açúcar ou aguardente.

Empena - Fachada lateral de um edifício, geralmente cega, através das quais o edifício se pode encostar a edifícios contíguos.

Empreendimentos turísticos - Estabelecimentos turísticos que se destinam a prestar serviços de alojamento temporários e outros complementares à prática turística. O seu funcionamento pressupõe a existência de um conjunto de estruturas, equipamentos e serviços complementares.

Equipamentos de utilização colectiva - Espaços não edificados afectos a provisão de bens ou serviços que satisfaçam as necessidades colectivas dos cidadãos.

Escarpa - Vertente rochosa com um desnível de pelo menos 15 metros e declive superior a 45°.

Esgrafitado - técnica de desenho ou pintura em fresco que consiste no levantamento da camada de tinta superior e visível para deixar aparecer a camada subjacente.

Espaço agrícola - Espaço onde predomina o uso agrícola.

Espaço agro-florestal - Espaço em solo rural onde não existe predominância quer do uso agrícola quer do uso florestal.

Espaço florestal - Solos rurais onde predomina o uso florestal.

Espaços verdes de utilização colectiva - Áreas de solo enquadradas na estrutura ecológica municipal ou urbana que para além das funções de protecção e valorização ambiental e paisagística, se destinam à utilização pelos cidadãos (em actividades de estadia, recreio e lazer ao ar livre)

Estabelecimentos hoteleiros - estabelecimentos turísticos de alojamento temporário que pode possuir outros serviços como por exemplo o fornecimento de refeições.

Estreito - Toponímico, lugar de passagem e fixação da população na Ilha da Madeira.

Fajã - Toponímico, extensão de terra que se forma nas zonas litorais em contacto com o mar pelo desprendimento de terras e rochas (derrocadas).

Fogo - Parte ou totalidade de um edifício dotada de acesso independente constituída por um ou mais compartimentos destinados à habitação e espaços complementares.

Furna - Designação atribuída a uma primitiva tipologia da arquitectura popular madeirense que se desenvolve numa gruta ou caverna artificial.

Grota - Sinónimo de furna

Hóspede - Indivíduo que efectua pelo menos uma dormida num estabelecimento hoteleiro.

Hotel - Estabelecimento hoteleiro destinado a proporcionar alojamento temporário e outros serviços de apoio mediante remuneração.

Hotel rural - estabelecimentos hoteleiros situados no meio rural e fora das sedes de concelho com população inferior a 200.000 habitantes.

Índice de construção - Multiplicador urbanístico que corresponde ao quociente entre o somatório das áreas de construção dispostas em metros quadrados (m²) e a área de superfície de referência (em m²) onde se pretende aplicar de forma homogénea o índice.

Infra-estruturas - sistemas técnicos gerais de suporte ao funcionamento do território.

Instrumentos de gestão territorial - São os instrumentos que têm como objectivo a concretização da política de ordenamento do território e urbanismo.

Lar - Lugar (na cozinha) onde se acende o lume e se preparam os alimentos.

Latada - Associada aos corredores exteriores em frente às casas, as latadas são as armações usada para sustentar as videiras (ou outras trepadeiras).

Levada - Aqueduto aberto e estreito situado frequentemente no lado dos caminhos, tem a função de transporte da água destinada à irrigação dos campos de cultivo.

Levadeiro - Pessoa encarregue de gerir e regular a distribuição da água e dos horários de rega por entre os agricultores.

Lombo/a - Toponímico, território plano situado na cumeeira da montanha e orientado em direcção ao mar.

Lombada - Toponímico, é, basicamente, um grande lombo. É um território extenso, contínuo e plano localizado na cumeeira da montanha perpendicular ao mar.

Lote - Prédio destinado à edificação constituído ao abrigo de uma operação de loteamento ou de um Plano de Pormenor com efeitos registativos.

Morgado - Vínculo indivisível em que se transmite os bens de uma família de primogénito em primogénito. O morgado, o possuidor do vínculo de morgado, era o primogénito de uma família.

Ombreira - Elemento de cantaria colocado na lateral das portas ou janelas. Também pode ser denominado de cunha ou juntoiro.

Palheiro - Edifício separado da casa destinado ao gado e armazenamento de alfaias e produções.

Parcela - Área de território física não resultante de uma operação de loteamento.

Parcela agrícola - Porção de terreno situada num prédio rústico a que corresponda uma única qualidade e classe de cultura ou uma dependência agrícola um parte dela.

Paul - Toponímico, terra encharcada.

Perímetro urbano - Linha poligonal fechada que delimita nos instrumentos de gestão territorial vinculativos o solo qualificado como urbano e os solos urbanizáveis.

Prédio - Sucintamente é toda a fracção de território incluindo os edifícios e as construções de carácter permanente, as águas e as plantações desde que façam parte do património de uma pessoa singular ou colectiva e que possua valor económico. Ou seja, é uma parte delimitada do território e juridicamente autónoma.

Prédio rústico - Sucintamente é um terreno situado fora de um aglomerado urbano e que não esteja classificado para construção e que não pode ser utilizado para gerar quaisquer rendimentos com excepção de rendimentos gerados pela prática agrícola. Considera-se como prédio rústico os edifícios e construções afectos à produção agrícola quando situados fora dos aglomerados urbanos.

Prédio urbano - Prédios que não se podem classificar como rústicos ou mistos. Podem ser habitacionais, comerciais, terrenos para construção ou outros.

Poio - Nome dado aos socalcos criados nas encostas por muros e contrafortes para o cultivo agrícola.

Recuperação paisagística - revitalização biológica, económica e cénica do espaço afecto dando-lhe uma nova utilização ou restituindo-lhe uma primitiva aptidão.

Rega - Aplicação de água ao solo com o intuito de repor o nível de humidade necessário ao apropriado desenvolvimento das culturas, bem como de as proteger contra as baixas temperaturas, facultar os adubos diluídos na água ou limpar os sais em excesso no solo.

Sesmarias (Lei) - Ordenação de D. Fernando que determinava o cultivo das terras pelos seus proprietários ou a sua entrega ao Estado que depois as distribuía pelos desempregados.

Tabique - Parede divisória interior e leve construída geralmente em madeira.

Sítio - Espaço suficientemente característico e homogéneo para ser objecto de uma limitação geográfica. É uma combinação entre homem e natureza humanizada, é notável pelo seu carácter histórico, arqueológico, artístico, social, científico ou técnico.

Solo rural - É reconhecido pelo sua vocação para as actividades agrícolas, pecuárias, florestais e/ou minerais. Integra os espaços naturais de protecção, de lazer ou pode ser ocupado por infra-estruturas que não lhe confirmam estatuto de urbano.

Solo urbano - É reconhecida a sua vocação para urbanização edificação. Compreende os terrenos urbanizados e os terrenos de urbanização programada, ou seja, o perímetro urbano.

Superfície bruta - O mesmo que área de intervenção i.e. a superfície objecto de uma intervenção urbanística.

Superfície de impermeabilização - O mesmo que “área de impermeabilização”.

Superfície do lote - O mesmo que “área do lote”.

Tecto de alfarge - Tecto em madeira criado por um elaborado trabalho de marcenaria com ornamentos e composições geométricas.

Tipologia - estudo rigoroso e objectivo de um edifício numa determinada expressão arquitectónica, época, funcionalidade e espacialidade. Quando as mesmas condições se verificam em vários edifícios considera-se existir uma tipologia.

Tipologia (Fogos) - Caracterização dos fogos ou dos edifícios em relação à sua área, morfologia e funcionamento. O tipo de fogo é determinado pelo número de quartos de dormir, assim é identificado pela variável Tx sendo x o número de quartos de dormir. Considera-se uma moradia uni ou bifamiliar aquelas que possuem 1 ou 2 fogos com acessos independentes ao exterior, considera-se um edifício de habitação colectiva aqueles que possuem 2 ou mais fogos com acesso ao exterior por meio de espaços de circulação comuns. Já no que concerne à implantação dos edifícios nos respectivos lotes podem ser: isolados, germinados, em banda ou em conjunto.

Turismo - Actividades praticada por um indivíduo ou conjunto de indivíduos quando em viagem, ou seja, quando em permanência fora do seu local de residência habitual, por mais que uma noite e desde que não ultrapasse um ano, por motivos de lazer, negócios ou outros.

Turismo no espaço rural - Actividades e serviços de animação prestados aos turistas mediante remuneração em empreendimentos de natureza familiar localizados em zonas rurais. Existem as seguintes modalidades de turismo no espaço rural: turismo de habitação, turismo rural, agro-turismo, turismo de aldeia, casas de campo, hotéis rurais e parques de campismo rurais.

Turismo rural - É uma das modalidades de turismo em espaço rural, é um turismo de natureza familiar prestado em casas rústicas particulares que pela sua traça e características se integram na arquitectura típica regional.

Turismo sustentável - Quando os princípios e práticas sustentáveis são aplicadas ao turismo desde a sua gestão, aspectos ambientais, económicos e socioculturais, procurando garantir a sua sustentabilidade a longo prazo.

Turista - Indivíduo que permanece pelo menos uma noite num alojamento no local visitado.

Vereda - Caminho estreito, este termo está associado às antigas comunicações entre zonas isoladas.

**Glossário elaborado com base no trabalho de Victor Mestre(2002) em “Arquitectura Popular da Madeira”, no “Vocabulário de Termos e Conceitos do Ordenamento do Território” elaborado pela DGOTDU (2005) e no Decreto Regulamentar nº 9/2009 de 29 de Maio.*

Anexos

Índice de anexos

Anexos I

PDM da Calheta.....	7
Fichas de caracterização dos edifícios existentes	11
Inventariação de outra legislação aplicável na área de intervenção	25

Anexos II

Plantas da situação existente	01
Planta síntese	08
Cortes transversais	09
Perfis das vias	10
Planta e cortesT0.....	11
AlçadosT0.....	12
Planta e cortesT2	13
AlçadosT2	14

Anexos I

(REVISÃO DO) PDM DA CALHETA, 16 DE JANEIRO DE 2013

CAPÍTULO IV - USO DO SOLO

Artigo 27º Classificação do Solo Urbano e Rural

Para efeitos de ocupação, uso e transformação do solo, é estabelecida a seguinte classificação:

São definidas, para o Solo Urbano, as seguintes categorias e subcategorias:

- a) Espaços Centrais;
- b) Espaços Residenciais:
 - i) Espaços Residenciais de Densidade 1;
 - ii) Espaços Residenciais de Densidade 2;
- c) Espaços de Actividades Económicas.
- d) Espaços Verdes;
- e) Espaços de Uso Especial:
 - i) Equipamentos;
 - ii) Espaços de Turismo.

a) Solo Urbano: aquele que se destina à urbanização e à edificação urbana, nele se compreendendo os terrenos urbanizados ou cuja urbanização seja possível programar e os afectos à estrutura ecológica urbana, constituindo o seu todo o perímetro urbano;

b) Solo Rural: o que, de acordo com a sua vocação, se destina a actividades agrícolas, pecuárias, florestais ou minerais, assim como o que integra os espaços naturais de protecção ou de lazer, ou que seja ocupado por infra-estruturas que não lhe confirmam o estatuto de solo urbano.

Artigo 29º Qualificação do Solo Rural

São definidas, para o Solo Rural, as seguintes categorias e subcategorias:

- a) Espaços Florestais;
- b) Espaços Agrícolas;
- c) Espaços Afectos à Exploração de Recursos Geológicos;
- d) Espaços Naturais:
 - i) Arribas e Escarpas;
 - ii) Áreas Protegidas;
 - iii) Praias;
 - iv) Formações Vegetais Espontâneas.
- e) Espaços Afectos a Actividades Industriais;
- f) Aglomerados Rurais;
- g) Áreas de Edificação Dispersa;
- h) Espaços Culturais;
- i) Espaços de Ocupação Turística;
- j) Espaços de Equipamentos e Outras Estruturas.

2. Os espaços referidos no número anterior estão delimitados na Planta de Ordenamento, reflectindo as respectivas categorias os usos neles admitidos, nos termos do presente Regulamento.

CAPÍTULO VI - REGIME DE USO DO SOLO RURAL

SECCÃO VIII - Áreas de Edificação Dispersa

Artigo 62º Caracterização

As Áreas de Edificação Dispersa correspondem a áreas de uso misto, carecendo de um ordenamento na óptica da sustentabilidade e que garanta a sua contenção.

Artigo 63º Regime de Uso e Ocupação

1. Nas Áreas de Edificação Dispersa são permitidas:
 - a) Operações de destaque, nos termos da lei, desde que os prédios resultantes confinem com o acesso público e desde que não resultem parcelas com área inferior a 400 m²;
 - b) Obras de conservação, reconstrução, alteração e ampliação de edifícios existentes, independentemente do seu uso;
 - c) Novas construções para habitação, podendo, no piso térreo, albergar os usos compatíveis de comércio e serviços;
 - d) A construção de obras destinadas a todos os outros usos compatíveis, conforme o disposto no artigo 46o do presente Regulamento.
2. É permitida a construção de habitação unifamiliar, nas tipologias isolada ou geminada.
3. Nas operações de destaque são de cumprimento obrigatório os parâmetros urbanísticos definidos neste regulamento, para a zona onde se inserem.
4. Apenas se admite a construção em prédios confinantes com acesso público.
5. **Não são permitidas operações de loteamento, com exceção das situações previstas no RJUE relativamente a empreendimentos turísticos.**
6. As construções e acções referidas na presente Secção, e em área protegida do Parque Natural da Madeira, são sujeitas a parecer prévio vinculativo da Secretaria Regional com a tutela da estrutura de gestão, de acordo com a legislação em vigor e sem prejuízo de outras disposições aplicáveis.

Artigo 64º Edificabilidade

1. Os usos compatíveis a que se refere a alínea e) do número 1 do artigo 60o do presente Regulamento devem respeitar os parâmetros definidos no artigo 47o, à excepção do número 10.
2. Todas as edificações em Edificação Dispersa devem respeitar os condicionamentos referidos no artigo 48o do presente Regulamento.
3. As construções referidas nas alíneas b) e c) do número 1 do artigo anterior devem respeitar os seguintes parâmetros de edificabilidade:
 - a) Prédios com área inferior a 1000 m²:
 - i) Índice de Utilização do solo máximo: 0,5;
 - ii) Área total de construção: 300 m²;
 - iii) Altura total da edificação, valor máximo: 10m;
 - iv) Altura da edificação, valor máximo: 8,5m;
 - v) Altura máxima da fachada, valor máximo: 7m;
 - vi) Índice de impermeabilização do solo máximo: 50%;
 - vii) Afastamentos laterais e tardoz mínimos: 3m;
 - b) Prédios com área igual ou superior a 1000 m²:
 - i) Índice de Utilização do solo máximo: 0,7;
 - ii) Área total de construção: 400 m²;
 - iii) Altura total da edificação, valor máximo: 10m;
 - iv) Altura da edificação, valor máximo: 8,5m;
 - v) Altura máxima da fachada, valor máximo: 7m;
 - vi) Índice de impermeabilização do solo máximo: 50%;
 - vii) Afastamentos laterais e tardoz mínimos: 3m.

SECÇÃO X - Espaços de Ocupação Turística

Artigo 67º Caracterização

Os Espaços de Ocupação Turística correspondem às áreas que, pela sua localização e enquadramento paisagístico, se destinam à implantação de estruturas ligadas à actividade turística e de empreendimentos turísticos, de acordo com a legislação em vigor, assim como das suas infra- estruturas de apoio, sem prejuízo de outros usos, compatíveis.

Artigo 68º Regime de Uso e Ocupação

1. São permitidos os usos compatíveis a que se refere o artigo 46o, devendo ser cumprido o disposto nos artigos 47o e 48o do presente Regulamento.
2. As edificações em espaços de Ocupação Turística devem respeitar cumulativamente, as normas definidas pelo Plano de Ordenamento Turístico e os seguintes parâmetros:
 - a) Índice de utilização do solo máximo: 1,85;

- b) Índice de impermeabilização do solo máximo: 65%;
- c) Afastamentos laterais mínimos: metade da altura do muro ou fachada adjacente, com o mínimo de 3m;
- d) Afastamentos de tardoz mínimos: metade da altura correspondente da fachada adjacente, com o mínimo de 6m.

CAPÍTULO IX - Execução

Secção III - Unidades Operativas de Planeamento e Gestão

Artigo 87º

1. As Unidade Operativas de Planeamento e Gestão identificadas no RPDMC e que se consideram de intervenção prioritária são as seguintes:

- U1 - Campo de Golfe da Ponta do Pargo;
- U2 - Freire;
- U3 - Paul do Mar;
- U4 - Jardim do Mar;
- U5 - Vila da Calheta / Estrela;
- U6 - Arco da Calheta;
- U7 - Fajã do Mar.

2. Pode a CMC definir posteriormente outras UOPG, para além das identificadas na Planta de Ordenamento.

Para a U7 - Fajã do Mar é determinada a elaboração de um Plano de Intervenção no Espaço

Rural referenciado pelos seguintes objectivos programáticos:

- a) Reformulação de acessos pedonais e viários;
- b) Requalificação dos estacionamento existentes;
- c) Recuperação e requalificação de espaços de lazer, directamente relacionados com a frente de mar;
- d) Criação de uma ciclovia;
- e) Reformulação de pavimentos, iluminação e mobiliário urbano;
- f) Preservação da zona agrícola;
- g) Preservação da zona de protecção dos recursos naturais.

SECÇÃO II - Regime da RAN

Artigo 8º Delimitação

1. As áreas a integrar a Reserva Agrícola Nacional são todos os solos de boa ou muito boa capacidade agrícola segundo a Carta dos Solos da Ilha da Madeira simultaneamente qualificados como Espaços Agrícolas.

2. Para o Concelho da Calheta foram considerados os seguintes solos: Vertisols (VR), Eutricsols Vertisols (VRe); Cambiosols (CM), Chromic Cambiosols (CMx), Humic Cambiosols (CMu); Phaeozems (PH), Haplic Phaeozems (PHh).

Artigo 9º Afectação das Áreas da RAN

1. As áreas da RAN devem ser afectas à actividade agrícola e são áreas non aedificandi, numa óptica de uso sustentado e de gestão eficaz do espaço rural.

2. Aos assentos da lavoura de explorações ligadas à actividade agrícola ou a actividades conexas ou complementares à actividade agrícola, situadas na área da RAN, é aplicável o disposto nesta Secção.

Artigo 10º Acções Interditas

São interditas todas as acções que diminuam ou destruam as potencialidades para o exercício da actividade agrícola das terras e solos da RAN, tais como:

- a) Operações de loteamentos e obras de urbanização, construção ou ampliação, com excepção das

utilizações previstas no artigo seguinte;

- b) Lançamento ou depósito de resíduos radioactivos, resíduos sólidos urbanos, resíduos industriais, resíduos industriais ou outros produtos que contenham substâncias ou microrganismos que possam alterar e deteriorar as características do solo;
- c) Aplicação de volumes excessivos de lamas nos termos da legislação aplicável, designadamente resultantes da utilização indiscriminada de processos de tratamento de efluentes;
- d) Intervenções ou utilizações que provoquem a degradação do solo, nomeadamente erosão, compactação, desprendimento de terras, encharcamento, inundações, excesso de salinidade, poluição e outros efeitos perniciosos;
- e) Utilização indevida de técnicas ou produtos fertilizantes e fitofarmacêuticos;
- f) Deposição, abandono ou depósito de entulhos, sucatas ou quaisquer outros resíduos.

Artigo 11º Utilização das áreas da RAN para outro fim

1. As utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN só podem verificar-se quando não exista alternativa viável fora das terras ou solos da RAN, no que respeita às componentes técnica, económica, ambiental e cultural.
2. As utilizações não agrícolas de áreas integradas na RAN estão sujeitas a parecer prévio vinculativo da Secretaria Regional com a tutela da estrutura de gestão, constituída pelos serviços na sua dependência e com as competências na matéria, cumulativamente com o cumprimento do disposto no Capítulo VI - Secção III deste Regulamento.

SECÇÃO IV - Regime da REN

Artigo 13º Delimitação

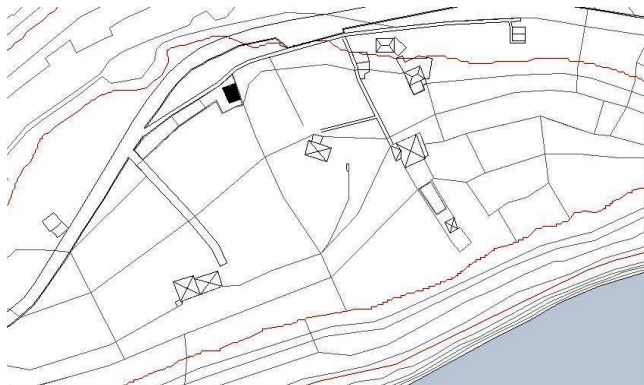
Integram a Reserva Ecológica Nacional da Calheta as seguintes áreas protegidas:

- Rede Natura 2000
- Maciço Montanhoso Central (ZEC); Rede Natura 2000
- Laurissilva da Madeira (ZEC); Rede Natura 2000
- Moledos (ZEC);
- Parque Natural da Madeira.

Artigo 14º Regime

1. Nas áreas integradas em REN aplica-se o disposto na legislação em vigor para as referidas áreas protegidas.
2. As operações urbanísticas a realizar em áreas integradas na REN estão sujeitas a parecer prévio vinculativo da Secretaria Regional com a tutela da estrutura de gestão, constituída pelos serviços na sua dependência e com as competências sobre as áreas protegidas.

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO EDIFÍCIO 1



Localização	Sítio da Fajã, Calheta
Enquadramento	Solo rural, zona classificada como habitação dispersa
Tipologia da arq. popular	Casa elementar de dois pisos

MÉTRICA/FUNÇÃO

Área de implantação	31,6m ²
Área de construção	63,3m ²
Nº de Pisos	2
Estado	Devoluto
Função	Habitação

MATERIAIS E OUTROS ELEMENTOS

Materiais das paredes	Alvenaria em pedra basáltica
Águas da cobertura	2
Tipo de telha	Marselha
Nº de vãos	6
Materiais dos vãos	Madeira
Nº de portas	3
Nº de janelas	3
Elementos notáveis	Poço de rega na frente Oeste
Elementos dissonantes	Portão de ferro e parede a Este em blocos de cimento
Anexos	Não

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Estado geral	Mau estado
Estado da Cobertura	Mau estado
Estado da Fachada	Mau estado
Estado de outros elementos	Mau estado

Observações	Reabilitar o edifício para as funções de balneário e WC da piscina do estabelecimento de turismo rural Casas de Campo da Fajã de Baixo.
-------------	---

Elementos notáveis



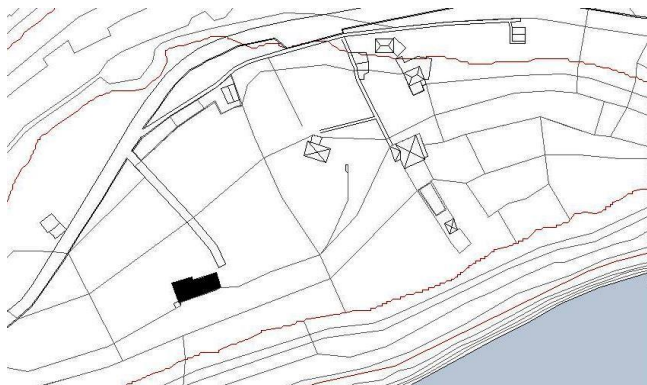
Elementos dissonantes



Outras fotos



FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO EDIFÍCIO 2



Localização	Sítio da Fajã, Calheta
Enquadramento	Solo rural, zona classificada como habitação dispersa
Tipologia da arq. popular	Casa complexa

MÉTRICA/FUNÇÃO

Área de implantação	125m ²
Área de construção	250 m ²
Nº de Pisos	2
Estado	Habitado
Função	Habitação

MATERIAIS E OUTROS ELEMENTOS

Materiais das paredes	Alvenaria em pedra basáltica
Águas da cobertura	4
Tipo de telha	Marselha
Nº de vãos	15 (estimado)
Materiais dos vãos	Madeira
Nº de portas	7 (estimado)
Nº de janelas	8 (estimado)
Elementos notáveis	Terrenos agrícolas; entrada privada e parreira de maracujazeiros
Elementos dissonantes	Não possui
Anexos	Não

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

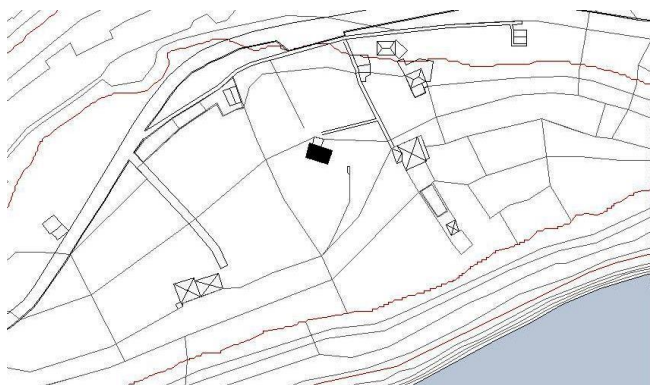
Estado geral	Bom estado
Estado da Cobertura	Bom estado
Estado da Fachada	Bom estado
Estado de outros elementos	Bom estado

Observações	Manter com as actuais funções que desempenha, habitação rural ligada à produção agrícola.
-------------	---

Elementos notáveis



FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO EDIFÍCIO 3



Localização	Sítio da Fajã, Calheta
Enquadramento	Solo rural, zona classificada como habitação dispersa
Tipologia da arq. popular	Casa moderna, inspirada na tipologia da casa elementar com paredes de alvenaria e cobertura de telha

MÉTRICA/FUNÇÃO

Área de implantação	51,6m ²
Área de construção	51,6m ²
Nº de Pisos	1
Estado	Devoluto
Função	Habitação

MATERIAIS E OUTROS ELEMENTOS

Materiais das paredes	Alvenaria em pedra basáltica
Águas da cobertura	4
Tipo de telha	Marselha
Nº de vãos	4
Materiais dos vãos	Madeira
Nº de portas	1
Nº de janelas	3

Elementos notáveis	A envolvente e a paisagem
Elementos dissonantes	A ruína, o abandono e despejo de lixo em redor da habitação
Anexos	Não possui

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Estado geral	Mau estado
Estado da Cobertura	Ruína
Estado da Fachada	Mau estado
Estado de outros elementos	Mau estado

Observações	Reabilitar o edifício atribuindo-lhe funções de recepção do complexo turístico das Casas de Campo da Fajã de Baixo.
-------------	---

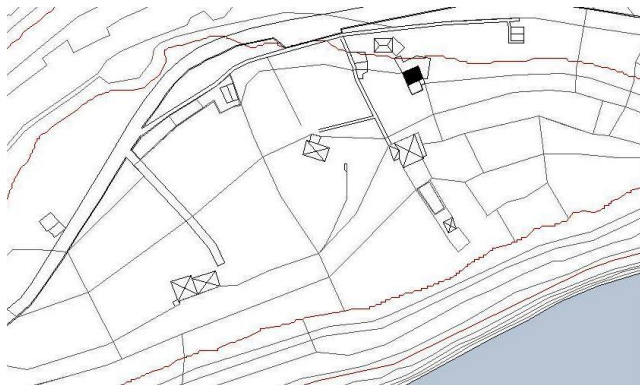
Elementos notáveis



Elementos dissonantes



FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO EDIFÍCIO 4



Localização	Sítio da Fajã, Calheta
Enquadramento	Solo rural, zona classificada como habitação dispersa
Tipologia da arq. popular	Casa moderna inspirada na tipologia da casa elementar de dois pisos

MÉTRICA/FUNÇÃO

Área de implantação	34,9m ²
Área de construção	69,9 m ²
Nº de Pisos	2
Estado	Habitado
Função	Habitação

MATERIAIS E OUTROS ELEMENTOS

Materiais das paredes	Alvenaria em pedra basáltica
Águas da cobertura	4
Tipo de telha	Marselha
Nº de vãos	4
Materiais dos vãos	Madeira
Nº de portas	2
Nº de janelas	2
Elementos notáveis	
Elementos dissonantes	Anexo
Anexos	Possui

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Estado geral	Bom Estado
Estado da Cobertura	Bom Estado
Estado da Fachada	Bom Estado
Estado de outros elementos	Bom Estado

Observações	Manter com a sua actual a função habitacional demolindo o anexo (elemento dissonante)
-------------	---

FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO EDIFÍCIO 5



Localização	Sítio da Fajã, Calheta
Enquadramento	Solo rural, zona classificada como habitação dispersa
Tipologia da arq. popular	Casa contemporânea (não é da arquitectura popular)

MÉTRICA/FUNÇÃO

Área de implantação	88m ²
Área de construção	170 m ²
Nº de Pisos	2
Estado	Habitado
Função	Habitação

MATERIAIS E OUTROS ELEMENTOS

Materiais das paredes	Alvenaria mista em pedra basáltica e blocos de cimento
Águas da cobertura	4
Tipo de telha	Lusa
Nº de vãos	10 (estimado)
Materiais dos vãos	Alumínio
Nº de portas	2 (estimado)
Nº de janelas	8 (estimado)
Elementos notáveis	Parede Oeste em pedra basáltica e a paisagem
Elementos dissonantes	Muros altos em redor da casa, escala do edifício e o acesso
Anexos	Possui

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Estado geral	Bom estado
Estado da Cobertura	Bom estado
Estado da Fachada	Bom estado
Estado de outros elementos	Bom estado

Observações	Manter o edifício e as suas funções habitacionais alterando a sua relação com o envolvente, minimizando o seu impacto visual na paisagem.
-------------	---

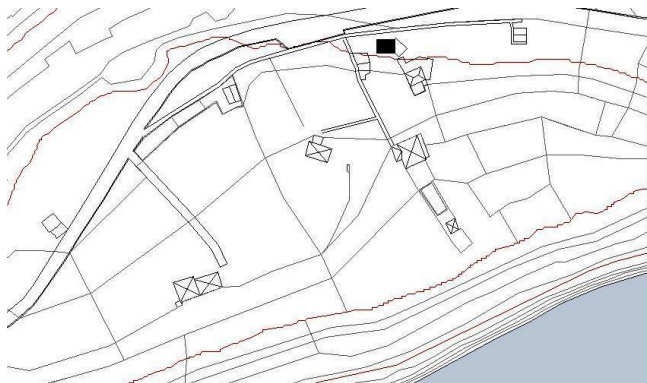
Elementos notáveis



Elementos dissonantes



FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO EDIFÍCIO 6



Localização	Sítio da Fajã, Calheta
Enquadramento	Solo rural, zona classificada como habitação dispersa
Tipologia da arq. popular	Casa moderna inspirada na tipologia da casa elementar com paredes de alvenaria e cobertura cerâmica

CARACTERIZAÇÃO

Área de implantação	35,8m ²
Área de construção	35,8m ²
Nº de Pisos	1
Estado	Devoluto
Função	Habitacional

CARACTERÍSTICAS DA CONSTRUÇÃO

Materiais das paredes	Alvenaria em pedra basáltica
Águas da cobertura	4
Tipo de telha	Marselha
Nº de vãos	3 (estimado)
Materiais dos vãos	Madeira
Nº de portas	1 (estimado)
Nº de janelas	2 (estimado)

Elementos notáveis	Não possui
Elementos dissonantes	Anexo e o abandono
Anexos	Sim

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

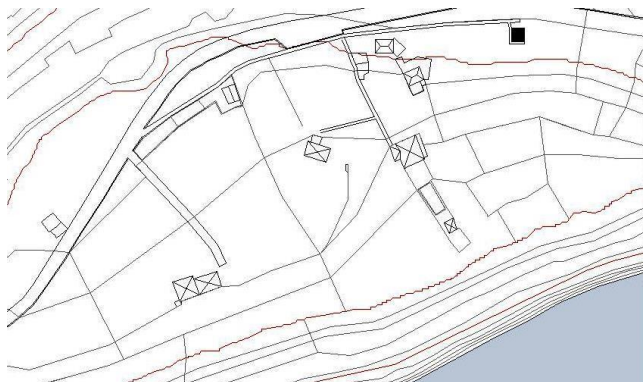
Estado geral	Razoável
Estado da Cobertura	Razoável
Estado da Fachada	Razoável
Estado de outros elementos	Razoável

Proposta	Reabilitar o edifício mantendo a função habitacional e demolir o anexo (elemento dissonante).
----------	---

Elementos dissonantes



FICHA DE CARACTERIZAÇÃO DO EDIFÍCIO 7



Localização	Sítio da Fajã, Calheta
Enquadramento	Solo rural, zona classificada como habitação dispersa
Tipologia da arq. popular	Casa elementar de dois pisos com paredes de alvenaria e cobertura cerâmica

MÉTRICA/FUNÇÃO

Área de implantação	26,1m ²
Área de construção	52,2 m ²
Nº de Pisos	2
Estado	Devoluto
Função	Habitação

MATERIAIS E OUTROS ELEMENTOS

Materiais das paredes	Alvenaria em pedra basáltica
Águas da cobertura	2
Tipo de telha	Marselha
Nº de vãos	3
Materiais dos vãos	Madeira
Nº de portas	2
Nº de janelas	1
Elementos notáveis	Paisagem e isolamento
Elementos dissonantes	Mau estado de conservação exterior; difícil acesso
Anexos	Não possui

ESTADO DE CONSERVAÇÃO

Estado geral	Mau estado
Estado da Cobertura	Razoável
Estado da Fachada	Mau estado
Estado de outros elementos	Mau estado

Observações	Reabilitar o edifício mantendo as funções habitacionais.
-------------	--

Elementos notáveis



Elementos dissonantes



Inventariação de outra legislação aplicável na área de intervenção

Instrumentos Gerais (nacionais)

RJUE (Regime Jurídico da Urbanização e Edificação) dado pelo DL n.º 555/99, de 16 de Dezembro com as alterações introduzidas pela Declaração n.º5-B/2000, de 29 de Fevereiro; pelo DL n.º177/2001, de 4 de Junho; pela Declaração n.º13-T/2001, de 30 de Junho; pelo DL n.º15/2002, de 22 de Fevereiro; pelo DL n.º4-A/2003, de 19 de Fevereiro; pelo DL n.º60/2007, de 4 Setembro; pelo DL n.º26/2010, de 30 de Março e pela Lei n.º28/2010, de 2 de Setembro.

RJIGT (Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial) dado pelo DL n.º380/99, de 22 de Setembro com as respectivas alterações pelo DL n.º 310/2003, de 10 de Dezembro e pelo DL n.º 316/2007 de 19 de Setembro, o presente plano organiza o sistema de gestão territorial no âmbito nacional, regional e municipal e determina a classificação do solo em rural e urbano.

Lei n.º 48/98, de 11 de Agosto alterada pela Lei n.º 54/2007 de 31 de Agosto onde estabelece as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo.

Instrumentos locais

A Revisão do Plano Municipal de Ordenamento do território da Calheta (RPDMC) com o respectivo regulamento, planta de ordenamento e planta de condicionantes.

DL n.º 232/2007, de 15 de Junho que regulamenta a avaliação ambiental de planos e programas.

DL Regional n.º 43/2008/M, de Dezembro onde o diploma desenvolve as bases da política de ordenamento do território e de urbanismo, definindo assim o sistema regional de gestão territorial da Região Autónoma da Madeira.

Despacho n.º 36/2009 que define o conteúdo documental dos demais elementos que acompanham do plano de urbanização.

Plano de Ordenamento Turístico da Região Autónoma da Madeira (POT) - Decreto Legislativo Regional n.º 17/2002/M de 29 de Agosto de 2002 e respectivas alterações, nomeadamente do Decreto Legislativo Regional n.º 12/2007/M de 16 de Abril de 2007 e o Decreto Legislativo Regional n.º 12/2009/M de 6 de Maio de 2009. O POT é um instrumento de gestão territorial do sector turístico, que abrange a íntegra do território do arquipélago da Madeira. Os diplomas referidos anteriormente regulam a instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos na Região Autónoma da Madeira.

Principais Restrições

REN (Reserva Ecológica Nacional) regulamentada pelo DL n.º 166/2008, de 22 de Agosto, pela Declaração de Rectificação n.º 63-B/2008 de 21 de Outubro e pela Portaria n.º 1356/2008 de 28 de Novembro.

RAN (Reserva Agrícola Nacional) regulada pelo DL n.º 169/2001 de 25 de Maio.

Legislação referente ao Turismo

DL nº 228/2009, de 14 de Setembro que é a primeira alteração ao DL nº 39/2008, de 7 de Março, que aprovou o regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos.

Portaria nº 358/2009, de 6 de Abril que estabelece os requisitos dos equipamentos de uso comum dos empreendimentos turísticos.

Portaria nº 518/2008, de 25 de Junho onde estabelece os elementos instrutores dos pedidos de realização de operações urbanísticas relativos a empreendimentos turísticos.

Portaria nº 326/2008, de 28 de Abril que estabelece os requisitos dos Estabelecimentos Hoteleiros, Aldeamento Turísticos e Apartamento Turísticos.

Legislação referente ao Turismo rural

DL nº 39/2008 de 7 de Março que estabelece o novo regime jurídico da instalação, exploração e funcionamento dos empreendimentos turísticos e revoga os anteriores diplomas como por exemplo o DL nº 54/2002 de 11 de Março.

DL nº 13/2002 de 12 de Março que estabelece os requisitos mínimos das instalações e do funcionamento dos empreendimentos de turismo no espaço rural alterado pelo Decreto Regulamentar nº 5/2007 de 14 de Fevereiro.

Portaria nº 937/2008, de 20 de Agosto que estabelece os requisitos mínimos a observar pelos estabelecimentos de turismo de habitação e de turismo no espaço rural.

Outra legislação

DL nº 220/2008, de 12 de Novembro que Estabelece o regime jurídico da segurança contra incêndios em edifícios.

Decreto-Lei nº 163/2006, de 8 de Agosto que estabelece o regime de acessibilidade aos edifícios e estabelecimentos que recebem público, via pública e edifícios habitacionais.